



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



RAPHAEL MORGADO LEONIDIO

**FORMAS DE REPRESENTAR: A
ATUAÇÃO DE MÁRIO PIRAGIBE NA
POLÍTICA CARIOCA (1919-1922)**

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

RAPHAEL MORGADO LEONIDIO

FORMAS DE REPRESENTAR: A ATUAÇÃO DE MÁRIO PIRAGIBE NA POLÍTICA
CARIOCA (1919-1922)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História (PPGH) da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza
Magalhães

RIO DE JANEIRO

2026

Leonidio, Raphael Morgado
L585 Formas de representar: a atuação de Mário Piragibe na
política carioca (1919-1922) / Raphael Morgado Leonidio. --
Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
140

Orientador: Marcelo de Souza Magalhães.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2026.

1. História Política. 2. Primeira República. 3. Conselho
Municipal. I. Magalhães, Marcelo de Souza, orient. II.
Título.

RAPHAEL MORGADO LEONIDIO

FORMAS DE REPRESENTAR: A ATUAÇÃO DE MÁRIO PIRAGIBE NA POLÍTICA
CARIOCA (1919-1922)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História (PPGH) da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza
Magalhães

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães - UNIRIO

Orientador

Prof. Dr. Leandro Clímaco Mendonça – Pedro II

Avaliador titular

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra – UFF

Avaliador titular

AGRADECIMENTOS

Início esse texto agradecendo à minha mãe, dona Catia, que sempre esteve ao meu lado e me incentivou a acreditar nos meus sonhos e a ir em busca de realizá-los. Agradeço por me proporcionar a possibilidade de me dedicar aos estudos. Você sempre foi o meu maior exemplo e essa é mais uma vitória nossa.

À minha família, que sempre serviu de inspiração e me apoiou em todos os momentos. Nazare, Ana, Avelino, Cleide, Jorge, Miguel, Mateus, Debora e Raphael, meu muito obrigado.

Ao meu noivo Vitor, o maior dos meus entusiastas. Obrigado por cada palavra de conforto, incentivo e por acreditar em mim quando eu não conseguia. Por sonhar esse sonho comigo desde o começo e por me apoiar em tudo até aqui.

Ao meu orientador e professor Marcelo Magalhães, com quem tenho a honra de conviver desde o projeto de iniciação científica na graduação. É um grande privilégio ter sido seu orientando na graduação e agora no mestrado. Obrigado por cada conselho, palavra, ensinamento e troca que tivemos ao longo desse tempo. Tê-lo como orientador foi um grande presente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo financeiro recebido ao longo do curso, que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa. À UNIRIO, por ter sido minha casa desde a graduação e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UNIRIO).

Aos amigos que a UNIRIO me deu e que também acompanharam de perto a minha caminhada até aqui. Luana, Bruno, Juliana, Mylena, Pedro, Kassia, Marcos, Edmo, Paloma, Brenno e Matheus, vocês tornaram essa caminhada muito mais leve.

Nascido e criado pra vencer demandas.

LEONIDIO, Raphael Morgado. **FORMAS DE REPRESENTAR: A ATUAÇÃO DE MÁRIO PIRAGIBE NA POLÍTICA CARIOCA (1919-1922)**. 2026. 138 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o cotidiano político na cidade do Rio de Janeiro durante o período da Primeira República. Para isso, acompanha a trajetória política de Mário Piragibe entre os anos de 1919 e 1922, quando assumiu seu primeiro mandato no Conselho Municipal como intendente eleito pelo Segundo Distrito. Piragibe teve atuação destacada no Poder Legislativo do Distrito Federal, defendendo as demandas da população, sobretudo dos subúrbios cariocas, que constituíam seu reduto eleitoral. Por meio de discursos, proposições legislativas e de sua atuação à frente das comissões de instrução e de orçamento, ganhou relevância nos debates e protagonizou diversos enfrentamentos, não apenas no Conselho Municipal, mas também com outros poderes, como o prefeito Carlos Sampaio. A partir deste estudo, observa-se que as relações e práticas políticas foram adquirindo novos contornos ao longo da Primeira República, conferindo aos agentes novas formas de atuação e de interlocução com a população carioca, que buscava ver suas reivindicações atendidas.

Palavras-chave: História Política. Conselho Municipal. Primeira República. Representação.

LEONIDIO, Raphael Morgado. **FORMS OF REPRESENTATION: THE ROLE OF MÁRIO PIRAGIBE IN RIO DE JANEIRO POLITICS (1919–1922).** 2026. 138 p. Master's Dissertation – Graduate Program in Social History, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the political everyday life in the city of Rio de Janeiro during the period of the First Republic. To this end, it follows the political trajectory of Mário Piragibe between 1919 and 1922, when he assumed his first term on the Municipal Council as an *intendente* elected by the Second District. Piragibe played a prominent role in the Legislative Branch of the Federal District, advocating for the demands of the population, especially those from the suburban areas of Rio de Janeiro, which constituted his electoral stronghold. Through speeches, legislative proposals, and his leadership of the education and budget committees, he gained relevance in debates and engaged in several confrontations, not only within the Municipal Council but also with other branches of government, such as Mayor Carlos Sampaio. Based on this study, it is observed that political relations and practices gradually acquired new contours throughout the First Republic, providing political actors with new forms of action and interaction with the population of Rio de Janeiro, which sought to have its demands addressed.

Keywords: Politics. Municipal Council. First Republic. Representation.

LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1: Eleições municipais 1919 - Segundo Distrito
2. Tabela 2: Quadro de resultado das eleições do Conselho Municipal de 1919

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Capítulo 1: O Conselho Municipal carioca na Primeira República e a construção política de Mário Piragibe.....	19
1.1 O Conselho Municipal no olho do furacão.....	23
1.2 Piragibe e a disputa por uma vaga no Conselho Municipal.....	32
2. Capítulo 2: Do processo eleitoral de Mário Piragibe a sua atuação política.....	46
2.1 Um estudo de caso: a tentativa de impugnação da diplomação de Mario Piragibe.....	54
2.2 A construção da imagem política de Mário Piragibe por meio dos jornais.....	64
2.3 A atuação de Mário Piragibe sob o olhar das páginas de jornais....	69
2.4 A relação entre a política, os clubes dançantes e os jogos de futebol.....	76
3. Capítulo 3: A atuação de Mário Piragibe no Conselho Municipal...	84
3.1 Mario Piragibe e as demandas da cidade.....	85
3.2 Mario Piragibe nas comissões de instrução e orçamento.....	108
Conclusão.....	130
Anexo I - Foto de Mário Piragibe.....	134
Fontes.....	135
Referências bibliográficas.....	137

Introdução

Por décadas, historiadores têm voltado suas atenções sobre a Primeira República, visto a sua importância no processo de consolidação do regime que vigora até hoje no país. Há uma extensa bibliografia voltada para a história social, econômica e cultural sobre o período, o que não seria diferente em relação à história política. As interpretações sobre o início do período republicano trazem contribuições fundamentais que nos ajudam a entender a atuação dos indivíduos, das instituições e dos poderes instaurados na época. Há, nessa historiografia, uma atenção especial à cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sede dos poderes políticos nacionais, justamente pela posição estratégica que ocupava, sendo o centro político, econômico e intelectual do país. Apesar disso, ser a capital lhe custou caro quando nos referimos às pesquisas voltadas para sua política interna, como os poderes municipais instituídos e suas formas de atuação. O presente trabalho busca contribuir para um debate mais aprofundado sobre as nuances que permeavam a política municipal nas primeiras décadas do século XX.

A historiadora Ângela de Castro Gomes, no capítulo *“Primeira República no Brasil: uma história da historiografia”*, publicado em *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, aponta que a produção histórica se entrelaça a dois elementos centrais: as “batalhas de memória” e o “fazer história”.¹ Assim, é possível afirmar que não há nada de plenamente “concreto” na produção historiográfica, uma vez que ela parte da interpretação intencional de quem escreve, considerando tanto o que se quer dizer quanto os objetivos analíticos que se pretende alcançar. A análise cronológica da historiografia sobre a Primeira República sinaliza como as batalhas de memória deram, e continuam dando, origem às interpretações sobre o período. Essa disputa começa e se intensifica já no período seguinte, a Era Vargas, que buscou, segundo Gomes, dominar as narrativas sobre a República anterior a fim de legitimar o sistema então em vigor.²

¹ GOMES, Ângela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Jorge; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020, p. 55.

² Ibid., p. 56.

O uso da expressão “Velha República” é exemplo emblemático dessa tentativa de dominação narrativa. O paradoxo entre “novo” e “velho” não se refere apenas ao sentido literal; o que acabou e o que se inicia, mas sobretudo à construção de uma memória negativa carregada pela ideia de atraso, ineficiência e superação. Esse discurso foi tão forte que impregnou as produções historiográficas sobre a Primeira República mesmo após o fim do regime varguista, prolongando-se até a década de 1990. É justamente a partir dessa década que os historiadores passam a buscar novas perspectivas sobre a Primeira República, recorrendo a novos métodos de análise, novas fontes e maior densidade interpretativa. Já nos anos 2000, essas perspectivas renovadas — voltadas a romper com as interpretações consolidadas e restritivas — ganham ainda mais força, multiplicando objetos de estudo e ampliando significativamente a diversidade temática da produção historiográfica sobre o período.

É nesse momento também que a historiografia sobre a Primeira República ganha maior centralidade e novas nuances interpretativas, distanciando-se progressivamente da noção de “Velha República”. Essas novas produções são fundamentais para revelar outras possibilidades analíticas e ampliar o leque de temas e abordagens sobre o período. É importante destacar que a Primeira República abrange quarenta anos da história do Brasil, marcando a ruptura entre o Império e o regime republicano. Trata-se, portanto, de um período crucial para compreender a formação do sistema político que, com adaptações, vigora até os dias atuais, marcado por transformações significativas de ordem política, econômica, social e cultural. Além disso, é necessário reconhecer que qualquer sistema histórico pressupõe um processo de construção que demanda tempo, experimentação e amadurecimento. Dessa forma, é impossível sintetizar mais de quatro décadas em interpretações reducionistas, homogêneas e carentes de especificidade. É nesse momento que a ruptura historiográfica do final do século XX se torna decisiva, pois foi fundamental para ampliar o campo de estudos sobre a Primeira República.

O que antes estava concentrado na produção político-econômica passou a incluir também temas ligados à cultura, aos movimentos sociais, à literatura, às trajetórias individuais e a diversas outras áreas. Essa ampliação temática foi essencial para romper com a visão dicotômica que dominou por muito tempo a

interpretação do período. Outro aspecto relevante é a pluralização dos pesquisadores envolvidos nessas análises. Como observa Gomes, a expansão dos programas de pós-graduação fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo representou um avanço incontestável para o surgimento de novos olhares e abordagens sobre a Primeira República. As produções historiográficas tornaram-se menos homogêneas e mais complexas.³ Apesar desses novos olhares, a política segue como eixo central das pesquisas, mas também sofreu mudanças significativas, uma vez que agora passa a privilegiar as relações políticas, as instituições e as personagens históricas, buscando análises mais particularizadas das diferentes experiências do período.

Essas novas pesquisas são responsáveis por questionar uma das máximas mais defendidas pela historiografia tradicional até essa mudança de paradigma: a suposta ausência de participação popular, frequentemente sintetizada na ideia da falta de “povo”.⁴ Essa interpretação reforçava a imagem de uma população afastada da política, sem atuação ou organização em defesa de suas demandas. No entanto, as produções recentes desmontam o equívoco nessa visão ao evidenciar comportamentos sociais mais complexos. É verdade que o período instituiu mecanismos que dificultaram a participação popular nos meios formais da política. Contudo, essa não foi uma realidade absoluta nem constante ao longo das quatro décadas republicanas. A população encontrou, seja individualmente ou por meio de organizações, como clubes, associações e sindicatos, formas de atuar de maneira ativa na contestação às imposições estabelecidas e na busca por se fazer ouvir e realizar suas demandas.

Com uma abordagem de história política, especialmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro, torna-se indispensável destacar historiadores que trouxeram uma nova leitura sobre as relações políticas do período, superando o olhar dicotômico e simplificador que marcou grande parte da historiografia consolidada. Entre esses autores, destacam-se Américo Freire⁵, Surama Conde de Sá Pinto⁶ e Marcelo de

³ Ibid., p. 57.

⁴ Ibid., p. 58.

⁵ FREIRE, Américo. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

⁶ PINTO, Surama Conde de Sá. Um eterno Burgo podre?: a política na capital federal na Primeira República. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-36, jun. 2015.

Souza Magalhães.⁷ Embora suas obras apresentem particularidades analíticas e, por vezes, pontos de divergência, o conjunto das pesquisas desses três historiadores representa uma mudança significativa na compreensão da dinâmica política da Primeira República. Eles rompem com a visão consolidada e generalista que dominou boa parte do século XX, ao passo que introduzem recortes temporais e espaciais específicos, valorizando as experiências locais e os contextos políticos particulares, algo essencial para compreender a complexidade do período republicano.

Apesar da relevância dessas contribuições, é necessário apontar algumas limitações presentes nas análises desses autores. Em grande medida, suas investigações concentram-se nas instituições, sobretudo no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, o que denominamos hoje por câmara municipal. Essa delimitação, ainda que metodologicamente justificada, tende a reforçar certo grau de generalização, pois privilegia a dimensão institucional em detrimento de um aspecto fundamental para a análise política: a atuação individualizada dos agentes que ocupavam esses espaços. Ao priorizar o funcionamento institucional, muitas vezes perde-se a possibilidade de explorar plenamente a atuação, os interesses, as trajetórias e as disputas entre os atores políticos que, de fato, moldavam o cotidiano da política local. Essa lacuna é importante, sobretudo quando se busca compreender a Primeira República não apenas como um sistema formal, mas como um espaço permeado por conflitos, negociações, alianças e práticas políticas.

Na busca por um aprofundamento sobre as relações políticas e seus agentes, inicia-se a produção deste trabalho. Seu principal objetivo é analisar o cotidiano político da municipalidade a partir de uma abordagem individualizada de um agente político. Para atingir tal propósito, tornou-se necessário aproximar a pesquisa histórica de outra área do conhecimento que muito contribui para a historiografia: a antropologia. Nesse sentido, recorreu-se principalmente à produção de Karina Kuschnir, antropóloga e autora de *O cotidiano da política*. A autora apresenta uma análise sobre como os atores sociais compreendem e experimentam a política, partindo de dois pontos fundamentais. O primeiro diz respeito à heterogeneidade da sociedade, responsável pela formação de múltiplas redes de

⁷ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902. Niterói: PPGH-UFF, 2004, tese de Doutorado.

relação e diferentes percepções da realidade. O segundo ponto é que a política não é algo pré-determinado, mas sim mutável, variando de acordo com o contexto e com o comportamento humano; por isso, é fundamental que existam investigações atentas às suas especificidades.⁸

Kuschnir ressalta ainda a importância de direcionar a atenção para a dimensão simbólica da política, que ultrapassa o ato de votar e envolve discursos, propostas, medidas adotadas, práticas cotidianas, entre outros elementos. Destaca também a relevância de compreender o sentido atribuído às instituições pelos agentes sociais e a forma como essas instituições são incorporadas ao seu cotidiano.⁹ Destacam-se ainda as relações estabelecidas entre representantes e representados para além do momento da votação, envolvendo a formação de laços sociais marcados por valores compartilhados. Outro ponto central, e de extrema relevância para esta pesquisa, é a questão do ritualismo político, elemento fundamental para a construção da percepção pública sobre determinados agentes ou instituições, constituindo um mecanismo importante para a sustentação de mandatos.¹⁰

Para dar conta do objetivo, definiu-se acompanhar a trajetória política de Mário Piragibe, intendente eleito, o que hoje é o vereador, para assumir uma cadeira no Conselho Municipal no mandato de 1919 a 1922. A escolha por Piragibe perpassa por diversos pontos da sua vida, como sua origem suburbana — distrito pelo qual foi eleito —, uma vez que essa região se tornava um importante reduto político em um momento em que as percepções sobre participação e representação política estavam em amplo debate em diversos setores da sociedade. Sendo assim, a população que residia, trabalhava e vivia nessa localidade buscava políticos que não só os representassem, mas que tivessem a vivência do subúrbio carioca, compreendendo as demandas dessa região.

Outro ponto de destaque na história de Piragibe é sua formação acadêmica. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, profissão que possuía grande prestígio na sociedade carioca. Atrelado a isso, destaca-se sua vida profissional, por ter atuado em alguns cargos públicos ao longo de sua

⁸ KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 5.

⁹ Ibid., p. 6.

¹⁰ Ibid., p. 15.

trajetória, como o de inspetor sanitário do porto do Rio de Janeiro. Dessa forma, mantinha amplo contato com uma categoria que tinha peso significativo nas eleições. Por fim, ressalta-se suas relações pessoais com indivíduos de grande influência no cenário político da capital, como seu próprio irmão e padrinho político, Vicente Piragibe.

Como metodologia, buscou-se analisar dois grupos de fontes fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Os periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro e os voltados para o subúrbio carioca foram o primeiro grupo de fontes. É notório que, antes mesmo de sua eleição para o Conselho, Piragibe buscou vincular seu nome nos mais diversificados jornais da cidade, participando de eventos públicos, oferecendo serviços gratuitos à população e ocupando cargos em organizações civis, entre outras atividades. Além disso, após sua eleição, os periódicos continuaram sendo importante ferramenta para a manutenção de seu mandato, nos quais concedia entrevistas, apresentava projetos e posicionamentos políticos, além de manter uma rotina de atuação que era veiculada pelos meios de comunicação. Sendo assim, foi necessário consultar esses jornais, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em tais jornais foi encontrado quantidade importante de matérias envolvendo Mário Piragibe antes, durante e depois de sua eleição para o Conselho Municipal.

O segundo grupo de fontes utilizadas no trabalho foi o das atas das sessões do Conselho Municipal, documentação que está sob guarda de duas instituições. Iniciamos a consulta das atas na Biblioteca do Palácio Tiradentes. Os volumes dos Anais do Conselho Municipal, em que estão publicadas as atas, precisou passar por um processo de restauração durante a pesquisa no local, o que tornou inviável a continuidade da consulta. O levantamento das atas passou a ser feito no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que também possui os volumes dos anais.

As atas possibilitaram observar a atuação, os discursos e os embates promovidos ou protagonizados por Mário Piragibe ao longo de seu mandato como intendente. Ele era um político com grande participação nos debates acerca das demandas da cidade, além de ter ocupado cargos importantes durante seu mandato, como o de presidente da Comissão de Instrução e da Comissão de Orçamento, o que o colocou em uma posição de destaque na política municipal,

uma vez que o debate orçamentário era um dos que mais mobilizava os intendentes na casa legislativa municipal.

O objetivo da análise dessa documentação foi traçar um paralelo entre as propostas defendidas por Mário Piragibe após sua eleição e seus posicionamentos ao longo do período eleitoral, bem como sua vivência dentro da casa legislativa. Vale ressaltar que, por conta do estado de conservação ou da perda de parte do material, não foi possível ter acesso a todos os volumes correspondentes ao período do mandato de Piragibe; contudo, foi possível consultar boa parte desse material, o que não comprometeu a produção do trabalho.

Como forma de organização do trabalho e visando uma melhor fluidez, foram desenvolvidos três capítulos. O primeiro traz um debate historiográfico acerca da política no Distrito Federal durante a Primeira República. Para isso, foi necessário analisar os ideais de capital que estiveram em disputa no início do novo regime até a aprovação da Lei Orgânica de 1892, que estruturou o Rio de Janeiro de forma administrativa e política. Ainda assim, o debate sobre os poderes que atuavam na capital e sobre sua organização não cessou ao longo das décadas, principalmente no que diz respeito às prerrogativas do Conselho Municipal, que sempre se manteve no olho do furacão durante a Primeira República, especialmente devido à constante busca de enfraquecimento dessa instituição por parte dos poderes federais. Apesar disso, o Conselho buscou mecanismos para manter sua existência e sua presença no jogo político.

Também é abordada neste capítulo a biografia de Mário Piragibe, tratando de diversas temáticas relacionadas à sua vida pessoal, como sua origem, formação, trajetória profissional, entre outros aspectos. O uso dos periódicos tornou-se a base fundamental para o desenvolvimento do capítulo, uma vez que, como citado, foi por meio deles que Mário Piragibe buscou consolidar sua imagem enquanto possível candidato do subúrbio, realizando diversas aparições públicas e atuando em prol de demandas dessa região.

No segundo capítulo, passa a ser abordada a disputa eleitoral na capital federal, elucidando como havia uma grande concorrência para a ocupação dos cargos municipais, uma vez que o Conselho era a única instituição municipal em

que havia disputa por eleição direta. Faz-se uma análise mais precisa do processo eleitoral da legislatura à qual Mário Piragibe concorreu, abordando seu conturbado processo de diplomação, que quase foi impugnado. Aborda-se também a construção da imagem política de Piragibe nos jornais perante a sociedade carioca.

Nesse momento, já empossado como intendente, Piragibe busca se manter nas páginas dos periódicos, entendendo-os como uma importante ferramenta de promoção de sua imagem. É por meio deles que o político procurou manter-se em visibilidade e em contato com a população da cidade, buscando construir a imagem de um mandato atuante e atento às demandas do Rio de Janeiro. Apesar de utilizá-los como trunfo, os periódicos também foram, em alguns momentos, pedras em seu sapato, noticiando atuações do parlamentar consideradas indevidas. Para finalizar, faz-se uma análise sobre a relação entre a política, os clubes dançantes e o futebol, elementos de grande força no subúrbio carioca, que serviram de interlocução entre as instituições políticas e a população. Assim, tiveram papel central na organização da sociedade suburbana e na resolução das demandas apresentadas por ela.

No terceiro e último capítulo, a atenção se volta para a atuação de Mário Piragibe dentro do Conselho Municipal. Por meio das atas das sessões, buscou-se traçar um paralelo sobre o comportamento do intendente em relação às diversas matérias discutidas na casa. Piragibe foi um político atuante e, em diversos momentos, subiu à tribuna para discursar e propor projetos de lei sobre as mais variadas temáticas que envolviam as demandas da cidade.

Outro ponto trazido por este capítulo é a atuação de Mário Piragibe como presidente da Comissão de Instrução e presidente da Comissão de Orçamento, momento em que passou a ter centralidade nas discussões sobre a cidade por dois motivos. O primeiro diz respeito ao orçamento, que se tornara a principal peça de barganha política do Conselho Municipal com os demais poderes, já que era o Conselho quem detinha a prerrogativa de abrir créditos, contrair empréstimos, discutir aumentos salariais, definir a arrecadação de impostos e elaborar a lei orçamentária anual da municipalidade. O segundo motivo é que, durante a legislatura de 1919 a 1922, o Rio de Janeiro estava passando pela organização das comemorações do centenário da Independência.

Para tal festividade, o governo federal nomeou Carlos Sampaio como prefeito, incumbido de realizar obras de infraestrutura, principalmente no centro da cidade, como o arrasamento do Morro do Castelo e o alargamento da Avenida Central. Nesse momento, tem início um grande embate entre Piragibe e Sampaio, permeado por notícias de jornais, notas divulgadas pelo prefeito e discursos contundentes por parte de Piragibe acerca da administração da cidade.

Dessa forma, o presente trabalho não busca apenas reconstituir a atuação de um agente político da Primeira República, mas também promover reflexões acerca das relações e vivências políticas no cotidiano, envolvendo os mais diversos agentes sociais. A articulação entre bibliografia, fontes históricas e referenciais teóricos possibilitou introduzir outra perspectiva de análise sobre as experiências do período. Acredita-se que esta pesquisa contribui de maneira significativa para a ampliação do olhar sobre o prisma das interações políticas da época, que por décadas foi negligenciada pela historiografia, muitas vezes marcada pela ideia equivocada de que tais vivências não poderiam ocorrer no contexto em questão.

O Conselho Municipal carioca na Primeira República e a construção política de Mário Piragibe

A chegada do novo regime trouxe o federalismo como princípio norteador do debate acerca do modelo político a ser seguido, principalmente no que dizia respeito à capital federal. Ainda no dia 15 de novembro de 1889, algumas medidas foram tomadas, dando início a organização administrativa da República¹¹. Entre elas, a assinatura do Decreto n.1, que mantinha provisoriamente a cidade do Rio de Janeiro como a capital do país, até que o assunto fosse debatido pela constituinte, muito por conta do papel importante que a cidade teve na queda do império e por ser um foco republicano. Também foi promulgado, em 7 de dezembro do mesmo ano, o Decreto n. 50A, responsável pelo fechamento da Câmara Municipal do Império e pela criação do Conselho de Intendência Municipal. Formado por sete homens nomeados pelo próprio Governo Provisório, a instituição provisória desempenhava funções executivas, legislativas e judiciárias.

O debate acerca do tipo de capital que o regime republicano buscava perdurou para além da proclamação, principalmente por causa dos diferentes projetos políticos apresentados. Parte dos parlamentares defendia a adoção do modelo de capital estadunidense, Washington, que nas palavras de Américo Freire era o “locus da união”, assegurando a autonomia dos estados, o poder das instituições nacionais e sem nenhum vínculo de identificação com os demais territórios do país¹². Outro modelo de capital que esteve muito presente nos debates foi o da Argentina, Buenos Aires, principalmente no que dizia respeito a sua arquitetura “moderna e federalizada”¹³. A ideia dos parlamentares era a construção de um desenho político de capital que pudesse agrupar o que de melhor oferecia esses dois modelos, Washington e Buenos Aires. Freire também destaca que a capital republicana não foi forjada apenas pelo que deveria ser, mas também pelo

¹¹ FREIRE, Américo. Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000, p.16.

¹² Ibid., p. 16.

¹³ Ibid., p. 16.

que não deveria. A ideia era demolir os pilares que foram erguidos durante o período do império, como a "rígida tutela do poder central sobre a cidade"¹⁴.

A criação de um centro político discreto, afastado do burburinho carioca, era algo no mínimo tranquilizador. Seria a melhor expressão de uma União voltada fundamentalmente para os problemas nacionais, não preocupada em exercer maior controle sobre a vida dos entes federados. A contraface desse modelo era a supressão dos direitos de municipalidade da(s) cidade(s) presente(s) no Distrito Federal, o que transformava os seus cidadãos em cidadãos nacionais, com seus direitos políticos à mercê dos poderes centrais.¹⁵

A promulgação da Constituição de 1891 criou características próprias ao Distrito Federal, o que o diferenciava dos outros municípios da federação, destaca-se aqui a eleição de bancada própria para o Senado que, assim como os demais estados, teria direito a três cadeiras. Já na Câmara dos Deputados, o Distrito Federal garantiu dez cadeiras, consolidando-se como a sexta maior bancada¹⁶. No que diz respeito a mudança da capital, ficou estabelecido que a mesma aconteceria, mas sem estabelecer quando, o que acabou por trazer um outro ponto para o debate em torno da cidade do Rio de Janeiro; o que seria feito com a cidade após a transferência? O debate gerou uma divisão entre a bancada do estado do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal. Isso porque a primeira queria que, após deixar de ser sede da União, a cidade fosse novamente incorporada ao estado do Rio. Já a segunda bancada propôs que a cidade se tornasse independente. Nessa queda de braço, a bancada do Distrito Federal saiu vitoriosa, o que gerou em sua elite política um anseio ainda maior pela transferência da capital federal¹⁷.

Assim como a forma de representação da cidade do Rio de Janeiro nas instâncias legislativas federais e até o seu futuro após deixar de ser capital do país, a questão político-administrativa do Distrito Federal também trouxe muita discussão no Legislativo federal. O processo de elaboração do projeto de organização municipal da capital começou logo após a promulgação da Constituição de 1891. Sete deputados cariocas formaram uma comissão responsável pela elaboração do documento que seria levado para votação em plenário. A comissão definiu em seu projeto que a administração política do município ficaria a cargo do Conselho

¹⁴ Ibid., p. 17.

¹⁵ Ibid., p. 17.

¹⁶ Ibid., p. 48.

¹⁷ Ibid., p. 53.

Municipal, que teria também como função a eleição do prefeito. Já o papel do chefe do Executivo municipal era de implementar as decisões do Conselho, que seria formado por 21 intendentes por meio de eleições distritais.

A resolução causou muita resistência na Câmara dos Deputados e não tinha apoio total nem da própria bancada carioca, o que levou a diversas propostas que buscavam substituir os pontos cruciais do documento, como a exclusão da figura do prefeito e do voto distrital, além da escolha do mesmo por voto popular. Por fim, definiu-se que: “O prefeito deveria ser eleito pelo voto popular, e o Conselho Municipal seria constituído por intendentes distritais e gerais”¹⁸, o que acabava fazendo uma mescla entre os sistemas distrital e proporcional. Entende-se que parte da bancada carioca estava empenhada em aprovar um projeto que garantisse seus interesses e os interesses das elites municipais, na tentativa de blindar a política da cidade e centralizar o poder nas mãos do Conselho Municipal, dando a essa casa autonomia para administrar a capital, o que acabou sendo um pouco desestruturado, principalmente pela eleição direta do prefeito.

Após a finalização dos debates na Câmara dos Deputados e a aprovação do projeto, ele foi enviado ao Senado, e, se entre os deputados a lei final sofreu pequenas alterações que não afetaram de forma tão brusca a proposta inicial apresentada pela comissão, no Senado o processo foi diferente. A casa se empenhou em desestruturar significativamente as bases político-administrativas que foram desenhadas e aprovadas pela Câmara. Os senadores decidiram que o projeto deveria criar um “Distrito Neutralizado”¹⁹, em que o prefeito fosse nomeado pelo presidente e o Senado responsável por cancelar a decisão. Além disso, como prerrogativa do cargo, o prefeito teria o poder de veto sobre as resoluções do Conselho e ficaria também ao encargo do Senado a apreciação desses vetos. As alterações no projeto geraram grande resistência dos deputados, que se negaram a aceitá-las e o fizeram voltar aos senadores, que por sua vez também resistiram e não as retiraram. Após um tenso embate entre as duas casas, o Senado acabou saindo vitorioso e teve as suas emendas aprovadas.

Destaca-se que o texto final aprovado foi permeado pela nacionalização da política na capital, pois houve uma atuação muito forte das forças federais na tentativa de diminuir o poder da municipalidade, centralizando-o nas mãos da União,

¹⁸ Ibid., p. 57.

¹⁹ Ibid., p. 57.

além de, como destaca Surama Conde de Sá Pinto, “neutralizar as reivindicações locais”²⁰. Essa questão nos elucida que, o novo regime buscou se consolidar a partir da diferenciação e do afastamento do império, principalmente na relação estabelecida entre o poder central e os agora estados da federação, dando a eles uma maior autonomia administrativa. Quando nos atentamos para a administração da capital, a questão necessita de uma análise mais cuidadosa, isso porque, de fato o Executivo federal queria adotar no Rio de Janeiro uma administração centralizadora, que esvaziasse a municipalidade e neutralizasse as elites locais. Entretanto, apesar do projeto aprovado restringir em certa medida a atuação dos poderes municipais, isso não significou, segundo Freire, um completo fim da autonomia da municipalidade em relação à administração²¹. Marcelo Magalhães pontua que a partir da Lei Orgânica aprovada, quatro poderes passam a atuar no Rio de Janeiro, os federais, representados pela presidência da República e o Senado, e os municipais, que:

[...] em lugar da instituição provisória Conselho de Intendência Municipal, que desempenhava funções executiva, legislativa e judiciária, criaram-se dois poderes. O Poder Executivo municipal, exercido pela figura, até então inédita, do prefeito, que era nomeado pelo presidente da república e o Poder Legislativo municipal, exercido pelos membros do Conselho Municipal, também chamado de intendentes, eleitos pela população votante carioca.²²

A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal de 1892 não representou um ponto final nas discussões sobre a formação político-administrativa do Distrito Federal, na verdade entende-se como o início dessa construção, que perdura por longos anos do novo regime. Entende-se que esse processo foi feito por meio da experimentação, visto que medidas vão ser adotadas pelos poderes federais a partir das experiências políticas cotidianas da capital. Se por um lado a República buscou se afastar da administração centralizada do Império, por outro acabou por herdar do sistema anterior a estrutura administrativa da sua capital, visto que o processo de formação do Distrito Federal muito se igualará à formação da capital do Império, em que os debates acerca da autonomia administrativa da cidade do Rio de Janeiro já

²⁰PINTO, Surama Conde de Sá. Um eterno Burgo podre?: a política na capital federal na Primeira República. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 7, jun. 2015, p. 23.

²¹FREIRE, op. cit., p. 60.

²²MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902. Niterói: PPGHUFF, 2004, tese de Doutorado, p. 31.

estava muito presente e ganhou nuances diferentes ao longo do regime. Desde a Constituição de 1824 até 1889, às vésperas da instauração da República, essa administração assumiu características distintas, ora gozando de uma maior autonomia político-administrativa, ora sendo sufocada e controlada com maior vigor. Outro ponto de aproximação está na manutenção do debate ao longo do sistema em vigor, visto que a experimentação também foi um ponto importante para a constituição da capital do império.

1.1- O Conselho Municipal no olho do furacão

A manutenção do Rio de Janeiro como Distrito Federal, a aprovação do projeto que o transformaria em um estado após a transferência da capital e a Lei Orgânica de 1892 geraram dois movimentos importantes. O primeiro foi o afastamento das elites políticas presentes no estado, levando ao fortalecimento das elites cariocas no que diz respeito ao poder federal, visto que o Rio de Janeiro era a única cidade do país com representação na Câmara e no Senado. O segundo está relacionado a atuação dessas mesmas elites na municipalidade, já que sua atuação dentro da cidade acabou por ficar limitada a uma única instituição, o Conselho Municipal. A relação política na capital federal foi abordada por diversos autores ao longo dos últimos anos. Segundo Magalhães, pode-se destacar duas correntes interpretativas sobre esse capítulo da história²³.

A primeira tem como principal influência José Murilo de Carvalho, que em uma das suas principais obras, intitulada *Os bestializados*, aponta que a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, apresentava características importantes para entender sua organização política²⁴. Entre elas, destaca-se a posição de sede do Governo Federal, que gerava uma grande influência do Estado, onde o próprio poder municipal representava essa questão, visto que o prefeito nomeado era uma indicação feita pelo presidente da República e que passava pela chancela do Senado Federal. Essa posição, para Carvalho, dava ao Executivo municipal a característica de ser apenas um poder interventor do governo central. Sendo assim, o novo regime não fez nada além de incorporar as bases administrativas presentes no Império²⁵. Todo esse processo implicava na escolha dos representantes

²³ MAGALHÃES, op. cit., p.31.

²⁴ PINTO, Um eterno Burgo podre? ... op. cit., p. 21.

²⁵ Ibid., p. 22.

municipais com nenhum conhecimento sobre as necessidades da cidade e totalmente alheios à vida política da capital, sendo responsáveis apenas pelas funções administrativas. Indo além, Carvalho aponta para a fragilidade do Conselho Municipal, que se caracterizava pelo agrupamento de indivíduos que só estavam na vida pública para realização dos interesses próprios, sem que tivessem também qualquer noção básica sobre as questões políticas do Rio de Janeiro²⁶. Um ponto que vale ser observado é que esses autores dos anos de 1980 tinham uma percepção de que a política municipal no Distrito Federal estava totalmente entrelaçada com a política no âmbito nacional. Desta forma não havia interesse em analisar as particularidades presentes na municipalidade.

O segundo grupo é formado por pesquisadores que desenvolveram seus trabalhos a partir de 1990, tendo como ponto principal e comum uma pesquisa mais focada na administração municipal carioca. Destaca-se Américo Freire, que em seu trabalho acompanhou os projetos para a construção político-administrativa do Distrito Federal, procurando analisar os embates presentes entre os poderes federais e a municipalidade. Sua obra traz uma nova interpretação sobre a centralidade e importância que as elites políticas cariocas desempenharam ao longo da Primeira República, elucidando também as tentativas do poder federal em obstruir o campo de atuação da municipalidade.

Outra representante desse grupo, é Surama Conde de Sá Pinto, que em seu trabalho traz uma contribuição acerca da formação da elite política carioca, que, diferente das demais elites, carregava como característica a heterogeneidade, principalmente da origem de seus membros. Isso porque, sendo o centro político, econômico e intelectual da época, a cidade do Rio de Janeiro abrigou diversos indivíduos que buscava para suas formações nos cursos superiores. Esse processo acabava por gerar um vínculo com a cidade que escolheram para morar e desenvolver suas atividades²⁷. Alguns desses jovens seguiram carreira política, mas ao contrário de Carvalho, Pinto não interpreta essa característica como algo negativo, visto que, por meio das sociabilidades, esses jovens vivenciavam as demandas da cidade, além de representarem a realidade local, que também era composta por uma população heterogênea²⁸.

²⁶ Ibid., p. 22.

²⁷ Ibid., p. 31.

²⁸ Ibid., p. 31.

Como parte desse grupo, destaca-se Marcelo Magalhães, que buscou analisar a atuação do Conselho Municipal carioca durante os anos iniciais da Primeira República. Em sua obra, *Ecos da Política: a Capital Federal*, o historiador utiliza como fonte as Atas das reuniões do Conselho, presentes nos Anais da instituição e as mensagens, ordinárias e extraordinárias, enviadas pelo prefeito ao Legislativo municipal. Por meio desse levantamento, Magalhães elucida a dinâmica dos poderes municipais carioca e as relações de representação política na Primeira República. Além disso, versa sobre os embates entre os quatro poderes atuantes na capital federal²⁹.

Apesar de apresentar diversos temas relacionados ao funcionamento da cidade, seu foco é o funcionalismo e o orçamento, duas importantes temáticas que envolviam disputas em torno dos investimentos a serem feitos pelos poderes constituídos. Toda essa disputa, para Magalhães, era fundamental no que diz respeito à capacidade de montar e preservar redes de influência política. Ao analisar principalmente as mensagens enviadas pelo prefeito ao Legislativo, Magalhães traz luz a uma nova interpretação, mostrando a centralidade que o Conselho Municipal exercia nas discussões sobre a cidade³⁰. O autor também utiliza as charges presentes na *Revista Ilustrada* para analisar a forma como os meios de comunicação retratavam as disputas presentes entre os poderes e a atuação da municipalidade, o que se apresenta como chave fundamental para entender as relações políticas entre representantes e representados³¹. Percebe-se que, pelo menos nos primeiros anos da República, a municipalidade tinha uma importância significativa nas questões que envolviam a cidade do Rio de Janeiro, nas palavras de Magalhães:

Cabia ao Conselho cuidar das temáticas como: funcionalismo municipal, orçamento, impostos, empréstimos, patrimônio, desapropriação, posturas municipais, compra de imóveis etc. devido ao número elevado de atribuições o executivo municipal acabava dependendo das deliberações do legislativo municipal para governar.³²

As tensões presentes na relação entre os poderes federal e municipal transformaram a administração da capital em um campo de batalha. Era notório que a ponta mais frágil desse cabo de guerra era o poder municipal, principalmente pela questão da nomeação do prefeito ser feita pelo presidente da República e pelos

²⁹ MAGALHÃES, op. cit., p. 35.

³⁰ Ibid., p. 34.

³¹ Ibid., p. 39.

³² Ibid., p. 32.

vetos serem decididos pelo Senado. Desta forma, o Conselho Municipal precisou buscar meios que lhe garantisse papel de destaque no jogo político da municipalidade. A sustentação do Conselho Municipal no cenário político dependia, senão totalmente, em grande parte, da construção da sua imagem perante a opinião pública. Entende-se que a elite política carioca via o Conselho Municipal como uma ferramenta importante de atuação e que sua autonomia era muito benéfica aos seus interesses, que, por sua vez, só seria alcançada a partir de uma boa construção da imagem da instituição e de seus intendentes perante a população carioca. Na busca por esse objetivo, os jornais se tornaram uma vitrine para o legislativo municipal, onde puderam construir uma imagem ativa nas resoluções das demandas municipais, além de equacionar o desejo e a necessidade de mais autonomia para o benefício da cidade. É o que fica claro ao lermos o editorial publicado pelo *O Paiz* dias após a eleição do Conselho Municipal de 1897, onde o editor aborda o tema da autonomia municipal:

No seu relatório, ontem lido no Conselho Municipal, o digno prefeito apresenta-lhe as linhas gerais de um roteiro, que os Srs. Intendentes deverão adotar, se quiserem deixar do seu período legislativo traços evidentes e merecedores de aplausos. O Dr. Furquim Werneck, com justo zelo pela dignidade e autonomia do Distrito, até hoje tratado como um burgo podre pelos poderes da União, convida o conselho a fazer uma clara reivindicação dos direitos do governo municipal. Não há quem de espírito claro e sereno recuse a sua aprovação a este protesto, que de ano a ano mais fundamentos adquire, pelo pouco caso ligado à autonomia do Distrito, pela facilidade leviana e impertinente com que a bem dos cofres da União se passam para a municipalidade serviços administrativos, representando fortes encargos, que as rendas daquela não comportam.³³

Se, até 1897, o Conselho Municipal conseguiu manter um certo domínio da política local e um bom campo de atuação, mesmo com as pressões vindas da União, o ano seguinte representaria uma quebra nesse padrão. A eleição de Campo Sales inaugurou um novo capítulo da política nacional, com a instauração da chamada política dos governadores, e também da conjuntura político-administrativa da capital. Segundo Freire, a chegada de Sales ao poder deu início a uma política mais intervencionista na municipalidade do Rio de Janeiro, o que fica nítido com a medida adotada pelo Congresso Nacional de rediscutir as diretrizes da Lei Orgânica do Distrito Federal³⁴. As discussões se basearam no projeto apresentado pelo senador baiano Severino Vieira, que tinha como intuito um novo projeto

³³ *O Paiz*, 06/03/1897, p. 1.

³⁴ FREIRE, op. cit., p. 26.

político-institucional para a capital federal, que excluía ou modificava pontos importantes da lei orgânica. Seu foco principal estava em concordância com as propostas do então presidente eleito, a ideia de transformar o Distrito Federal em uma região neutra e sem interferências das elites cariocas. Freire aponta que uma das principais medidas abordadas pelo senador era acabar com o poder representativo, o Conselho Municipal, e concentrar nas mãos do prefeito a administração do Distrito Federal³⁵. A então medida já passaria a valer a partir do fim do mandato dos intendentos vigentes, ou seja, ainda naquele mesmo ano. A proposta foi duramente criticada pela bancada carioca na Câmara e até por políticos de oposição ao poder municipal, como Rui Barbosa³⁶. Desta forma, ela não foi aprovada e o Conselho Municipal foi mantido.

A falta de defesa da proposta ficou expressa nas diversas modificações que ela sofreu ao longo da sua tramitação no Congresso, começando pela Comissão de Justiça e Legislação. Segundo Freire, “em linhas gerais, o substitutivo da comissão propôs um perfil para o Distrito Federal em que o regime municipal se tornaria apenas uma formalidade jurídica”³⁷.

Pode-se perceber que o ano de 1898 representou de fato o início da implementação da proposta de neutralização da política na capital federal, que buscou nortear os debates acerca da elaboração da lei orgânica da capital em 1892. Apesar da manutenção do Conselho Municipal, o órgão foi esvaziado política e administrativamente, em contrapartida boa parte das suas incumbências foram transferidas para o prefeito³⁸. Dentre elas encontra-se o ponto crucial que serviu de sustentação para o Conselho Municipal, a questão do funcionalismo, visto que, a nomeação de cargos públicos e de controle das despesas municipais passaria a ser atribuição do prefeito. Segundo Freire, essa medida reduziria o poder dos intendentos na formação e fortalecimento de suas redes de apoio político³⁹. Outros pontos propostos pela comissão também valem destaque, como a proibição de reeleição para os intendentos, a apreciação dos vetos que passou a ser de total responsabilidade do Senado e a extinção do sistema de turnos nas eleições municipais.

³⁵ Ibid., p. 97.

³⁶ Ibid., p. 99.

³⁷ Ibid., p. 100.

³⁸ Ibid., p. 100.

³⁹ Ibid., p. 100.

Como previsto no projeto aprovado no Legislativo federal, ficou a cargo do mandato de Rodrigues Alves, que iniciou em 1902, a elaboração final da legislação da capital federal. O referido ano e os dois subsequentes foram de extrema importância para a consolidação do modelo da capital com a aprovação das Leis n. 939, de dezembro de 1902 e n. 1101, de novembro de 1903 e finalmente o Decreto n. 5160, de março de 1904⁴⁰. A notável agilidade na aprovação da Lei n. 939 demonstrou a proatividade das forças federais em colocar em prática o seu modelo ideal de Distrito Federal, já que esta foi aprovada dentro de um mês no Congresso Nacional. Diferente de outros momentos em que se levantou o debate sobre projetos de leis relacionados a organização político-administrativa da capital federal, não houve uma resistência das bancadas do Rio de Janeiro, a não ser por parte do deputado carioca Sá Freire, que tentou pautar as discussões sobre a nova lei orgânica da capital apresentando um projeto na Câmara dos Deputados que tinha como finalidade aumentar a autonomia e a força do Conselho Municipal. Freire aponta que era um político experiente e sabia, como de fato aconteceu, que seu projeto seria rejeitado, mas tentou, por meio de sua defesa, dar início aos debates sobre a legislação que iria vigorar, trazendo a proposta como um norte para as negociações⁴¹. Mesmo assim, seus planos foram frustrados, visto que seu projeto foi inteiramente rejeitado e substituído por um novo, que diminuiu ainda mais a autonomia e a força do Conselho Municipal.

A lei representou o início da chamada “ditadura do prefeito”⁴², onde além de dar plenos poderes ao Executivo municipal, serviu para a instauração de mudanças significativas relacionadas à legislação do Distrito Federal. Dentre seus dispositivos estava a manutenção do mandato de dois anos dos intendentes, sem direito a reeleição, além da livre escolha por parte do presidente da República na nomeação do prefeito. Já as modificações podem ser exemplificadas com a diminuição de cadeiras no Conselho Municipal, de 15 para 10 e o adiamento de seis meses para eleição dos novos intendentes, o que causou um recesso forçado no Legislativo municipal. O ano seguinte também representou mudanças importantes na administração municipal, a partir das discussões relacionadas à Lei n. 1101. Os debates começaram a partir da proposta de lei apresentada pelo deputado gaúcho

⁴⁰ Ibid., p. 120.

⁴¹ Ibid., p. 121.

⁴² Ibid., p. 123.

Cassiano do Nascimento, que defendia a prorrogação do fechamento do Conselho Municipal por mais um ano. Essa medida gerou grande comoção dos parlamentares do Distrito Federal e de outros estados, além da desaprovação de parte da opinião pública que outrora defendera a decisão do recesso obrigatório de seis meses. Mesmo assim, Freire aponta que a proposta chegou a ser aprovada por uma votação de 86 votos contra 19⁴³.

Ainda nos primeiros meses de 1904 foi aprovado o Decreto n. 5160, que consolidava a Lei Orgânica da Capital Federal. A partir de então estava firmada a base legislativa da política e da administração do Distrito Federal, que se manterá até o final da Primeira República, mesmo com algumas pequenas alterações ao longo do regime. Em linhas gerais o novo ordenamento concentrava o sistema político na figura do prefeito, sendo assim, por ser um cargo de indicação do presidente da República, dava ao Executivo federal grandes poderes de atuação dentro do município. Além disso, o processo de esvaziamento das atribuições do Conselho Municipal, que vinha acontecendo desde 1897, se consolidou e acabou por restringir a atuação das elites políticas cariocas. Observa-se que, apesar disso, é possível enxergar que o Conselho Municipal não saiu totalmente enfraquecido dessa disputa, a começar pela modificação da resolução inicial, que propunha o seu fechamento. Além disso, Freire aponta que:

Foi preservada, entre outras, a sua função precípua de organizar anualmente o orçamento municipal, o que, mesmo nos limites estabelecidos pela lei, dava alguma margem de negociação àquela casa representativa e seus debates e acordos com a prefeitura. Além disso, caberia ainda ao conselho atribuições como decretar todos os impostos que não fosse da competência privativa da União, regular a administração e o arrendamento de patrimônio municipal fora os casos anteriores previstos na lei 1101; regular diferentes serviços municipais como higiene, abastecimento de água, entre outros.⁴⁴

Estabelecidas as bases político-administrativas do Distrito Federal, é possível observar as adaptações sofridas pelo Conselho Municipal na tentativa de se manter enquanto instituição com poderes. Nota-se que, a postura combativa assumida pelos intendentes após aprovação do Decreto n. 5160, foi dando lugar a conciliação e a barganha com quem agora despontava nas decisões sobre o município; o prefeito. Essa questão fica clara ao analisarmos que, mesmo formada por uma maioria de opositores ao Executivo municipal, o Conselho adotou um

⁴³ Ibid., p. 126.

⁴⁴ Ibid., p. 131.

posicionamento mais apaziguador, se utilizando dos mecanismos que ainda tinha para conseguir barganhar com o prefeito. Isso mostra que não foi a composição que modificou a postura, mas sim o entendimento da relação e do novo papel do Conselho Municipal dentro do jogo político da capital. Essa relação “cordial” se baseou em uma prerrogativa de extrema importância que permaneceu sob tutela do Conselho; o orçamento municipal, pois caberia a ele o estabelecimento das diretrizes dos recursos anuais, assim como a prerrogativa de permitir a abertura de créditos e a tomada de empréstimos por parte do prefeito. Outro ponto crucial para o Conselho Municipal será a da composição das suas elites políticas, ganhando destaques figuras mais ecléticas e abertas ao diálogo, como Augusto de Vasconcelos. Essa reorganização da política municipal trará benefícios ao próprio Conselho, que, por meio do Decreto n. 1619A, conseguiu a ampliação dos mandatos de intendentess para três anos, a reeleição dos intendentess e o aumento do número de cadeiras do Conselho, que saiu de 10 para 16. Esse rearranjo foi tão positivo para as elites que conseguiria perpetuar o seu domínio político na capital por cerca de dez anos⁴⁵, como aponta Freire.

O final da década de 1910 e início da década de 1920 foram marcados por mudanças significativas na conjuntura nacional brasileira, que culminaram no golpe de Vargas em 1930. Sendo o Rio de Janeiro a capital do país e o centro político nacional, essas transformações acabaram por atingir também a política local carioca. As mudanças eram notoriamente vistas por meio das obras de europeização da cidade encabeçadas pelo prefeito Pereira Passos, que, por sua vez, dependia de uma boa relação com o Conselho Municipal, responsável pela aprovação dos créditos e empréstimos para a manutenção das obras pretendidas pelo Executivo municipal. É dentro dessa temática que os intendentess buscaram se manter ativos nas decisões e debates políticos do Rio de Janeiro, já que, como citado anteriormente, o orçamento se tornou um grande trunfo nas mãos do Conselho Municipal.

A instituição passou por algumas mudanças estruturais que foram importantes para a manutenção da sua relevância no cenário político carioca. Entre elas está a quantidade de eleitos que ocupariam a vaga de intendentess, que passou

⁴⁵ Ibid., p. 149.

de 16 para 24, a partir do Decreto n. 3206, de 20 de novembro de 1916⁴⁶. Vale ressaltar que essa quantidade permaneceu a mesma até 1930, sendo a última alteração de número de cadeiras pela qual o legislativo municipal passou. Entende-se que o aumento dos intendentess na composição da casa, representava também um aumento da influência do Conselho no cenário político, além de ampliar a atuação das elites políticas cariocas. Outro ponto importante, diz respeito à discussão dos projetos, que precisavam passar por três sessões até que houvesse uma votação final. Finalizada essa votação, o projeto aprovado iria para o prefeito que tinha um prazo de cinco dias para sancionar ou enviar o veto e a justificativa para o Senado, se este prazo não fosse cumprido, o projeto seria automaticamente aprovado. Esses pontos são importantes, pois apresentam o modo como a política municipal passou a funcionar nos últimos 15 anos da Primeira República, onde as demandas apresentadas pelo Conselho ganharam agilidade e centralidade nas discussões. De certa forma, apesar de não ter controle direto sobre os vetos do prefeito, a delimitação de um prazo para vetar ou sancionar significou uma medida importante para a instituição.

Os trabalhos apresentados anteriormente, principalmente pelos historiadores a partir da década de 1990, são importantes para uma nova percepção da política carioca, enriquecendo o debate sobre a atuação e a relevância dos poderes municipais na transformação do Rio de Janeiro em Distrito Federal e ao longo da Primeira República. Elucidam a participação das elites políticas cariocas nas demandas da cidade, desmistificando a visão de uma instituição completamente alheia e com intendentess centrados nos seus interesses pessoais. Identificou-se, por meio dessas produções, insatisfações com a falta de autonomia e a interferência política do governo federal nos assuntos municipais. Além disso, elucidaram as relações que o Conselho Municipal estabeleceu com os outros poderes para a manutenção da sua relevância no cenário político até o final da Primeira República. Apesar disso, autores como Freire, Pinto e Magalhães limitaram seus estudos à política institucional, não levando em consideração as relações interpessoais e as experimentações individuais da política no período. Entende-se que há na individualidade uma contribuição significativa para se entender o jogo político na

⁴⁶ SILVA, Thais Lopes. Práticas políticas: um olhar sobre o legislativo municipal carioca na década de 1920. 2010. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010, p. 29.

capital federal, buscando os sentidos de política dado pelos personagens que vivenciaram parte desse processo. Dessa forma, acredita-se que, para além do panorama aqui apresentado, é importante se debruçar sobre a experiência e experimentação da política individual, com o intuito de enriquecer e trazer novas percepções sobre a temática.

1.2- Piragibe e a disputa por uma vaga no Conselho Municipal

É possível caracterizar o processo eleitoral na Primeira República como extremamente complexo, principalmente quando nos referimos ao Rio de Janeiro. Isso porque, as características presentes na então capital federal do início do século XX traz à tona uma série de questões que transformaram a disputa política em um processo ainda mais complicado. Dentre eles, está o fato da grande interferência do poder federal nas incumbências da municipalidade, além do diminuto campo de ocupação política, principalmente a partir da aprovação da Lei Orgânica e dos demais decretos apresentados anteriormente. Características como o aumento das atribuições do Executivo municipal, e consequentemente a diminuição das do Conselho, e a livre nomeação do prefeito pelo presidente da República foram medidas que deram novos contornos à municipalidade. Apesar disso, para Freire, não houve uma completa ineficiência do Legislativo municipal, visto que, as elites políticas utilizaram as prerrogativas da casa para continuar exercendo influência na política regional⁴⁷. Para além do processo eleitoral, essas características acabam reverberando no próprio processo de construção política dos indivíduos que buscavam se aventurar por esses caminhos, gerando a necessidade de aglutinar em si alguns requisitos na busca por sobreviver nessa difícil carreira.

Pinto elucida que não existia uma fórmula certa para a construção de uma carreira política no período da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, é possível observar que há uma compatibilidade quando se analisa a formação política de boa parte dos representantes da época⁴⁸. Dessa forma, nota-se que a construção política no Distrito Federal não era algo para amadores, pois dependia de uma tarefa árdua e a necessidade de combinações de alguns

⁴⁷ FREIRE, Américo. Liderança e localismo na I República brasileira, *Ler História* [En ligne], 59 | 2010, mis en ligne le 11 décembre 2015, consulté le 08 juillet 2025, p. 9.

⁴⁸ PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011, p. 57.

pré-requisitos fundamentais. Dentre os quais estão a formação acadêmica, a atuação perante a demandas apresentadas pela população a qual se pretendia representar e as boas relações dentro dos diversos grupos sociais⁴⁹.

A segunda parte do capítulo busca analisar, de forma detalhada, o processo de campanha política do então candidato Dr. Mário Piragibe quando da disputa para entrar no Conselho Municipal. A eleição de 1919, pelo caso de Piragibe, pode ser entendida como uma representação da culminância das características que, segundo Pinto, foram fundamentais para a construção de uma carreira política de sucesso na capital federal.

Ao longo de décadas, autores como Freire, Magalhães e Pinto vêm demonstrando a necessidade de se atentar às particularidades presentes na cena política carioca no período da Primeira República. A então capital federal teve sua política marcada por nuances que em muitos momentos a fizeram se diferenciar das demais regiões do país. Uma dessas características, como apresenta Pinto, diz respeito à origem de seus representantes políticos. Isso porque, o padrão nacional era de uma elite advinda de uma herança política, em que famílias se perpetuavam no cenário político por gerações. Na cidade do Rio de Janeiro essa não foi uma característica fundamental para a introdução de atores, muitos dos principais nomes políticos das primeiras décadas do século XX vieram de uma origem humilde⁵⁰. Nomes como Irineu Machado, Augusto de Vasconcellos, Paulo de Frontin e até mesmo o irmão de Mário, Vicente Piragibe, compartilharam a característica de se tornarem importantes lideranças políticas do Rio de Janeiro vindos de famílias que não tinham uma ligação direta com a política institucional.

Apesar disso, uma característica que esteve presente no Rio de Janeiro, assim como nos demais estados brasileiros, era a formação no ensino superior. Ser diplomado nos principais cursos da época, como medicina, direito ou engenharia, lhe atestava um grande prestígio social dentro da sociedade carioca, necessário para concorrer a uma vaga na esfera federal ou municipal⁵¹. Essa questão se torna ainda mais notória, quando analisamos as formações acadêmicas das lideranças aqui citadas. Irineu Machado e Vicente Piragibe se formaram em direito, o primeiro pela Faculdade de Recife e o segundo na Faculdade Livre de Direito do Rio de

⁴⁹ Ibid., p. 69.

⁵⁰ Ibid., p. 69.

⁵¹ Ibid., p. 69.

Janeiro. Paulo de Frontin se formou em engenharia, pela prestigiada Escola Politécnica. Já Irineu Machado, assim como Mário Piragibe, se formou em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A caminhada acadêmica de Mario Piragibe começa com a sua formação no ensino básico por duas instituições importantes da época, o Externato da Mocidade e o Colégio Pedro II. Ao completar sua formação no ensino básico, conquista seu primeiro diploma em 1903, no curso de farmácia e o de medicina, em 1907, ambos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁵². Ainda durante sua segunda graduação, foi nomeado auxiliar do Serviço de profilaxia da Febre Amarela, em 1905, onde permaneceu até se graduar como médico. Junto a essa função, trabalhou como funcionário da Biblioteca Nacional e foi interno do Hospital da Misericórdia⁵³.

Piragibe se formou em um dos cursos com maior prestígio social da época, o que prontamente lhe abriu muitas portas para a construção de sua carreira no campo de formação e no campo político. Já em 1908, Piragibe foi nomeado interinamente como Inspetor Sanitário do Diretório Geral de Saúde Pública⁵⁴. Criada em 1904, nas reformas sanitárias de Oswaldo Cruz, tinha como principais funções, atender os problemas de saúde da capital e a defesa sanitária dos portos brasileiros⁵⁵. Em 1911 se tornou médico ajudante da Polícia Sanitária do Porto do Rio de Janeiro, repartição dentro da mesma instituição. Sua atuação como médico não se restringiu ao Rio de Janeiro, como mostra o verbete publicado sobre ele na *Revista Ilustrada*, em 1922:

Em 1912 foi chamado a fazer parte da Comissão Sanitária Federal encarregada de sanear as cidades de Campina Grande, no Estado da Paraíba do Norte, e de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte então invadidas pela peste bubônica.⁵⁶

⁵² PIRAGIBE, Mário Ferreira. Verboete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-ferreira-piragibe>

⁵³ Revista *ilustração brasileira* (RJ), 05/06/1922, p. 3.

⁵⁴ PIRAGIBE, Mário Ferreira. Verboete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-ferreira-piragibe>

⁵⁵ FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). *Cronologia histórica da saúde pública*. Brasília: FUNASA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica> Acesso em: 23 de mai. 2024.

⁵⁶ Revista *ilustração brasileira* (RJ), 05/06/1922, p. 3.

Vale destacar que, para além da formação acadêmica adquirida nessas instituições, as mesmas contribuíram para sua formação política, bem como dos demais membros da elite do Rio de Janeiro e de outras regiões do país. Isso porque, a capital federal era o centro intelectual do país, sendo ela o destino da juventude que buscava uma formação no ensino superior. A cidade sediava importantes instituições de ensino, como as já citadas Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Escola Central (Politécnica), além do Colégio Militar, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, entre outras. Essas instituições serviram como centros de sociabilidade em que eram discutidos diversos assuntos, dentre os quais, as demandas da cidade do Rio de Janeiro.

Fora a centralidade que possuía por ser a capital da república, havia também a vivência experimentada por esses jovens, já que em muitos casos acabavam por firmar residência e exercer suas profissões na cidade⁵⁷. Um outro fator determinante quando analisamos o caso de Mário Piragibe é a sua naturalidade, já que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e pôde acompanhar e vivenciar de perto as demandas da cidade ao longo do seu crescimento, gerando o processo intitulado por Pinto de “enraizamento dos assuntos políticos local”⁵⁸.

Mário Piragibe foi um político de origem suburbana, assim como as principais lideranças em ascensão nas primeiras décadas do século XX. Entende-se como subúrbio a definição apresentada por Nelson de Nóbrega Fernandes, que ao analisar o uso da categoria no Rio de Janeiro, destacou a sua formação a partir da expansão urbana da cidade, o que gerou uma segregação dos trabalhadores fora do perímetro urbano e que acabaram por se estabelecer ao longo das estradas de ferro⁵⁹. Para o autor, há um “rapto ideológico”⁶⁰ no processo de formação do subúrbio, visto que até meados do século XIX bairros como Gávea, Botafogo e São Cristóvão também eram considerados suburbanos, mas no século XX ganhou uma nova interpretação a partir das reformas de Pereira Passos. Fernandes também destaca que junto às questões geográficas, outras características são empregadas a partir dessa nova concepção de subúrbio, como o preconceito de classe e noções

⁵⁷ PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011, p. 57.

⁵⁸ Ibid., p. 73.

⁵⁹ MENDONÇA, Leandro Clímaco. jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920. Rio de Janeiro: Mauad X: ANPUH-RJ, 2020, p. 19.

⁶⁰ FERNANDES, Nelson da Nobrega. o rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

depreciativas sobre a região⁶¹. Essa percepção acabou por influenciar a produção historiográfica ao longo de décadas, pois havia uma interpretação carregada de preconceitos sobre a região, sendo caracterizada como um espaço carente de recursos, de extrema miséria e de desorganização social.

Na contramão dessa produção historiográfica consolidada encontram-se trabalhos como o do historiador Leandro Clímaco Mendonça, que nos traz uma nova percepção sobre o subúrbio carioca. Mendonça analisa os diversos grupos de jornalistas que por meio das páginas dos periódicos suburbanos buscaram apresentar e representar a região. Seus jornais e textos equacionaram as demandas do território, como o abastecimento de água, iluminação, segurança, moradias e o desenvolvimento econômico e comercial. O historiador elucida a formação de agremiações que buscavam estabelecer relações com forças políticas municipais e federais, a fim de reivindicar o melhoramento do subúrbio. Dentre elas destaca-se o Congresso Suburbano, que reunia representantes dos bairros do subúrbio com o objetivo de debater as necessidades de suas respectivas localidades e levá-las às forças políticas. A instituição contava com a participação de diversas categorias, como jornalistas, advogados, comerciantes, entre outros, todos advindos do próprio subúrbio.

Com isso, entende-se que a região suburbana foi lotada de uma grande diversidade social, em que há uma convivência do operariado carioca com os grupos intelectuais advindos de diversas formações acadêmicas. Essa diversidade acaba por gerar no subúrbio um dinamismo próprio, que ansiava pelo desenvolvimento da região. Entendendo que esse desenvolvimento seria possível por meio das relações políticas estabelecidas com as forças municipais, figuras da região irão se organizar para criar esse intermédio entre os poderes constituídos e as necessidades do subúrbio. Esse, por sua vez, não será feito apenas por meio das reivindicações, mas também com a ocupação de representantes nos cargos eletivos, principalmente no legislativo municipal. Observa-se que a dinâmica do subúrbio nas primeiras décadas do século XX não se distanciava da realidade do país, pois a formação acadêmica também era vista como prestígio social dentro da ótica suburbana, sendo assim esses acadêmicos acabaram por formar uma elite política do subúrbio e reproduzindo um sistema restrito de atuação política direta.

⁶¹ MENDONÇA, op. cit., p. 19.

Vale pontuar que, apesar disso, essa elite intelectual e política convivia com as necessidades da região e acabavam por buscar atender as demandas de suas localidades. Não diferente, Mário Piragibe irá se beneficiar de seu prestígio social advindo da formação acadêmica em medicina para se lançar no jogo político. Se a formação acadêmica era importante para o prestígio social, fazer parte do restrito grupo político precisava de outras atribuições, como conhecer as pessoas certas.

Segundo Pinto, não era necessário fazer parte de um partido político para concorrer às eleições na Primeira República, mas era primordial, dentro da realidade da política da capital, ter boas relações principalmente com lideranças políticas regionais ou nacionais. Mário Piragibe apresentava vantagens nesse quesito, a começar pela figura do seu próprio irmão. Nascido em 1879, Vicente Piragibe se bacharelou em letras pelo Imperial Colégio de Pedro II e mais tarde cursou a Faculdade de Ciências Jurídica e Sociais do Rio de Janeiro, onde se formou em 1902⁶². Vale destacar que Vicente Piragibe construiu uma carreira sólida no jornalismo antes de atuar na área jurídica e política, motivado pelo falecimento de seu pai, Alfredo Piragibe, no seu primeiro ano de faculdade. Dentre as várias funções desempenhadas na imprensa, foi revisor e secretário do jornal *Cidade do Rio* e redator do periódico *A Imprensa*. Foi um ferrenho opositor ao então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, e por esse motivo acabou sofrendo perseguição política, ficando preso por 60 dias durante o estado de sítio decretado em 1913⁶³. Sua carreira política começou em 1915, onde se elegeu pela primeira vez como deputado federal do Distrito Federal, cumprindo o mandato até dezembro de 1917. Seus projetos de leis, que favoreciam a classe operária, e a sua boa relação dentro dos meios políticos o fizeram se reeleger por mais três legislaturas, permanecendo na Câmara dos Deputados até 1926⁶⁴.

⁶² PIRAGIBE, Vicente Ferreira da Costa, Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE.%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>

⁶³ PIRAGIBE, Vicente Ferreira da Costa, Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE.%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>

⁶⁴ PIRAGIBE, Vicente Ferreira da Costa, Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p. 2. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE.%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>

A importância de se criar laços com setores chaves da sociedade se expressa na publicação feita pelo jornal *A Época*, de 10 de janeiro de 1919, que consta:

Casaram-se hoje o sr. Manuel António Damásio Filho, funcionário municipal, e a senhorinha Amélia Antunes de Aguiar, filha do sr. Manuel Antunes de Aguiar, proprietário e capitalista.

As cerimônias realizam-se: a religiosa, na igreja de N. S. do Desterro; a civil, na 8ª pretoria cível. Em ambas as cerimônias, foram padrinhos: por parte da noiva, o sr. e a srª. Vicente Piragibe; por parte do noivo, o sr. dr. Mario Piragibe.⁶⁵

A notícia vai além das felicitações aos noivos Manoel Antônio Damásio Filho e Amélia Antunes Aguiar, ela traz informações relevantes para se entender a influência das boas relações dentro do processo eleitoral na capital federal. O primeiro ponto a ser analisado aparece de forma implícita, pois não é algo que esteja no texto da reportagem, mas sim a própria existência dela, pois a vinculação de um evento particular nos meios de comunicação representava o prestígio que os indivíduos tinham dentro da sociedade carioca. Outro ponto a ser analisado é a presença das profissões do noivo, funcionário municipal e do pai da noiva, Manuel Antunes de Aguiar, proprietário e capitalista. Esse detalhe se torna importante pois os dois desempenham funções chaves nas quais os políticos e candidatos do Rio de Janeiro buscavam ter boas relações. O último ponto a ser analisado é que os únicos nomes que aparecem na notícia, além dos noivos e do pai da noiva, são os dos irmãos Vicente e Mário Piragibe.

Destaca-se também duas campanhas eleitorais feitas no *Jornal do Commercio* de 1919, pouco tempo antes das eleições. A primeira foi encomendada pelo também candidato a vaga de intendente nas eleições daquele mesmo ano, Adolfo Bergamini:

Política do Distrito Federal

2º Districto Eleitoral

Inteiramente de acordo com os princípios consubstanciados no manifesto de apresentação do Partido Republicano do Distrito Federal e firmado pelo Sr. Senador Metello Junior, solicito, com vivo empenho, aos amigos que me distinguem como seu apoio ao sufrágio, no pleito de 26 de Outubro corrente, o nome do Sr. Francisco Pinto da Fonseca Telles, para deputado e que sustentem a chapa infra para a renovação municipal.

Para Intendentes

⁶⁵ *A Época*, 10/01/1919, p. 4. Decidiu-se, para facilitar o fluxo da leitura, atualizar as grafias de todas as citações dos jornais e atas das sessões do Conselho Municipal, mantendo a pontuação e as letras maiúsculas.

Honorio dos Santos Pimentel
Alberico Dias de Moraes
Henrique Tavares Lagden
Francisco Chaves Mendes Diniz
Mario Piragibe
Antonio José Teixeira
Mario Julio dos Santos
Adolpho Bergamini⁶⁶

Já a segunda, publicada em 24 de outubro de 1919, encomendada por A. R. Campos Sobrinho, dizia:

Eleições do 2º Districto
Peço aos meus amigos se dignem sufragar os nomes abaixo mencionados nas eleições para:
Deputado
Dr. Raul Capello Barrozo,
Intendentes
Albérico Dias de Moraes
Dr. João Baptista de Azevedo Lima
Dr. Mario Piragibe
Manoel Luiz Machado
Dr. Julio Cezário de Mello
Dr. Eduardo Xavier
Coronel Arthur Alfredo Corrêa de Menezes.⁶⁷

Entende-se ser de real importância uma breve apresentação sobre os atores que assinam essas publicações. A começar por Adolfo Bergamini, que nasceu em Cataguases, Minas Gerais, em 11 de outubro de 1886, filho de pais italianos, veio para o Rio de Janeiro para estudar. Passou por diversas instituições, como a Escola Barão do Rio Doce, Externato Gomes de Sousa e o Mosteiro de São Bento. Começou sua carreira no jornalismo após fundar o jornal *O Estudante*, em 1902, mas precisou largar o jornalismo por questões financeiras, ingressando na polícia como escrevente, onde acabou firmando carreira⁶⁸. Em 1906 adquiriu patente de oficial da Guarda Nacional e em 1907 se tornou escrevente da 2ª Delegacia Auxiliar e escrivão do 13º Distrito Policial. A partir de 1908, passou a conciliar sua vida na polícia com o jornalismo, ingressando nos jornais *O Século* e *Folha do Dia*, onde permaneceu até 1912, quando passou a ser redator judiciário do *Jornal do Commercio*. Após formar-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro,

⁶⁶ *O Commercio* (RJ), 09/10/1919, p. 12.

⁶⁷ *O Commercio* (RJ), 10/10/1919, p. 15.

⁶⁸ BERGAMINI, Adolfo, Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/bergamini-adolfo>

fundou, em 1919, *O Jornal*, com Toledo Lopes. Deu início a sua carreira política só em 1921, visto que acabou perdendo o pleito de 1919, sendo reeleito em 1923. No ano seguinte se elegeu deputado federal, se reelegendo em 1927, e se tornou interventor no Distrito Federal em 1930, nomeado por Getúlio Vargas⁶⁹.

No caso de Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho não se tem informações sobre sua origem. Iniciou sua vida na carreira militar em 1898, como major do Exército brasileiro, além de se tornar presidente da Comissão de Alistamento do Distrito de São Cristóvão, em 1900. Nas Forças Armadas ocupou a vaga de Primeiro Oficial da Repartição Geral de Estatística, entre 1905 e 1907, quando foi reformado e se tornou, no ano seguinte, chefe da seção da Diretoria Geral dos Correios⁷⁰. Sua carreira política na capital federal se inicia ainda no período em que estava no Exército, sendo eleito pela primeira vez como intendente municipal em 1906, conseguindo sua reeleição por mais quatro mandatos.

As campanhas abordam grupos importantes que tinham uma força central nas eleições cariocas; os jornalistas e os funcionários públicos. Estes tinham uma atuação primordial na formação da opinião pública, visto que, na Primeira República, os periódicos serviram como intermediários entre políticos e sociedade civil. Era a principal forma de vincular suas ideias, seus projetos, sua atuação e debater com seus opositores, postura adotada por muitos políticos da época. Seus donos controlavam as publicações que seriam vinculadas. Assim, a boa relação com essas figuras era fundamental não só na campanha eleitoral, mas ao longo do mandato. Para além de ser um mecanismo de propaganda da sua figura, servia como uma forma de angariar capital político, mas também, como aponta Pinto, uma forma de perdê-lo⁷¹. Já os funcionários públicos representaram uma classe atuante em relação à política municipal, visto que em diversos momentos se utilizaram principalmente do Conselho Municipal para ter as suas demandas atendidas. Por formarem um grupo numeroso de eleitores, era de extrema importância para um candidato a um mandato de intendente ter boas relações com as categorias do funcionalismo público da capital. De certa forma, a própria passagem de Mário Piragibe pelo funcionalismo público lhe dava prestígio perante a sociedade carioca.

⁶⁹ BERGAMINI, Adolfo, Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p. 2. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/bergamini-adolfo>

⁷⁰ *O Século*, 01/10/1908, p. 1.

⁷¹ PINTO, Um eterno burgo pobre. op. cit., p. 70.

Vale destacar que, uma boa relação com os pares profissionais, especialmente para aqueles em posições de prestígio social, como os médicos, desempenhava um papel crucial na busca por apoio político para cargos no Conselho Municipal. Os médicos, muitas vezes considerados membros respeitáveis e influentes da sociedade, estavam em posição privilegiada para construir alianças políticas e ganhar o apoio de outros profissionais e da comunidade em geral.

Ao longo de sua atuação profissional, Mario Piragibe conseguiu criar uma carreira sólida, visto que desempenhou várias funções de destaque na área médica. A presença em lugares de sociabilização com os pares profissionais tornou-se crucial para obtenção de apoio político, o que ocorreu com Piragibe, como mostra a publicação do *Jornal do Commercio*.

Associação médico-cirúrgica - [...] Passando-se a primeira parte da ordem do dia, tem a aplacar o Dr. Veiga Dantas, que faz algumas considerações acerca das relações econômicas entre laticínios que se consomem nesta capital, lembrando que o preço da manteiga tem subido constantemente todos os anos, até atingir, hoje, um nível elevadíssimo. [...]

Aprovada a proposta do Dr. Vargas Dantas, o Dr. Presidente nomeia os Drs. Salgado Lima e Mário Piragibe para com o Dr. Vargas constituírem a comissão a se entender com a Prefeitura a respeito.⁷²

Não era só com a elite política e econômica que um candidato deveria ter boas relações, era necessário transitar em outras camadas sociais, principalmente dentro do distrito que se pretendia representar. Mário Piragibe foi candidato a intendente pelo Segundo Distrito, comumente conhecido como zona suburbana, que, apesar de ter uma diversidade social, ainda assim era formada majoritariamente pela população mais pobre da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, um candidato desse distrito tinha como incumbência se relacionar bem com esse grupo social, pois era deles que adivinha a maioria dos seus votos. Ao longo de muito tempo a participação política da população mais pobre nos meios políticos institucionais vem sendo debatida por diversos historiadores. A historiografia mais recente tem demonstrado um interesse dessa parcela da população nas escolhas de seus representantes políticos como mecanismo de ter as suas demandas atendidas. Toda reforma política pela qual a municipalidade passou na Primeira República, até a culminância da lei orgânica de 1904, transformou o subúrbio carioca em uma zona de grande interesse pelos políticos profissionais. O que de

⁷² *Jornal do Commercio*, 20/05/1919, p. 7.

certa forma acabava por criar uma disputa mais acirrada para ocupação das vagas no Conselho Municipal correspondente a essa região. Com isso, a necessidade de cativar o maior número possível de eleitores era imprescindível, gerando assim uma aproximação entre representantes e representados. Para além de identificar as demandas das necessidades e realidades da região, era de grande importância a vivência por parte dos candidatos dessas questões. Isso fica elucidado quando se analisa a eleição de diversos candidatos pelo Segundo Distrito, que eram provenientes do subúrbio carioca. Nesse quesito, Piragibe também tinha vantagem, pois era de origem suburbana, mais precisamente dos bairros do Méier e Engenho de Dentro.

Sua relação com a região fica exemplificada quando analisamos a publicação feita pelo jornal *A Época* em 1919, pouco antes da eleição municipal.

Polytheama Meyer - Nesta popular casa de diversões do Meyer, será realizado no dia 15 do corrente um importante festival organizado pelo estimado secretário da empresa Araujo Filho, sr. J. Silva, em homenagem ao conceituado clínico Dr. Mario Piragibe.⁷³

Teatro criado no Méier em 1917, pelo empresário J. J. Araújo Filho, passou a ser um centro de sociabilidade da região, recebendo diversos eventos, como peças, projeção de cinema e blocos de carnaval. Foi um importante reduto dos artistas do subúrbio, que buscavam romper com o domínio cultural presente no centro da cidade. Por meio da publicação é possível notar que o espaço também se apresentou como palco para o debate político, não obstante as diversas associações e clubes espalhados pelo subúrbio carioca. Essa realidade fica exemplificada a partir do trabalho de Leonardo A. de M. Pereira, intitulado *A dança da política*. Nele, o autor identifica que, apesar do sistema oligárquico na Primeira República buscar mecanismos para afastar grande parte da população dos meios diretos da política, como as eleições, esses não foram capazes de impedir que se utilizassem de outros mecanismos como instrumentos para a atenção devida às suas demandas. É nesse contexto que surgiram e se multiplicaram clubes e associações de trabalhadores, espaços que vivenciaram as manifestações culturais e as festividades de seus membros, mas também experimentaram a atuação política e meios de atenção às suas demandas. Nesse contexto, podemos destacar a centralidade desses espaços, como o Polytheama Meyer, que articulava em si a

⁷³ *A Época*, 06/05/1919, p. 6.

dualidade do lazer e da política. Tornou-se comum, nas primeiras décadas do século XX, a utilização desses ambientes como locais para propagandear suas propostas enquanto candidatos aos cargos eletivos, como feito por Piragibe.

Para além de ser um ouvinte atento às demandas e vivenciar as experiências de seus eleitores, os candidatos precisavam atuar em prol da sua base de apoio, inclusive antes mesmo de conseguirem se eleger. A realidade da cidade do Rio de Janeiro, somado a falta de uma oligarquia local, gerava nos aspirantes ao Conselho a necessidade de mostrar serviço a seus representados, o que vai ao encontro às profissões que mais tinham prestígio dentro da sociedade (médicos, advogados e engenheiros). Para Pinto, essas atividades acabavam por proporcionar a seus praticantes o desenvolvimento de “ampla rede de relação”⁷⁴, o que facilitava a interlocução com o eleitorado a que se pretendia conquistar. Isso porque, com o baixo recurso vivenciado por boa parte da população e a precariedade da oferta de serviços públicos por parte do Estado, acabava por entregar a essa elite econômica e política mecanismos de assistência à população de seus redutos eleitorais. A antropóloga Karina Kuschnir elucida essa questão por meio da ideia do representante-mediador:

O êxito político é proporcional a sua capacidade de articular esses vínculos com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores, projetos e dramas e, ao mesmo tempo, é alguém diferente, que pode trazer soluções de mundos distantes de sua realidade.⁷⁵

Ao analisarmos o período pré-eleitoral de Mário Piragibe, é possível notar que o então candidato plantou frutos que foram de grande importância para o seu futuro político e na capitalização de votos. Destaca-se aqui a publicação feita pelo jornal *A Época*, em 24 de maio de 1919:

Associação de Nossa Senhora da Saúde e da Paz - [...] Ofereceram serviços médicos gratuitamente, muitos abalizados clínicos, como podermos no Meyer constatá-lo, pelo oferecimento espontâneo que fizeram os drs. Artidonio Pamplona e Mario Piragibe.⁷⁶

A filantropia, além de proporcionar benefícios à comunidade, como serviços médicos gratuitos, desempenha um papel crucial na construção de capital político.

⁷⁴ PINTO, Um eterno burgo pobre. op. cit., p. 69.

⁷⁵ KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 8.

⁷⁶ *A Época*, 24/05/1919, p. 5.

Quando profissionais que pela sua formação acadêmica já atraem um prestígio na sociedade, como os médicos mencionados, oferecem seus serviços de forma voluntária, não estão apenas prestando um serviço a população da região, mas também buscam sua gratidão e confiança. Essa conexão emocional e de confiança pode se traduzir em apoio político quando esses profissionais ou suas causas entram em pauta. Além disso, a prestação de serviços filantrópicos muitas vezes envolve interações regulares com membros da comunidade, permitindo aos prestadores de serviço entenderem melhor as necessidades e preocupações locais. Isso os coloca em uma posição privilegiada para identificar questões políticas importantes e agir como catalisadores para a mudança. Ao estabelecerem-se como líderes altruístas em suas comunidades, esses filantropos podem influenciar ativamente os rumos políticos locais e até mesmo regionais, agregando apoio e mobilizando recursos para causas específicas. Assim, a filantropia não apenas contribui para o bem-estar da comunidade, mas também se revela como uma poderosa ferramenta para a construção de redes de apoio político.

Para além das ações acerca da sua formação, Mário Piragibe buscou se fazer presente em diversos meios de sociabilização, o que lhe permitia atuar em áreas fora da medicina. O que fica evidenciado na publicação a seguir:

Uma comissão para promover junto aos poderes públicos os melhoramentos suburbanos Ainda para o fim de serem melhorados os subúrbios, ficou ante-hontem constituída uma comissão composta dos srs. dr. Mário Reis, dr. Adolpho Bergamini, dr. Mario Piragibe e Mario Julio dos Santos, para promover junto aos poderes municipais e federais os melhoramentos de que carecem os subúrbios desta capital.⁷⁷

A publicação exemplifica a relação existente entre a zona suburbana e a administração governamental, o que também é explorado por Mendonça, ao analisar que a população desta região acabou por ficar à mercê, pois “pouco ou nada se fazia para dignificar as zonas que a constituíam”⁷⁸. Dessa forma, não foram poucas as associações e comissões formadas por membros da elite suburbana na tentativa de solucionar as demandas da região. Essas organizações tinham intuito de levar até os órgãos competentes as queixas e buscar um maior investimento público para a melhoria da infraestrutura dos bairros que compunham o subúrbio. Nas primeiras décadas do século XX surgiram diversos órgãos com incumbência de

⁷⁷ *A Época*, 13/06/1919, p. 3.

⁷⁸ MENDONÇA, op. cit., p. 93.

reivindicação em nome dos bairros suburbanos, como a Associação Beneficiadora de Vila Isabel e o Comitê Central de Melhoramentos em Irajá⁷⁹. Outro importante mecanismo de reivindicação foi o Congresso Suburbano, que tinha como objetivo “representar os interesses de todas as localidades suburbanas”⁸⁰. O Congresso, que foi criado por um grupo de jornalistas do subúrbio, contou com a participação de setores da sociedade, como proprietários, comerciantes e até mesmo políticos representantes do Segundo Distrito, das esferas municipal e federal.

Tanto as comissões formadas nos bairros, como as que buscavam representar a totalidade do subúrbio, se tornam importantes instrumentos de diálogo e ação para o aprimoramento das condições de vida nas regiões suburbanas, promovendo um debate mais amplo e a busca por uma gestão mais próxima das necessidades reais da população. Pode-se afirmar que, ao participarem ativamente dessas associações e comissões, os candidatos a cargos políticos, como Mario Piragibe, tinham a chance de se envolver diretamente nas questões que afetam a comunidade, ouvindo suas necessidades, propondo soluções e contribuindo para o desenvolvimento da região. Dessa forma, esses mecanismos proporcionam uma plataforma para os candidatos interagirem com os moradores, que, em parte, eram eleitores, entendendo e buscando soluções às demandas apresentadas. Como é possível observar na seguinte publicação feita no jornal *A Época*:

Subúrbios

Engenho de Dentro

Melhoramentos suburbanos - A noite de ontem foi de intenso regozijo para os habitantes da estrada de Engenho de Dentro. Motivou isso o facto de ter sido oficialmente inaugurada a iluminação elétrica nas ruas Engenho de Dentro, Francisca Meyer e Dr. Bulhões, melhoramento que foi alcançado pelos drs. Adolpho Bergamini, Mario Piragibe, Mário Reis e capitão Mario Julio dos Santos, sob o patrocínio do deputado Dr. Vicente Piragibe.⁸¹

⁷⁹ Ibid., p. 95.

⁸⁰ Ibid., p. 96.

⁸¹ *A Época*, 22/08/1919, p. 3.

II

Do processo eleitoral de Mário Piragibe a sua atuação política

As produções acerca do processo eleitoral da Primeira República apresentam distinções entre seus autores e com o passar do tempo, tem se aprofundado de forma mais criteriosa no que diz respeito ao seu funcionamento. Isso porque se convencionou, pela historiografia consolidada, a acreditar que as eleições, durante os quarenta anos em que vigorou a Primeira República, foram permeadas pela fraude eleitoral, a violência e a exclusão de grupos minoritários a participação. Inclusive, que essa dinâmica foi implementada em todas as esferas políticas, desde as eleições locais até as escolhas dos presidentes da República. Essa percepção se demonstra muito frágil ao analisarmos a dimensão territorial do Brasil e a instauração do sistema republicano, que ampliava a autonomia administrativa dos estados, dando-lhes contornos específicos em suas políticas locais. Não se pretende aqui negar a dinâmica na qual o sistema se baseou, inclusive o que deu sustentação para que a Primeira República se perpetuasse por tanto tempo. Ainda assim, é importante que se faça uma análise mais cuidadosa e particular, levando em consideração as especificidades sociais, econômicas e culturais do território para se entender a dinâmica política.

Entende-se ser de grande valia iniciar este capítulo trazendo uma análise mais específica da dinâmica eleitoral na capital federal, uma vez que mecanismos, como o voto de cabresto e o coronelismo, não se aplicam nessa região que era majoritariamente urbana. Além disso, a cidade apresentava uma característica específica, que a diferenciava dos demais territórios, a ausência de uma elite política uníssona. Como já apresentado anteriormente, o Distrito Federal se tornou o destino de boa parte dos jovens que buscavam uma formação superior, visto que, nele se localizavam os principais centros de formação acadêmica. Sendo assim, muitos deles acabaram se fixando na cidade, formando uma heterogeneidade dos grupos políticos. Vale destacar que isso não representava um afastamento das questões da cidade, pois, ao residirem nela, acabavam por vivenciar e entender as suas demandas. Outro ponto fundamental é a disputa entre os poderes locais e nacionais, uma vez que nenhuma outra região apresentava essa característica em sua dinâmica política.

A literatura tem apontado para a centralidade que a municipalidade tinha nos processos eleitorais, uma vez que grande parte das etapas aconteciam sobre responsabilidade dos legislativos municipais, como apresentam os cientistas políticos Paolo Ricci e Jaqueline Porto Zulini.

No Brasil de princípios do século XX, o processo eleitoral contava com pelo menos quatro etapas burocráticas necessárias à viabilização dos pleitos, a saber: i) a fase pré-eleitoral (provisão de alistamento, divisão do município em seções, definição dos locais de votação para eleição dos membros das mesas eleitorais); ii) o momento eleitoral (a votação em si); iii) a fase de apuração do resultados (contagem primária dos votos nas seções, cuja as atas seriam depois totalizadas nas juntas apuradoras distritais, havendo espaço para registro de eventuais contestações nos dois momentos); e iv) o reconhecimento dos poderes dos eleitos (na ausência da Justiça Eleitoral, criada somente em 1932, realizado pelos próprios diplomados no Parlamento). Não é exagero dizer que os três primeiros passos deste circuito encontravam-se condicionados à esfera municipal.⁸²

Embora as análises do artigo de Ricci e Zulini estejam centradas nas disputas por cargos federais, é possível traçar paralelos com a dinâmica das eleições municipais. Isso porque a estrutura do processo era bastante similar, inclusive nas fases de avaliação das contestações e validação dos resultados, função exercida pelos próprios intendentess já empossados. Além das atribuições formais relacionadas à condução do pleito, as lideranças locais desempenhavam um papel decisivo, influenciando o desenrolar das votações em diferentes níveis. Tal influência se intensificava especialmente nas disputas por cargos de menor escala, como o de intendente, onde a rivalidade entre grupos políticos se tornava ainda mais evidente. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, onde o campo de ação das forças locais era mais restrito — concentrando-se principalmente no Conselho Municipal — e as elites políticas eram marcadas por uma considerável diversidade, o ambiente eleitoral se mostrava particularmente competitivo. De acordo com Zulini e Ricci, esse aumento na rivalidade política resultava em um volume crescente de denúncias e requerimentos por supostas fraudes. Tais contestações, no entanto, não devem ser interpretadas necessariamente como evidência de corrupção ou ineficiência do sistema, mas sim como indicadores do grau de competitividade existente. Muitas vezes, apresentar uma denúncia era o único recurso disponível

⁸² RICCI, P., ZULINI, J.. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, p. 447.

para questionar os resultados das urnas e registrar formalmente a insatisfação nos anais do Legislativo.

Ao fazer um estudo de caso das eleições realizadas para a formação do Conselho Municipal do triênio de 1919 a 1922, essas informações ficam ainda mais visíveis.

Ata geral da apuração das eleições para intendentess municipais, realizadas em 26 de Outubro de 1919, no Distrito Federal. - Aos doze de Novembro de mil novecentos e dezenove, na sala das sessões, do Conselho Municipal desta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, onde se achavam reunidos os Drs. Octavio Kelly, Juiz Federal da 2ª Vara, Olympio de Sá e Albuquerque, Juiz substituto, e Luiz Guedes de Moraes Sarmento. Procurador Geral do Distrito Federal, presidente e mais membros da junta apuradora das eleições de intendentess municipais, realizadas no dia 26 de Outubro de 1919, depois de ultimados os trabalhos da apuração que tiveram início no dia cinco do corrente, às onze horas da manhã, prosseguindo nos dias seis, sete, oito, nove, dez, onze e hoje, como tudo consta das respectivas actas, mandou o presidente de conformidade com o art. 32, da lei n. 3.028, de 27 de dezembro de 1916, lavrar a presente acta geral, em que se consignassem as ocorrências havidas em processo de apuração, o resultado final da mesma e os protestos oferecidos. Foi este o resultado geral das eleições para intendentess municipais.⁸³

Observa-se que três nomes ganharam destaque no início da ata da sessão realizada em 17 de novembro de 1919: Octavio Kelly, Olympio de Sá e Albuquerque e Luiz Guedes de Moraes Sarmento. Todos ocupavam cargos no Poder Judiciário, o que não é um detalhe menor. Essa presença passou a ser exigida a partir da reforma eleitoral de 1916, conforme apontam Ricci e Zulini, ao destacarem que “a presença física dos representantes judiciais se tornou o critério para a divisão seccional dos municípios”⁸⁴. A participação dos magistrados pode ser interpretada como parte de uma estratégia para reforçar a burocratização e a legitimação do processo eleitoral, uma vez que o Judiciário passou a atuar diretamente em todas as etapas do pleito. Tal presença conferia ao processo uma aparência de ordem, imparcialidade e legalidade. No entanto, isso não significa que as práticas eleitorais controversas tenham sido abandonadas. Muitos desses juizes possuíam vínculos com as elites regionais, o que limitava a real neutralidade das eleições.

⁸³ Anais do Conselho Municipal, 1ª sessão preparatória em 17 de novembro de 1919, p. 3.

⁸⁴ RICCI., ZULINI., op. cit., p. 53.

A criação da Justiça Eleitoral, em 1932, representou um marco fundamental na busca por maior lisura e transparência no sistema eleitoral brasileiro. Apenas a partir dessa instituição — somada a outras medidas como o voto secreto e o sufrágio universal — começaram a ser sanadas, de forma mais efetiva, as demandas por legitimidade das eleições. Ainda assim, é relevante reconhecer que, mesmo durante a Primeira República, houve tentativas de reformar o sistema eleitoral. Essas mudanças, embora limitadas, buscavam conferir ao processo uma base de sustentação legal diante das frequentes acusações de fraudes e favorecimentos.

Além da atuação do Poder Judiciário, as eleições de 1919 também nos dão um panorama sobre as disputas eleitorais e a sua competitividade, principalmente quando se trata dos cargos municipais. A tabela mostra como ela se deu no pleito do referente ano:

Tabela 1- Eleições municipais 1919 - Segundo Distrito

Quantidade de candidatos	Quantidade de votos
5	Acima dos 6.000
5	entre 5.000 e 5.999
3	entre 4.000 e 4.999
1	entre 1.000 e 3.999
6	entre 500 e 999
17	entre 100 e 499
4	entre 70 e 99
6	entre 40 e 69
16	entre 20 e 39
16	entre 10 e 19
98	entre 1 e 9

Fonte: Elaborada com base nos dados disponíveis nos Anais do Conselho Municipal, 1ª sessão preparatória em 17 de novembro de 1919.

É importante destacar que apenas os candidatos que receberam ao menos um voto foram contabilizados, embora a ata registre todos os nomes inscritos no

pleito. A lista completa é extensa, ocupando mais de duas páginas, dispostas em colunas duplas. O levantamento considera exclusivamente os concorrentes do segundo distrito, em razão da escolha do candidato foco deste trabalho, Mário Piragibe, que disputou uma vaga por essa mesma circunscrição. A tabela analisada, aliada às informações previamente discutidas, evidencia o elevado nível de competição pelas posições políticas, especialmente no contexto municipal. Essa acirrada concorrência pode ser associada ao limitado espaço de atuação política durante a Primeira República no Distrito Federal, região que, além de representar a capital do país, concentrava o poder político, econômico e social da época. Os dados revelam não apenas o dinamismo da cena política local, mas também o significativo número de indivíduos engajados nas formas diretas de participação eleitoral.

O expressivo número de candidatos também levanta a necessidade de uma análise mais cuidadosa sobre as afirmações que generalizam o sistema eleitoral da Primeira República como inteiramente corrompido por fraudes, “degolas” e violência. Nesse contexto, é pertinente questionar: o que levaria tantos indivíduos a se engajar em uma disputa supostamente marcada por resultados previsíveis e manipulados? Mais uma vez, é importante frisar que não se pretende negar a existência dessas práticas nos processos eleitorais do período. No entanto, é essencial considerar as especificidades locais e temporais em cada caso. A simples adesão de tantos concorrentes ao jogo político indica que havia, ao menos para alguns grupos ou indivíduos, expectativas reais de participação e possibilidade de inserção nas estruturas de poder, mesmo em um sistema com sérias limitações de legitimidade.

Outro ponto importante de análise presente nessa mesma sessão, é a apresentação das queixas feitas ao longo do processo eleitoral.

À junta foram apresentados: uma procuração passada do Doutor Júlio Gonçalves do Valle, por José Gonçalves de Amorim; dois protestos do Doutor Adolpho Bergamini, a um dos quais respondeu a Junta um outro do Doutor José Alexandre Alvares Velloso de Castro; um outro de Benjamin Magalhães, um outro do Doutor Raul de Barros Madureira, um outro do Doutor Luiz Augusto Drummond Alves; outro de Manoel Joaquim Marinho; outro do Monsenhor Paulino Petra da Fontoura Santos, recebendo ainda a junta dois outros remetidos pela seção do Engenho Novo, os quais devidamente rubricados serão enviados ao poder competente.⁸⁵

⁸⁵ Anais do Conselho Municipal, 1ª sessão preparatória em 17 de novembro de 1919, p. 7.

A Junta Apuradora não se omite em registrar as reclamações apresentadas ao longo do processo eleitoral, totalizando 12 queixas nesta eleição. Observa-se, no entanto, que esse número é relativamente pequeno diante da complexidade e da dimensão do pleito. Vale lembrar que, apenas no segundo distrito, mais de 170 candidatos receberam ao menos um voto — número que aumenta significativamente se incluirmos os concorrentes do primeiro distrito e os que, no segundo, não obtiveram nenhum voto e, portanto, não foram contabilizados neste trabalho. É notável que essas manifestações não eram ignoradas pelas autoridades competentes. As denúncias passavam por análise e julgamento, muitas vezes pela própria Junta Apuradora, e em outros casos eram encaminhadas a instâncias superiores, conforme a jurisdição de cada situação.

Grande parte dessas reclamações partia de candidatos que não conseguiram se eleger para o Conselho, como é o caso de Adolfo Bergamini (5.341 votos), Augusto Drummond Alves (584 votos) e José Alexandre Alves de Castro (88 votos). Percebe-se, assim, que o número de votos obtidos não impedia a formalização de protestos, já que mesmo candidatos com baixa votação recorreram à Junta Apuradora para registrar suas insatisfações. Além das queixas individuais, também se destacam as reclamações provenientes de sessões eleitorais, como a do bairro do Engenho Novo. A ata, entretanto, não especifica o conteúdo dessas denúncias, mas é possível que estivessem relacionadas a falhas no sistema de votação, tentativas de fraude, interferências indevidas ou até confusões ocorridas durante o processo eleitoral. Esse aspecto merece atenção, pois indica que tais comportamentos, embora recorrentes, não eram tratados como naturais ou aceitáveis.

A existência de registros formais de protesto reforça a ideia de que havia canais institucionais para questionar irregularidades, o que evidencia, ainda que parcialmente, o funcionamento de mecanismos de fiscalização e contestação no processo eleitoral da Primeira República. Destaca-se também que o Conselho voltou às suas atividades para a análise das eleições durante 9 sessões da casa legislativa, com o objetivo de certificação do processo eleitoral e análise das queixas levantadas pelos requerentes. Atenta-se para o discurso inicial da 9ª sessão, proferido pelo presidente interino da Casa, Antônio José da Silva Brandão, em que

começa apresentando a aprovação da diplomação dos candidatos eleitos, com a objeção de apenas dois dos integrantes.

1919 - Parecer N. 21

APPROVA AS ELEIÇÕES, REALIZADAS EM 26 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANNO, PARA A RENOVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL, CANDIDATOS DIPLOMADOS, COM A EXCEÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (COMO VOTO EM SEPARADO DOS Srs. Brenno dos Santos e Felisdoro Gaia).

Segundo as disposições do 5º artigo 4º do Regimento interno do Conselho Municipal, vem a Comissão Verificadora de Poderes formular, por seu Relator, o resultado do inquérito realizado nos documentos referentes à eleição municipal de 26 de Outubro próximo passado e oferecer à consideração dos Srs. Intendentes diplomados as conclusões que lhe foram sugeridas pelo estudo das atas, contestações e refutações, a esta Comissão apresentada.

Do estudo detido e minucioso de todos os papéis referentes à eleição municipal de 26 de Outubro último, resultou, para a Comissão Verificadora, a convicção de que os objetivos colimados pelas leis 3.139, de 2 de Agosto de 1916, e 3.208 de 27 de Dezembro do mesmo ano, não falharam felizmente, via de regra, as justas esperanças dos legislador.⁸⁶

Brandão dá prosseguimento ao seu discurso.

Confiado, pela legislação vigente, o êxito do regimento eleitoral ao alto critério e independência dos honrados membros da magistratura federal e local, delegada a cada um dos representantes da Justiça do país uma parcela de responsabilidade na árdua missão de regenerarem, desde o ato do alistamento até o da apuração, os costumes eleitorais abastados por longos anos de práticas fraudulentas e vexatórias, deposta nas mão dos juizes a faculdade de reerguerem do nível, a que tão baixo tinha descido, a prática das operações eleitorais, pode neste momento a Comissão Verificadora proclamar com patriótico orgulho, que o sufrágio universal chegou a ser finalmente, na Capital da República, graças à ação benéfica da Lei e a honestidade dos executantes, uma verdade cristalina e incontestável. Os políticos de todos os matizes, os candidatos eleitos e os não eleitos, a própria opinião pública, sempre e justamente ressabiada com as vãs promessas de uma reforma radical e moralizadora, reconhecem, sem discrepância, que já agora cessou felizmente para honra desta cidade, aquilo a que um dos mais conspícuos escritores pátrios chamou com a máxima propriedade: “o regimen das nashorcas periódicas que a lei marca, denominado-as eleições, eufemismo que era entre nós o mais vivo traço das ousadias da linguagem”.

Observa-se que Brandão, na condição de presidente interino da casa legislativa, utiliza sua posição de destaque no processo para, por meio de seu discurso, reforçar a ideia de lisura e legitimidade das eleições. O primeiro

⁸⁶ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 10.

mecanismo empregado por ele é a valorização do Poder Judiciário como instrumento de validação institucional. Trata-se de uma estratégia eficaz, considerando que esse poder é tradicionalmente associado à imparcialidade e à defesa da legalidade acima de interesses particulares. A promulgação da Lei nº 3.139, de 1916, representou um marco nesse sentido, ao garantir a presença de representantes do Judiciário — tanto em nível municipal quanto federal — em todas as etapas do processo eleitoral, o que contribuiu para conferir maior credibilidade aos pleitos. Brandão também reforça essa legitimidade ao destacar, em sua fala, a ideia de unidade não apenas entre os candidatos eleitos, mas também em relação aos derrotados — justamente aqueles que poderiam apresentar contestações ao resultado.

Outro ponto relevante em seu discurso é o apelo à opinião pública, entendida como uma forma de proteção institucional. A crítica popular aos atos fraudulentos acabava por deslegitimar a atuação dos intendentos perante a sociedade, já que a imagem do Conselho poderia estar atrelada às fraudes eleitorais. Brandão não ignora os problemas enfrentados em eleições anteriores, mas faz questão de afirmar que tais desvios já não se fazem presentes no contexto atual. Por fim, ele particulariza essa suposta “limpeza moral eleitoral” ao destacar a cidade do Rio de Janeiro como exemplo de correção e boa condução do processo eleitoral, sugerindo que a capital estaria à frente na consolidação de práticas democráticas e transparentes.

É possível perceber, a partir do processo eleitoral analisado, a importância de se compreender a complexidade imposta pelo regime vigente. Apesar de suas contradições, não se pode caracterizá-lo como totalmente ilícito e fraudulento, tampouco afirmar que suas estruturas careciam por completo de legitimidade e funcionalidade. Observa-se que houve tentativas de aprimorar os mecanismos institucionais, especialmente a partir de 1916, com a inclusão de membros do Judiciário na condução do processo eleitoral, a formalização das contestações e o respaldo da opinião pública. Destaca-se ainda a reduzida quantidade de queixas registradas em um pleito marcado por intensa concorrência, o que sugere que tais manifestações estavam mais associadas às disputas políticas do que à suposta predominância de fraudes. Isso não significa ignorar a presença de práticas

irregulares em diferentes contextos, mas sim ressaltar a necessidade de considerar as especificidades regionais para uma análise mais equilibrada e livre de generalizações preconceituosas.

2.1- Um estudo de caso: a tentativa de impugnação da diplomação de Mario Piragibe

Conforme mencionado, o pleito eleitoral de 1919 registrou 12 reclamações ao longo de todo o processo, entre elas a contestação à diplomação do candidato Mário Piragibe. Diante das acusações apresentadas pelo requerente, o julgamento ficou sob responsabilidade do próprio Conselho, presidido interinamente por Antônio José da Silva Brandão, que iniciou seu discurso da seguinte forma:

Os documentos compulsados pela Comissão Verificadora constam dos livros de actas das secções eleitorais, pelas mesmas requisitadas, da acta geral das eleições para intendentes municipais, apuradas pela M.M Junta Apuradora, das contestações escritas aos diplomas dos Srs. Mario Piragibe e Felisdoro Gaya, que lhe fizeram, presentes, respectivamente, os Srs. Benjamin Magalhães e Dr. Francisco Joaquim de Bethencourt da Silva Filho, bastante procurador do candidato pelo 1º Distrito, Manoel Joaquim Marinho, e bem assim das refutações redigidas pelos dois candidatos contestados.⁸⁷

A contestação apresentada por Benjamin Magalhães fundamentava-se na atuação de Mário Piragibe como médico-auxiliar da Polícia Sanitária do Porto do Rio de Janeiro durante o período eleitoral:

Contestação apresentada pelo cidadão Benjamin Magalhães
Exma. Junta Verificadora dos Poderes de Intendentes Municipais
Benjamin Magalhães, candidato que foi ao Conselho Municipal na eleição realizada em 26 de outubro deste ano, vem apresentar contestação ao diploma do Dr. Mário Piragibe, porque:
É inelegível por ser autoridade dentro do Distrito Federal, na qualidade de médico da Polícia do Porto do Rio de Janeiro, dirige pessoal, tem dupla influência nas turmas de empregados da Diretoria, digo, tem influência sobre empregado subalternos da Diretoria de Saúde Publica no mar.
Nesta conformidade está abrangido pela disposição claríssima do art 57, § 2º, do capítulo VI, referente à eleição municipal. Dex 5.160 - 8 de março de 1904.
O candidato contestado Dr. Mário Piragibe desempenha no mar como médico da polícia sanitária o mesmo papel do comissário de higiene.
Apenas o que há é uma distinção de vocábulos ou diferença dos mesmos. Porém, quer seja médico auxiliar da Polícia Marítima, que seja Comissário de Higiene as expressões dizem respeito à mesma função, ao mesmo exercício, as autoridades se confundem.

⁸⁷ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 11.

Além de tudo esse Comissário de Higiene denominado também médico da Polícia Marítima exerceu o emprego durante o pleito eleitoral em que foi candidato.

Diante do exposto é nulo o diploma em poder do candidato Dr. Mario Piragibe.⁸⁸

É possível observar que a contestação de Magalhães se baseia no argumento de que, ao ocupar um cargo dentro de uma instituição pública, Piragibe possuía grande influência sob subordinados, o que lhe favorecia na disputa eleitoral. Além disso, o contestante se baseia no artigo 57 do Decreto nº 5.160, de 8 de março de 1904, que proíbe a candidatura de funcionários durante o exercício de suas funções. Para corroborar sua acusação, Magalhães apresenta uma certidão expedida pela Diretoria Geral de Saúde Pública.

Diretoria Geral de Saúde Pública - Certidão - Em virtude do despacho examinado no requerimento de Benjamin Magalhães protocolado nesta Diretoria sob nº 4.119 em treze de Novembro de 1919, Certifico - 1º que o Sr. Mário Piragibe é médico auxiliar da Polícia Sanitária do Porto do Rio de Janeiro; 2º, que exerce suas funções na fiscalização de Polícia Sanitária do dito porto; 3º, que durante todo o corrente ano tem estado em exercício de seu cargo. Nada mais sendo pedido e por ser verdade, eu Secretário, mande passar a presente certidão que dou prova valiosa e assigno nesta Secretaria da Diretoria Geral de Saúde Pública. - Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1919 - J. Pedroso.⁸⁹

Em contrapartida a queixa apresentada por Magalhães, Piragibe apresenta um discurso em sua defesa:

Refutação apresentada pelo cidadão Dr. Mario Piragibe

Aos Ilmos, Exmos. Srs. Presidente e demais Membros da Comissão de Verificação de Poderes do Conselho Municipal

O senhor Benjamim Magalhães contestou o diploma que me foi expedido pela Meritíssima Junta Apuradora, sob o fundamento de que exerço funções administrativas na Diretoria Geral de Saúde Pública, tendo grande número de subordinados sob minhas ordens. Já provei verbalmente, perante VV. EEx. a improcedência do alegado e venho agora reafirma-a, pois sou médico-auxiliar da Polícia Sanitária do Porto do Rio de Janeiro e como tal exerço funções puramente técnicas, não tendo subordinados sob minha direção ou dependências, como se verifica da certidão inclusa, por mim requerida ao Diretor Geral de Saúde Pública, autoridade a quem compete cometer funções aos médicos auxiliares, de acordo com o art. 9º, n. XIV, combinado com o art. 18 do Regulamento Sanitário em vigor, do qual junto a este exemplar.

Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1919 - Dr. Mario Piragibe.⁹⁰

Junto a sua declaração, Mario Piragibe apresenta também uma certidão expedida pelo mesmo órgão que seu denunciante:

⁸⁸ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 12.

⁸⁹ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 14.

⁹⁰ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 15.

Diretoria Geral de Saúde Pública - Certidão - Em virtude do despacho exarado no requerimento do Dr. Mário Piragibe protocolado nesta Diretoria sob o n. 3.985, em quatro de Novembro de 1919, certifico que o Dr. Mário Piragibe é funcionário desta repartição há mais de dez anos, onde exerce funções puramente técnicas, não tendo subordinados sob sua direção ou dependência.

E, por ser verdade, eu, Secretário, mandei passar a presente certidão que dou por valiosa e assigno nesta Secretaria da Diretoria Geral de Saúde Pública.

Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1919 - J. Pedroso.⁹¹

Verifica-se que Mário Piragibe busca consolidar sua defesa por meio da apresentação do Regulamento Sanitário, mais precisamente do artigo 9º, que descreve as atribuições de sua função dentro da instituição pública, além de apresentar uma certidão expedida pelo Diretor de Saúde. Com o objetivo de manter sua diplomação, utiliza o argumento de que exercia funções puramente técnicas como médico-auxiliar e, portanto, seu cargo não era administrativo, não possuindo poder hierárquico nem subordinados sob sua jurisdição, mesmo tendo ocupado o posto por um longo período. Essa afirmação também serve para justificar sua permanência no cargo durante o período eleitoral, o que, segundo a lei, seria ilegal apenas no caso de funcionários públicos que exercessem funções administrativas ou de chefia.

Dando prosseguimento a sessão, Brandão, a quem coube conduzir o julgamento da queixa e apresentar o parecer final aprovado pela Comissão Verificadora, inicia seu trabalho fazendo uma breve alusão ao artigo citado pelo requerente para embasar sua denúncia:

O parágrafo 2º do citado art. 57, estabelece que não poderão ser votados para membros do Conselho Municipal, entre outros funcionários públicos, os comissários de higiene e os inspetores escolares, que tiverem exercido os seus cargos dentro de seis meses anteriores à eleição.

O 5º do mesmo artigo declara que serão incompatíveis quaisquer outros funcionários que dirijam ou administram repartições federais ou suas dependências.⁹²

E continua sua fala:

Ora, o Sr. Dr. Mário Piragibe, conforme as certidões fornecidas pelo contestado e pelo contestante, exerce de facto as funções de médico auxiliar da Polícia Sanitária, funções essas, porém, “puramente técnicas”, que o não obrigam a ter “subordinados sob sua direção ou dependência”. (certidão da Diretoria Geral de Saúde Pública, anexa à refutação do Dr. Mário Piragibe)

⁹¹Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p.14.

⁹²Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919. p.11.

O art. 18 do Regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública, (dec. 10.821. de 18 de março de 1914) esclarece ainda a profissão e os deveres do contestado, ao definir as atribuições dos médicos auxiliares. “Os médicos auxiliares desempenham as funções para que forem designados pelo Diretor Geral, na conformidade do art. 9º n. XIV, deste regulamento”. E não alude absolutamente a funcionários subalternos que possam porventura estar sujeitos à direção do contestado.

Ao demasia, os comissários de higiene, bem como os inspetores escolares, a que se refere o parágrafo 2º do art. 57 da Lei Orgânica, são, em rigor e de facto, funcionários exclusivamente pertencentes à administração municipal. Ainda que desnecessário se tornasse especificar, em um determinado parágrafo, duas categorias de funcionários municipais para considerá-los inelegíveis, quando em parágrafo imediatos estende a inelegibilidade a todos os funcionários municipais, não se afigura razoável á Comissão Verificadora que se intente forçar o espírito da Lei a ponto de fazer crer que se equivalem as funções dos comissários de higiene e as dos médico auxiliares do porto.

Os primeiros se distinguem dos outros pela natureza de seus cargos. Pela atitude das funções, pela diferença de vencimentos, pela categoria dos empregos, pela desigualdade das obrigações, pela independência das repartições a que pertencem, finalmente, pela própria nomeação. Aliás, vide são claros e inconfundíveis termos da lei, não é lícito, nem procedente promover esforços descabidos e inadequados de interpretação.

Desde que os vocábulos comissários de higiene designam certa categoria de funcionários municipais, de balde se empenharia o contestante para tornar convincente a opinião de que equivalem às expressões médicos auxiliares da polícia sanitária, que servem de designar outra categoria bem definida dos funcionários técnicos nomeados pelo Governo Federal.⁹³

A partir das informações apresentadas, compreende-se que o posicionamento da Junta Verificadora, expresso nas falas de Brandão, demonstra que, a partir da análise das provas apresentadas por ambas as partes e do Decreto nº 10.821/1914, entende-se que a reclamação do requerente é infundada. O documento estabelece que estão proibidos de concorrer a cargos eletivos os funcionários municipais que possuam subordinados sob sua gerência, o que difere do cargo de médico-auxiliar, que executa funções técnicas e tarefas designadas pelo Diretor Geral. Para a Junta, o argumento apresentado por Magalhães é equivocado ao comparar as funções de médico-auxiliar e inspetor de higiene, uma vez que o regulamento estabelece claramente as diferenças entre ambos no âmbito das funções, remuneração, hierarquia, responsabilidades e vínculos institucionais. Dessa forma, a Junta Verificadora acolhe a defesa de Mário Piragibe, considerando-o elegível e apto para ser diplomado.

⁹³Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 11.

A eleição de Mário Piragibe serviu como um estudo de caso para compreender as questões que envolviam o processo eleitoral durante a Primeira República. Isso porque ela evidencia a atuação dos diferentes atores, as etapas processuais e seus desdobramentos ao longo do pleito. Além disso, por ter tido sua diplomação questionada, o candidato precisou passar por uma etapa formal de julgamento. Assim, é possível analisar mais de perto o funcionamento das partes envolvidas no processo: o requerente apresentou provas para embasar sua reclamação, enquanto o acusado reuniu documentos para comprovar sua aptidão ao cargo. Já a Junta Apuradora tinha como função julgar o caso e emitir um parecer final. De acordo com o posicionamento expedido pela Junta, conclui-se que essas contestações estavam diretamente ligadas à disputa política, visto que Magalhães utilizou o mecanismo como forma de expressar sua insatisfação com o resultado das eleições, ainda que não tivesse obtido votos suficientes para assumir o cargo de intendente, apenas 454 votos. Observa-se também que a opinião pública acompanhava de perto os acontecimentos envolvendo reclamações e queixas eleitorais, uma vez que a situação de Mário Piragibe foi noticiada nos jornais da época, como na publicação feita pelo *Correio da Manhã*:

O novo Conselho Municipal

Terminou, ontem, o prazo para o recebimento, pela comissão verificadora de poderes, de contestações expedidas aos diplomas dos novos intendentos. Só apareceram duas contestações: uma ao diploma do Sr. Mario Piragibe e outra ao do Sr. Felisodoro Gaya, como procurador do candidato Manoel Marinho.⁹⁴

E também pelo jornal *Última Hora*:

Foi contestado o diploma do Sr. Mario Piragibe

Reuniu-se hoje, a comissão verificadora das eleições para intendentos municipais.

O Sr. Benjamim de Magalhães contestou o diploma do Sr. Mário Piragibe, por ser o mesmo funcionário da Saúde Pública.

O sr. Mário Piragibe apresentou então uma certidão passada pelo diretor da Saúde Pública, dizendo ser as funções do mesmo apenas técnicas, e não ter subordinados.⁹⁵

O caso de Piragibe não foi o único a ser julgado pela Junta Apuradora daquele ano. Outro candidato também teve sua diplomação contestada, Felisodoro Gaya, no entanto, não teve a mesma sorte que Piragibe. O requerimento contra a

⁹⁴ *Correio da Manhã*, 21/11/1919, p. 4.

⁹⁵ *Última Hora*, 18/11/1919, p. 5.

eleição de Gaya se justifica, segundo a leitura apresentada pelo presidente interino, pelo pedido de anulação das atas da 2ª seção da Gávea e da 3ª seção de Santo Antônio. Em sua fala, Brandão expõe as motivações que levaram a esse pedido:

A contestação do Dr. Franscino Joaquim de Bethencourt da Silva Filho, representante do candidato Manoel Joaquim Marinho, conclui propondo a anulação das eleições lavradas nas atas da 2ª seção da Gávea e da 3ª de Santo Antônio.

De facto, em duas irregularidades positivas incorreram as atas das mencionadas seções.

A que o representante do candidato pelo 1º Distrito verificou no livro de atas da 3ª seção de Santo Antônio, consiste em não terem sido as folhas do mesmo devidamente rubricadas pelo presidente da mesa, de acordo com o que preceituam o § 2º do art. 9º, do Dec. 12.39 de 7 de Fevereiro de 1917, e o art. 6º, cap III do Dec. 12.395, de 14 de Fevereiro de 1917.

Verifica-se, sem embargo de inobservância da citada formalidade, que o livro foi regularmente aberto, numerado, rubricado e encerrado, pelo Juiz Federal da 2ª Vara bem como autenticado com o carimbo da Diretoria de Contabilidade da Secretaria do Estado, que o expediu.

Isto posto, e atendendo a que o § 3º, do art. 9º do citado dec. 12.391, não chega a exigir no Estados, senão a rubrica do Juiz de Direito, nos livros em que devem ser lavradas as atas nos municípios das comarcas, não compreende a Comissão que possa ser tachado de irritado, nulo ou de nenhum efeito o resulta da acta, extreme de vícios graves que lhe comprometam o valor intrínseco, quais os expressamente previsto nos artigos 91, da Consolidação das Leis Federais, e 41m da lei n. 3.208, de 27 de Dezembro de 1916.⁹⁶

Observa-se que o pedido de anulação foi feito devido a falta da rubrica do presidente da mesa da sessão de Santo Antônio, algo exigido pelos decretos de 1917. Mesmo que todas as demais etapas tenham sido cumpridas de acordo com a lei, a falha em uma delas compromete a lisura do processo eleitoral, segundo o requerente. Já no que diz respeito da seção da Gávea, Brandão pontua:

Mais grave e menos passível de indulgência é a irregularidade que o contestante apontou na acta da 2ª seção da Gávea.

Nesta seção, apesar de se achar revestida de todas as formalidades legais a acta de eleição, não figuram, após a da instalação da mesa, as assinaturas dos membros da mesma, o que não impediu, entretanto, que fossem reconhecidas na acta, pelo Secretário, as firmas dos mesários, que efetivamente não a subscreveram.

Nessa seção, presidida por um magistrado, é de lastimar que houvesse ocorrido semelhante irregularidade que não há negar, constitui uma manifesta transgressão do disposto no art. 14 da lei 3.208 de 27 de dezembro de 1917.

⁹⁶Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p.12.

Esse artigo estabelece de modo imperativo, além de outras formalidades próprias, a instalação da mesa, que a acta referente ao ato “será assinada pelos mesários presentes”.⁹⁷

Segundo o Decreto Legislativo de dezembro de 1916, as eleições contam com duas atas, uma que deve ser assinada apenas pelos mesários e outra que deve ser assinada pelos mesários e eleitores. Segundo o artigo 29 do § 3º, se caso um desses documentos apresentar falta de assinatura, os votos da sessão não devem ser contabilizados. No que diz respeito a essa questão, a lei se apresenta de forma muito clara e direta, não havendo espaço para interpretações diferentes. Brandão explicita esse ponto em sua fala, ao enunciar que: “Assim reza o parágrafo do dito artigo: ‘São nulas as eleições quando as actas não estiverem devidamente assinadas pelos eleitores e pelos mesários’”.⁹⁸

É importante observar a fala final de Brandão no julgamento, por apresentar uma validação do sistema eleitoral, demonstrando que as tentativas de fraudes não eram mais negligenciadas pelas Juntas Apuradoras, em uma tentativa de respaldar a atuação do Conselho que se instaura a partir das eleições de 1919. A busca por legitimidade, demonstrada, segundo Brandão, por meio da responsabilidade de se investigar e punir aqueles que tentam burlar o sistema para se beneficiar.

A Comissão Verificadora propões que se leve ao conhecimento da autoridade competente a aludida ocorrência, para que sejam punidos os por ela responsáveis e se evitem pela ação enérgica da justiça a reprodução de anomalias graves da natureza da que vem de ser citada.

Finalmente, reputando de alta gravidade e susceptível de produzir no futuro, consequências cada vez mais prejudiciais à verdade eleitoral, a Comissão é de parecer que se não tome em consideração a acta da 2ª secção da Gávea.⁹⁹

Dessa forma, o parecer final da Comissão Verificadora foi:

5ª Seja anulada a eleição que se verificou na 2ª secção da Gávea.

6ª Oficie-se ao Procurador Criminal da República para que sejam processados, na forma do art. 53 da lei 3.208. de 27 de Dezembro de 1916, os responsáveis pela inobservância da Lei na acta da 2ª secção da Gávea.

7ª Em consequência da 5ª conclusão, não seja reconhecido o candidato diplomado pelo 1º distrito Felisdoro Gaya, cujo diploma fica considerado nulo, e mande-se proceder a nova eleição para preenchimento de uma vaga de intendente pelo 1º distrito.¹⁰⁰

⁹⁷ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 12.

⁹⁸ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 15.

⁹⁹ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 15.

¹⁰⁰ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 25 de novembro de 1919, p. 16.

Apesar do caso relatado anteriormente não se relacionar diretamente com Mário Piragibe, personagem central do trabalho, entendeu-se ser de grande valia apresentá-lo, pois está ligado à conduta assumida pelo Conselho Municipal e pelas instituições políticas cariocas ao longo do período abordado. Compreende-se que, durante a Primeira República, especialmente na capital federal, buscaram-se mecanismos de aprimoramento do processo eleitoral, a fim de conferir maior legitimidade tanto a esse processo quanto a uma instituição que sofria constante pressão dos demais poderes atuantes na cidade. O fato de destinar inúmeras sessões do Conselho aos debates da Junta Apuradora e de utilizar mecanismos discursivos proferidos pelo presidente do Conselho em exercício demonstram a correlação de elementos voltados a garantir que a legitimidade da casa legislativa fosse mantida perante a sociedade e a opinião pública, buscando o apoio desses fatores fundamentais para o seu funcionamento. Observa-se, ainda, que, mesmo sendo os próprios intendentos eleitos responsáveis pelos julgamentos de algumas das queixas apresentadas durante a eleição, isso não representou anuência em relação aos casos de fraude, visto que, das duas denúncias apresentadas, uma foi aceita, mesmo diante da presença e atuação do candidato que acabou tendo seu diploma cassado.

Concluído o julgamento das contestações e encerrada a sessão, inicia-se, no dia seguinte, uma nova reunião do Conselho que aprovou os nomes e a diplomação dos intendentos eleitos para ocupar o cargo até 1922. Ainda sobre a presidência interina de Brandão, foram proclamados os nomes dos eleitos no presente pleito.

A vista do resultado da votação, proclamo os intendentos municipais os Srs.: Dr. José Azurem Furtado, Henrique Jose Teixeira Guimaraes, Jeronymo Beretta, Pio Dutra da Rocha, Antonio Jose da Silva Brandão, Manoel Rodrigues Alves, Dr. Ernesto Garcez Caldas Barreto, Dr. Francisco Vieira de Moura, Dr. Nicolao Rodrigues dos Santos França e Leite, Jacintho Alves da Rocha, Dr. Brenno dos Santos, Dr. João Baptista de Azevedo Lima, Arthur Alfredo Correa de Menezes, Dr. Julio Cesario de Mello, Nestor Antenor de Paula Areas, Dr. Eduardo Xavier, Dr. Alberto Beaumont de Abreu, Manoel Luiz Machado, João Baptista Pereira, Dr. Mário Piragibe, Dr. Henrique Tavares Lagden, Antonio José Teixeira e Alberto Dias de Moraes.¹⁰¹

Esse processo apresenta algumas nuances importantes que devem ser analisadas, além de apresentar um panorama da política carioca no período

¹⁰¹ Anais do Conselho Municipal, 9ª sessão preparatória em 26 de novembro de 1919, p. 16.

proposto. O quadro traz o nome dos candidatos, de acordo com a representação de cada distrito e a quantidade de votos obtidos pelos eleitos.

Tabela 2: Quadro de resultado das eleições do Conselho Municipal de 1919

1º Distrito		2º Distrito	
Eleitos	Votos	Eleitos	Votos
Dr. José de Azurem Furtado	5.323	Dr. João Baptista de Azevedo Lima	6.965
Henrique José Teixeira Guimarães	5.096	Arthur Alfredo Corrêa de Menezes	6.710
Jeronymo Beretta	5.089	Dr. Julio Cesario de Mello	6.639
Pio Dutra da Rocha	4.953	Nestor Antenor de Paula Áreas	6.553
Antonio José da Silva Brandão	4.799	Dr. Eduardo Xavier	6.368
Manoel Rodrigues Alves	4.605	Dr. Alberto Beaumont de Abreu	6.261
Dr. Ernesto Garcez Caldas	4.250	João Baptista Pereira	6.190
Dr. Francisco Vieira de Moura	4.250	Dr. Mario Piragibe	5.845
Dr. Nicolao Rodrigues dos Santos França e Leite	4.162	Dr. Henrique Tavares Lagden	5.599
Jacinto Alves da Rocha	4.150	Antonio Jose Teixeira	5.519
Dr. Brenno dos Santos	4.114	Alberico Dias de Moraes	5.415

Fonte: Elaborada com base nos dados disponíveis nos Anais do Conselho Municipal, 10ª sessão preparatória em 26 de novembro de 1919

Destaca-se, primeiramente, que Mario Piragibe obteve uma votação de 5.845 votos, colocando-o em 8º lugar nas eleições ocorridas no Segundo Distrito. Além disso, observa-se que a sua votação foi mais expressiva do que a do primeiro colocado do Primeiro Distrito e isso se estende para todos os eleitos pelo Segundo Distrito, uma vez que, o intendente eleito Alberico de Moraes, que ocupa a última vaga do Segundo Distrito, obteve mais votos que o intendente Dr. José de Azurem Furtado, primeiro colocado nas eleições do Primeiro Distrito. Essa expressão pode ser respondida pela via da quantidade populacional presente em cada um dos distritos, uma vez que o Segundo acaba por abarcar uma quantidade maior de

bairros e com isso, a maior parte da população. O quadro sinaliza para o alto nível de competitividade entre os candidatos, uma vez que as diferenças entre os primeiros e os últimos candidatos eleitos pelo primeiro e pelo segundo distritos representam 982 e 1.550 votos, respectivamente.

2.2. A construção da imagem política de Mário Piragibe por meio dos jornais

Nota-se que a imprensa se tornou uma fonte de grande relevância para os estudos históricos em diversas temáticas, uma vez que boa parte da produção historiográfica utiliza esses periódicos como mecanismo de investigação sobre o passado. É verdade que demorou para que essa percepção fosse incorporada ao entendimento dos historiadores, já que, durante muito tempo, os jornais foram considerados pouco confiáveis, sobretudo em razão da subjetividade que possuem.¹⁰² Hoje, no entanto, constituem-se como instrumentos fundamentais para quem pretende trabalhar com tais fontes, pois possibilitam compreender o cotidiano sociocultural e identificar os anseios de uma sociedade, seja por meio da informação, seja pela manipulação do imaginário coletivo. A análise das páginas dos periódicos permite "práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta"¹⁰³. Como aponta Maria do Carmo Aguiar, esse meio de comunicação estabelece uma forte ligação entre o Estado e o cotidiano da população, por meio de um discurso claro, imediato e de linguagem acessível, capaz de envolver diferentes atores sociais.¹⁰⁴

Dessa forma, os periódicos constituem peça-chave para o desenvolvimento deste trabalho, ao permitir a análise das relações estabelecidas entre o intendente Mário Piragibe e a população, bem como a compreensão dos sentidos atribuídos por ele ao fazer política no cotidiano e de como essa atuação era recebida por seus representados.

O que pretendem fazer os novos intendentes municipais

¹⁰² VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. IMPRENSA COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 3, 2012, p. 47.

¹⁰³ AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana. IMPRENSA COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA. In: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o nacional e o regional, X., 2010, Santa Maria. Anais. Santa Maria: ANPUHS, 2010, p. 2.

¹⁰⁴ Ibid., p. 2.

O Sr. Mário Piragibe vai trabalhar

Facilitar o pequeno comércio - O barateamento das mercadorias - A isenção de impostos aos pequenos lavradores - Internato para crianças pobres - Asylo para alcoolistas - Reforma da instrução pública - Inspeção médico-escolar - Política?¹⁰⁵

A manchete da longa entrevista concedida por Mário Piragibe ao periódico *Rio-Jornal*, publicada em 7 de dezembro de 1919, poucos dias após sua diplomação como intendente, marca o início de sua presença constante nas páginas dos jornais cariocas durante o mandato. Presente, sobretudo, nos periódicos de maior circulação nos subúrbios cariocas, região que o elegeu. Observa-se que a manchete já funciona como uma espécie de propaganda dos principais pontos defendidos por Piragibe durante seu mandato, além de servir como um mecanismo de apresentação de sua figura política em prol das demandas da cidade. Trata-se de uma introdução de Piragibe ao público carioca para além de sua base eleitoral. Vale ressaltar que Piragibe se tornou figura conhecida antes mesmo da diplomação, sobretudo por ter enfrentado um julgamento que colocou em questão a validade de seu diploma. Nesse sentido, compreende-se a entrevista como uma estratégia de reposicionamento: não mais o político que quase teve o diploma cassado, mas, agora, o intendente eleito que ocupa o Conselho para servir à cidade e à população do Rio de Janeiro. Mais uma vez, evidencia-se o uso dos periódicos como meio de acesso à população e como instrumento de influência sobre a opinião pública.

Que ideias pretende V. defender no Conselho Municipal?

- As boas, naturalmente. E as há em grande número, desafiando a decisão de quem se disponha a amparar-as.

- Mas essa decisão não pode faltar em um moço como V., desejoso de bem cumprir o mandato que lhe foi confiado pelo povo.

- Não falta decerto, mas só será valiosa e eficiente se eu puder contar com o auxílio dos meus colegas de edilidade e com o apoio do quarto poder do Estado.

- Então, V. já traçou o seu programa?

- Programa, propriamente, não, tanto mais quanto, eleito dentro de um partido político, estou tacitamente obrigado a obedecer ao programa deste partido, e Deus me livre de ter dois programas.¹⁰⁶

Observa-se que, já no início da entrevista, Piragibe é apresentado como um jovem ansioso por servir à cidade por meio do cargo para o qual foi eleito. Esse elemento é recorrente na política, geralmente associado ao discurso de renovação,

¹⁰⁵ *Rio-Jornal*, 07/12/1919, p. 4.

¹⁰⁶ *Rio-Jornal*, 07/12/1919, p. 4.

sobretudo porque esse foi o primeiro cargo eletivo ocupado por Piragibe. Apesar de vaga, sua resposta também corrobora esse posicionamento, ao mesmo tempo em que ressalta sua fidelidade ao partido ao qual estava vinculado. Piragibe ainda destaca a necessidade do trabalho conjunto no Conselho Municipal para que as demandas da população fossem atendidas e para que se estabelecesse uma legislatura atuante. Importa sublinhar, igualmente, a centralidade que ele atribui à imprensa, referindo-se a ela como “quarto poder”. Piragibe demonstra compreender a influência que os veículos de comunicação exerceram ao longo da Primeira República e reconhece que a opinião pública foi determinante para a honra e a desonra de legislaturas anteriores. Muitos periódicos da época assumiram o papel de vocalizar tanto as necessidades da população quanto as do próprio Conselho Municipal, especialmente na busca por maior autonomia de atuação. Assim, estabelecer uma boa relação com a imprensa representava a possibilidade de um mandato mais estável. Nesse sentido, Piragibe atribui aos periódicos a responsabilidade de auxiliá-lo, juntamente com o Conselho, na realização de um trabalho eficaz.

Ao continuar sua entrevista, Piragibe é questionado sobre o que irá defender durante o seu mandato como intendente e responde da seguinte forma:

Aquelas que mais de perto dizem com as prementes necessidades que oprimem as classes proletárias. Entendo que a municipalidade cumpre incentivar os bons efeitos da imutável lei de oferta e procura, facilitando por todos os meios, o comércio dos gêneros indispensáveis à alimentação. Auxiliado esse comércio, a maior concorrência dos mercadores forçará a limitação dos lucros, com a consequente barateamento das mercadorias. O processo tem a vantagem de não demandar artifícios dispendiosos e pouco liberais, além de concorrer para o maior incremento das produções, base da fortuna publica. Haja vista o que ocorre com os produtos de pequena lavoura. Esses produtos custam hoje exorbitâncias, não estando ao alcance senão das classes mais favorecidas; no entretanto, a situação dos pequenos lavradores, se não de miséria, é pelo menos de grandes aperturas.¹⁰⁷

É possível observar que Piragibe adota um discurso de caráter doméstico ao apresentar os problemas enfrentados pelos proletários e pequenos agricultores, já que a região suburbana do Rio de Janeiro concentrava grande parte dessa população. Ele também evidencia a desigualdade vivida pelos pequenos comerciantes, que precisavam disputar espaço com os grandes. O intendente busca reafirmar sua aproximação com a classe trabalhadora, movimento que se

¹⁰⁷ *Rio-Jornal*, 07/12/1919, p. 4.

intensificou ao longo de sua candidatura. Esse posicionamento reflete as transformações pelas quais a Primeira República passava em suas últimas décadas e chama a atenção para a forma como a política era desenvolvida na capital federal.

Nota-se a presença de um discurso direcionado à classe trabalhadora e aos pequenos comerciantes, em um contexto em que, em geral, se considerava que a política atendia prioritariamente aos interesses das elites. A entrevista de Piragibe revela que, ao menos no Rio de Janeiro, existiam candidatos preocupados em defender as demandas populares. Ainda que não seja possível realizar um levantamento quantitativo dos eleitores pertencentes a esse grupo social, o discurso do intendente sugere que se tratava de uma base relevante para sua candidatura. Isso demonstra que a classe trabalhadora buscava ver suas reivindicações contempladas pela política institucional, sendo criteriosa na escolha de candidatos que, de fato, representassem suas causas. Assim, traz uma outra reflexão sobre a vaga interpretação de que a Primeira República foi dominada pelo voto de cabresto e a total exclusão da população da vida política.

Para além da questão do barateamento dos alimentos e da disputa desigual que passam os pequenos comerciantes, Piragibe aponta outros temas em sua entrevista;

- Quer V. que tenhamos ervas e legumes por baixo preço...
- Como quero que tenhamos internatos para as crianças pobres e abrigo para os velhos inválidos, O problema da assistência à infância preocupa-me instantemente, e, de acordo com a ação benfazeja de quantos entre nós estudam esse assumpto, tudo farei por que tenhamos um aparelhamento que melhor assegure o inestimável valor do “capital-homem”, representado pelas crianças.
- Disseram-me que V. pretende propor a criação de um asilo para alcoolistas.
- É verdade, pois não compreendo que esses pobres doentes, tão doentes quanto os que mais o forem, só mereçam dos poderes públicos o favor da enxergá das prisões, quando não são abandonados ao relento e à chuva, quiçá menos novinhos que o abrigo proporcionado.¹⁰⁸

Nessa parte da entrevista, é possível observar que Piragibe incorpora a questão social em seu discurso quase como uma missão pessoal a ser resolvida durante o mandato. Ele toca em três pontos sensíveis: os órfãos, os idosos e os alcoólatras. Esse movimento pode ser entendido como um mecanismo para reforçar sua humanidade e sua intenção de atuar em prol de grupos vulneráveis,

¹⁰⁸ *Rio-Jornal*, 07/12/1919, p. 4.

historicamente negligenciados pelo Estado. Não se pretende aqui avaliar se a abordagem desses temas constitui apenas um recurso discursivo de aproximação com a população, até porque, como será analisado posteriormente, suas propostas e discursos ao longo do mandato no Conselho Municipal dão maior concretude a essas intenções. Ainda assim, trata-se de uma estratégia relevante, capaz de atrair a atenção popular ao introduzir na política uma dimensão de sensibilidade social, sobretudo ao se dispor a representar grupos que sequer possuíam participação direta no processo eleitoral. Dessa forma, é possível compreender o sentido de representatividade política adotado por Mário Piragibe, já que suas falas buscam demonstrar que seus interesses públicos se colocam acima de seus interesses eleitorais ou pessoais. Ressalta-se, mais uma vez, que não se pretende aqui julgar a veracidade de suas afirmações, mas sim destacar o que suas palavras transmitiam à população que teve acesso à entrevista.

Para finalizar sua entrevista, Mário Piragibe é instigado a tratar de um tema que lhe seria especialmente caro durante parte de seu mandato: a educação. Como já mencionado, o intendente foi eleito membro da Comissão de Instrução do Conselho Municipal. No desfecho da entrevista, observa-se um movimento político de deslegitimação do sistema educacional vigente, acompanhado da defesa da necessidade de mudanças, mesmo que sem apresentar propostas concretas para que isso aconteça, efetivando o seu melhor funcionamento. Esse posicionamento evidencia a relevância atribuída por Piragibe à sua atuação no Conselho Municipal, em especial no âmbito da Comissão de Instrução. Piragibe também traz a questão da saúde, um tema que tem bastante domínio, pela sua formação e atuação durante anos nesse setor, antes de ser eleito como intendente.

- E que nos diz sobre a instrução municipal?

- Digo-lhe que a atual organização do ensino não corresponde às necessidades da nossa população escolar e não está na altura do desenvolvimento intelectual da nossa cidade. Cumpre, entretanto, notar, ter sido ela calada sobre regras de rigorosa e excessiva economia, o que comprometeu sobremaneira, não só a eficiência do trabalho das professoras, como até a disciplina indispensável nos grupos escolares, Estou certo todavia, de que o ilustre professor Leitão da Cunha, a quem, sem favor, rendo as homenagens da minha mais elevada consideração, embora não tenha a honra de conhecer pessoalmente, libertará a instrução municipal das imperfeições agora existentes, adotando entre nós os práticos e eficazes métodos ensinados pela pedagogia moderna. Falando de instrução, não quero deixar de refletir um ponto, para mim, de capital importância, a inspeção médico-escolar. Urge uma larga ampliação desse serviço, com rigorosa observância dos preceitos e ordens emanadas dos funcionários

que a seu cargo tiverem o desempenho de tão importantes deveres, de modo que a higienização do meio escolar seja um facto e não a guria que é hoje, a despeito de ingentes esforços despendidos pelos ilustres profissionais encarregados daquele serviço.¹⁰⁹

2.3- A atuação de Mário Piragibe sob o olhar das páginas de jornais.

A entrevista concedida por Piragibe marca o início de sua aparição nas páginas dos periódicos como intendente e foi fundamental para a divulgação de seus atos enquanto ocupante desse cargo. Como apresentado anteriormente, não foram poucas as vezes em que o nome de Mário Piragibe apareceu nos jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, não apenas por sua presença e falas constantes no Conselho Municipal — uma vez que parte desses periódicos publicava as atas das reuniões diárias do legislativo da cidade —, mas também pela repercussão de sua atuação em torno das demandas da capital e, em especial, de seu reduto eleitoral. Essas menções variavam desde registros de sua presença em casamentos, missas e velórios até notícias sobre a aprovação de projetos, denúncias ligadas aos serviços públicos e iniciativas em prol da cidade. Nesse sentido, a fala presente na entrevista concedida ao *Rio-Jornal*, ao destacar a ajuda do chamado “quarto poder” como fundamental para a boa governança, revela-se como um recurso estratégico de Piragibe, utilizado de forma benéfica para consolidar sua atuação política e ampliar sua visibilidade pública. O objetivo desta parte do trabalho é, portanto, apresentar e analisar a utilização dos jornais como estratégia de comunicação com a população da cidade e como mecanismo de propaganda de suas ações. Busca-se observar como Piragibe mobilizou esse recurso para fazer política não apenas dentro das quatro paredes da sala de sessões do Conselho Municipal, mas também no cotidiano da vida urbana carioca.

Como mencionado, não foram poucas as vezes em que Piragibe participou de eventos ligados a missas, velórios e casamentos, como se destaca nas seguintes reportagens, publicadas pelo *Jornal do Commercio*:

¹⁰⁹ *Rio-Jornal*, 07/12/1919, p. 4.

SENADOR RIBEIRO GONÇALVES - A família do Senador Ribeiro Gonçalves mandou rezar ontem às 9 horas na igreja de São Francisco de Paula, uma missa de 7º dia pelo repouso de sua alma. A cerimônia realizou-se no altar-mor, com a presença de numerosas famílias, senadores, deputados e membros da colônia piauiense. Esteve presente o Vice-presidente do Senado, Sr. Antonio Azevedo.

[...]

Drs. Adriano Duque Estrada e Mario Piragibe. [...] ¹¹⁰

Pelo periódico *A Noite*:

Casamentos

Realizou-se hoje, o casamento do Dr. Mario Jansen de Faria, chefe do Laboratório da comissão Rockefeller, com a senhorita Alicinha Telles Barbosa.

Serviram de padrinhos por parte da noiva o seu cunhado Dr. Sá Rego e sua senhora e por parte do noivo os Drs. Garfield de Almeida no civil e Mário Piragibe no religioso. ¹¹¹

E pelo *Jornal do Brasil*:

Dr Paulo de Frontin

Missa em ação de graças pela sua vitória eleitoral

Foi celebrada ontem, na igreja de S. Francisco de Paula, na capela de Nossa Senhora das Vitórias, uma missa em ação de graças pela vitória eleitoral do Senador Dr. Paulo de Frontin.

A esse ato compareceram grande número de famílias e amigos políticos do distinto engenheiro, notando-se as seguintes pessoas: [...] Dr. Mario Piragibe [...] ¹¹²

Era uma prática comum do período o registro, por parte da imprensa, de eventos sociais e religiosos, o que se tornava fundamental para que políticos em início de carreira, como Mário Piragibe, conseguissem ampliar sua visibilidade pública, mecanismo importante de legitimação de sua posição política. Destaca-se, nesse sentido, o peso moral e social que os ritos religiosos exerciam na sociedade da época. A participação de Piragibe nesses espaços reforçava sua imagem pública, transmitindo valores de religiosidade, tradição e respeito. No caso dos velórios, sua presença ainda servia como demonstração de solidariedade e humanidade, atributos centrais para a aproximação entre o político e o povo.

Além disso, tais ocasiões possibilitavam a construção e o fortalecimento de redes de relacionamento. Como esses eventos eram frequentemente noticiados pelos periódicos, os personagens neles envolvidos representavam parcelas social, econômica e politicamente relevantes da população carioca, o que favorecia a

¹¹⁰ *Jornal do Commercio*, 03/07/1919, p. 8.

¹¹¹ *A Noite*, 20/01/1920, p. 5.

¹¹² *Jornal do Brasil*, 02/03/1921, p. 2.

inserção de Piragibe em círculos estratégicos de sociabilidade e a consolidação de alianças eleitorais. Essa presença constante pode ser interpretada à luz do conceito de autoridade carismática, formulado por Max Weber, segundo o qual a legitimidade política se sustenta na crença social no líder.¹¹³ Ao comparecer a esses eventos e compartilhar da vida comunitária, Piragibe reforçava sua legitimidade e acumulava capital simbólico, elemento que lhe favorecia politicamente e fortalecia sua imagem enquanto representante da população. Sua atuação como político também lhe conferiu papel de destaque em grupos da sociedade carioca, como observado nas reportagens publicadas pelo jornal *A Época*.

Irmandade de N. S. da Guia

Tendo a administração da irmandade de N. S. da Guia deposto nas mãos do reverendíssimo vigário geral e seu mandato, s. ex. rev. resolveu receitar essa resignação e nomear uma comissão para de acerto com o vigário de N. S. das Dores, em Todos os Santos, a cuja jurisdição pertence aquela capela, promover tudo enquanto suas forças couber, para a continuação do Culto e melhoramentos necessários ao aumento da capela e mais obras indispensáveis para esse fim serão requisitados os serviços de todos os irmão e de quantos quizerem contribuir para aquele fim.

A comissão compõe-se dos seguintes senhores: dr. Álvaro Graça, Juscelino de Queiróz, general Américo Almada, dr. Mario Piragibe [...]¹¹⁴

E pelo *Jornal do Brasil*:

A NOVA DIRECTORIA DO S. C. 24 DE MAIO – A nova diretoria do S. C. 24 de Maio ficou assim constituída: Presidente Dr. José de Magalhães; Vice-Presidente Aldrovando Vianna; 1º e 2º secretários Mario Piragibe e Alexandre Lyrio; 1º e 2º tesoureiros, Triano Azevedo e Álvaro Vasconcellos; Procurador. Leonel de Paula Rosa [...]¹¹⁵

Para além de sua presença constante em eventos públicos, os jornais desempenharam um papel fundamental como ferramenta de divulgação de sua atuação nas demandas da cidade enquanto intendente eleito. Diversas vezes, a imprensa noticiou denúncias feitas por Piragibe acerca de diferentes questões urbanas. Um exemplo é a reportagem que destaca um discurso proferido por ele sobre os problemas relacionados aos carris de ferro em Irajá, bairro do subúrbio carioca.

¹¹³ WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 141.

¹¹⁴ *A Época*, 17/11/1919, p. 6.

¹¹⁵ *Jornal do Brasil*, 21/07/1920, p. 3.

O Sr. Mário Piragibe, aludindo ao mau estado de serviço de carris de ferro de Irajá, declarou que está em via de realização um acordo dessa empresa com a Light and Power, para o melhoramento do referido serviço.¹¹⁶

Observa-se que o político utilizava o espaço dos jornais para se afirmar como uma voz ativa diante das questões que envolviam a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no que dizia respeito ao subúrbio carioca, frequentemente por ele caracterizado como uma região esquecida pelo poder público. Nesse sentido, percebe-se que Piragibe buscava, por meio de seus discursos no Conselho e das medidas por ele propostas, assumir para si a representação dessa área da cidade. Ademais, sua presença nos meios de comunicação não se restringia apenas aos periódicos voltados ao subúrbio, mas alcançava também jornais de grande circulação, como no caso da reportagem citada anteriormente. Essa atuação é evidenciada em outros momentos de seu mandato, como, por exemplo, na apresentação de um requerimento ao prefeito solicitando o calçamento de determinadas ruas do subúrbio carioca.

Querem calçamento

O intendente Mário Piragibe entregou hoje ao prefeito uma representação dos moradores das ruas D. Maria e Angélica, na zona suburbana, pedindo calçamento para aqueles logradouros.¹¹⁷

Essa não foi a única vez em que o tema sobre as más condições de calçamento das ruas do subúrbio foi apresentado por Piragibe. Ao longo do mandato, outros momentos marcaram a cobrança do intendente sobre esse assunto a prefeitura da cidade, como na matéria publicada pela *Gazeta de Notícias*, em 6 de outubro de 1920:

CALÇAMENTO PARA OS SUBÚRBIOS

O intendente Mário Piragibe apresentou e foi aprovada uma indicação solicitando providências ao Sr. prefeito para o calçamento da rua Belo Horizonte, na estação do Rocha.¹¹⁸

As reportagens anteriores evidenciam a construção que Piragibe buscava fazer de sua própria imagem enquanto representante do subúrbio carioca, como se observa em sua iniciativa de entregar pessoalmente ao prefeito um requerimento

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*, 17/12/1919. p. 4.

¹¹⁷ *A Noite*, 21/07/1920, p. 4.

¹¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 06/10/1920, p. 6.

referente ao calçamento das ruas. Destaca-se, ainda, a ausência de qualquer menção ao Conselho Municipal, bem como o fato de a proposta não ter sido apresentada à Casa para votação. Tal atitude pode ser interpretada como uma estratégia de aproximação direta com o poder Executivo, conferindo-lhe maior relevância no cenário político perante a sociedade. Além disso, compreende-se que Piragibe atuava de forma individual, para além da condição de simples membro da instituição, configurando um processo de individualização em prol das melhorias demandadas pela população. Ao mesmo tempo, sua postura reforçava uma representação que extrapolava o cargo ocupado, assumindo uma percepção de vivência direta dos problemas do subúrbio por também ser morador da região, o que lhe permitia buscar maior identificação com seus representados. Esse comportamento pode ser observado em outros momentos ao longo do seu mandato de intendente, como no caso noticiado pelo periódico *Rio-Jornal*, publicado em 9 de dezembro de 1920:

O presidente da Caixa Econômica vai transferir a Agência 2 do Sampaio para o Meyer Teve lugar, ontem, na Agência n. 2, da Caixa Econômica, sita na estação do Sampaio, uma carinhosa manifestação de apreço ao exmo. dr. Pires Brandão, ilustre presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

Na sala principal da Agência foi inaugurado o retrato do sr. ex. falando nessa ocasião, o seu respectivo agente, dr. Antonio Philadelpho Pereira de Almeida.

A manifestação juntou todos os comerciantes dos subúrbios, representado por uma comissão composta por dez negociadores, do deputado Pedro Rei e dos intendentes Mario Piragibe e Baptista Pereira, que, depois de saudar o Dr. Pires Brandão, ofereceram-lhe um lindo ramalhete de flores pedindo-lhe a transferência da referida Agência para a estação do Meyer, transferência essa que trará as maiores vantagens para a população suburbana.

Depois de agradecer comovidamente as gentilezas recebidas, o dr, Pires Brandão prometeu providenciar, no sentido de ser satisfeito aquele pedido.¹¹⁹

Para além da representação do subúrbio, a reportagem evidencia que Piragibe buscou estreitar laços com figuras influentes da região suburbana, como comerciantes e outros políticos. Sua participação em comissões organizadas pelos próprios moradores constituía um mecanismo essencial para fortalecer redes de comunicação e acompanhar de perto as demandas locais. A ocupação de um assento no Conselho conferiu-lhe maior destaque nesses círculos, associando-o ao poder municipal. Nota-se, ainda, que sua postura de representar a região por meio

¹¹⁹ *Rio-Jornal*, 09/12/1920, p. 2.

de requerimentos já se esboçava antes mesmo do início oficial de seu mandato, como demonstra a reportagem a seguir.

A ILUMINAÇÃO ELÉCTRICA DO JARDIM DO MEYER

Os srs. Mario Piragibe e Angelo Tavares estão intervindo junto dos poderes competentes a fim de obter a transformação da atual iluminação eléctrica do Jardim do Meyer, à qual não corresponde à importância daquele melhoramento, inaugurado recentemente.

Parece certo que muito breve seja instalada no referido jardim uma iluminação que esteja em relação com o desenvolvimento da localidade.¹²⁰

Além disso, não foi esse o único momento em que Mário Piragibe se coloca como representante da população suburbana e se utilizando desse lugar para, não só cobrar por ela, mas também agradecer quando essas melhorias chegavam até seus representados:

A INAUGURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DO MEYER

AGRADECIMENTO AO C. M.

No expediente da sessão de hoje, no Conselho Municipal, o Sr. Mário Piragibe, em nome da população suburbana, agradeceu a instalação do Posto de Assistência Pública do Meyer, que inestimáveis serviços prestará a uma vasta zona da cidade, preferida pelas classes menos protegidas.

Propôs o orador a inserção nos anais, de um voto de louvor aos Srs. Angelo Tavares que, quando intendente, foi o autor da ideia. Marechal Bento Ribeiro, ex-prefeito, e Drs. Paulino Wernnek, Carlos Sampaio e Luiz Barbosa.¹²¹

Percebe-se que Piragibe compreendia a força dos discursos proferidos na tribuna do Conselho, uma vez que estes eram amplamente reverberados pela imprensa. Ao chamar a atenção para os problemas do subúrbio, por meio desse recurso, estabelecia um canal eficaz de comunicação com seu eleitorado, já que os periódicos — sobretudo aqueles voltados para sua zona eleitoral — reproduziam e difundiam suas falas. Esse processo pode ser entendido como um mecanismo de reafirmação do pertencimento e da representatividade da região, aproximando o político dos habitantes locais. Mecanismo que fica claro ao observar-se a reportagem publicada pelo jornal *A Razão*, em 23 de junho de 1921:

A FALTA DE TRANSPORTE EM IRAJÁ

O sr Mário Piragibe, fundamentando a indicação que apresentou, tratou com bastante clareza sobre o assunto da mesma. Profundizando o desprezo voltado a zona dos subúrbios, onde, como acontece presentemente, na freguesia de Irajá, as crianças não podem frequentar as escolas, o comércio não consegue abastecer e a população percorre a pé a Estrada Marechal Rangel, por falta absoluta de transportes.

Continua, atacando o governador da cidade, que só se preocupa com o arrasamento do morro do Castello e serviço da Lagoa Rodrigo de Freitas, para tais obras têm levado o sr. presidente da república que anda em dias passados esteve em visita às mesmas.

¹²⁰ *Correio da Manhã*, 14/07/1919, p. 4.

¹²¹ *A Noite*, 13/10/1920, p. 5.

Finaliza, pedindo ao sr. presidente da república que visite também a freguesia de Irajá, onde áspera de sua grande população, não haverá perigo para s. ex. que não será deposto, pois o povo é ordeiro, conforme atesta o policiamento de tão grande zona, que é feito apenas por quatro praças.¹²²

Outro ponto de grande relevância para Piragibe era a questão da saúde. Embora não integrasse a comissão responsável por esse tema, sua formação em medicina lhe conferiu destaque nos debates acerca da saúde municipal. Valendo-se de sua experiência profissional e de sua longa atuação na área, o então intendente utilizou a tribuna para denunciar a carência de hospitais no subúrbio carioca, como evidencia a reportagem a seguir:

O senhor Mário Piragibe, chamou a atenção da Prefeitura, para o abandono em que se tem deixado as zonas suburbanas e rural desta cidade.
Entre os serviços de que se ressentem destas zonas, há uma que não nos referimos e que não tem a menor importância que os já citados.
Quis se referir á inexistência de um hospital na zona suburbana.
Esta falta agrava-se consideravelmente com as dificuldades de transporte para os hospitais situados no centro da cidade que por sua vez, são muito, deficientes.¹²³

Para além dos discursos proferidos na tribuna e das entrevistas concedidas à imprensa, Mário Piragibe buscou outros mecanismos de aproximação com seu eleitorado, dando sentido à política cotidiana ao vivenciá-la de diferentes formas. Uma reportagem publicada no periódico *Rio-Jornal* ilustra com clareza essa dinâmica. Um acidente ocorrido na estação de Anchieta, envolvendo a colisão entre um trem de carga e outro de passageiros, causou grande comoção na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que resultou em duas mortes e deixou sete pessoas gravemente feridas. A imprensa carioca passou, então, a dar ampla cobertura ao caso, que rapidamente se tornou um dos assuntos centrais da cidade.

A cidade amanheceu sob a impressão do desastre do rápido mineiro. A nova, as primeiras horas, levada pelos jornais a toda parte, despertou o interesse dos casos que emocionam. [...]

O choque foi tremendo. O rápido mineiro, tendo recebido livre trânsito, antes do tempo, entrou pela linha da estação Anchieta e foi abarcar a cauda de um trem de carga, as avarias tinham sido consideráveis. [...]

¹²² *A Razão*, 23/06/1921, p. 2.

¹²³ *O Brasil*, 06/10/1922, p. 4.

As primeiras horas da manhã os informes dados já a publicidade eram confirmados, Do desastre, havia duas vítimas de morte, o chefe do trem Victorino Moreira Cerqueda e o condutor Felisberto Guimarães. Constavam-se também sete feridos.¹²⁴

O jornal dedicou amplo espaço em suas páginas para noticiar o ocorrido de forma detalhada, incluindo ainda uma biografia do chefe do trem, Victorino Cerqueda. Para além desse aspecto, merece destaque outro detalhe presente na reportagem:

O ESTADO DO PRATICANTE DE CONDUCTOR JULIO DIAS

Um dos funcionários da Central do Brasil mais gravemente ferido é o sr. Julio dos Santos Dias, praticante de condução. Morador, com sua família, na rua Gomes Serpa n. 72, na Piedade.

Ali estivemos, também, conversando com sua senhora, que nos declarou ser grave o estado do Marido. É seu médico assistente o Dr. Mário Piragibe, que, pouco antes, ali estivera, em visita ao enfermo, e se absteve, por enquanto, de dar qualquer informação positiva sobre o delicado estado de Julio Dias.

O casal tem 4 filhos, Nourival, de 11 anos; Elza, de 9; Dalva, de e Lourdes, de 4 anos.¹²⁵

Atenta-se para algumas questões relevantes nessa parte da matéria. Em primeiro lugar, o jornal noticia que Mário Piragibe atuou como médico assistente do enfermo, o que evidencia que o então intendente seguiu exercendo suas funções de médico. Esse aspecto reforça a ideia de que a prática profissional constituía um importante meio de manter a interligação com a população. Como já exemplificado no capítulo anterior, Piragibe atuava no subúrbio carioca, o que o mantinha próximo de seus eleitores. Tal fato corrobora também a notícia anterior, referente às suas denúncias sobre a carência de serviços de saúde na região, uma vez que vivenciava cotidianamente essa realidade em seus atendimentos, e não apenas a conhecia por meio das reivindicações da população. Outro ponto digno de nota é a presença de Piragibe na residência do prático de condutor, o que contribuiu para a construção de uma percepção pública de humanização de sua figura política. Assim, percebe-se que uma das marcas de seu mandato foi precisamente essa prática de se fazer presente e de vivenciar de perto as demandas populares.

2.4- A relação entre a política, os clubes dançantes e os jogos de futebol

¹²⁴ *Rio-Jornal*, 08/09/2020, p. 3.

¹²⁵ *Rio-Jornal*, 08/09/2020, p. 3.

No livro *A cidade que dança: clubes e bailes negros do Rio de Janeiro*, Leonardo Afonso de Miranda Pereira apresenta uma análise aprofundada dessas instituições que passam a integrar o cotidiano da cidade, principalmente nas últimas décadas do século XIX. Segundo Pereira, eram formadas, em geral, por até 50 associados, articulados por laços de trabalho ou de vizinhança.¹²⁶ Para além de espaços festivos e de reuniões entre pares, esses clubes tornaram-se locais de sociabilidade, resistência e debate político, em um contexto no qual a participação política era excludente para parte significativa da população. A força dessas associações foi tão expressiva que reverberou na política local, sobretudo no subúrbio carioca. Nessas regiões, estar presente em tais espaços era uma forma de se aproximar da população, ouvir suas demandas e conquistar prestígio em comemorações.

Um ponto central trazido pelo autor é que os clubes dançantes afirmavam a identidade de seus membros — em sua maioria negros e pardos — e abriam espaço para o protagonismo feminino.¹²⁷ Essa perspectiva contrasta com a narrativa consolidada pela historiografia tradicional, que muitas vezes relegou esses sujeitos à condição de coadjuvantes do processo histórico. Pereira demonstra que, ao longo da Primeira República, tais grupos buscavam formas de se fazer ouvir na esfera política, ainda que de modo indireto, e que suas demandas, em muitos casos, eram atendidas. Tais clubes não representavam alienação, mas sim outros mecanismos de atuação política. Assim, o debate político estava presente em suas atividades, e a relação entre eles e os políticos locais foi fundamental para a aprovação de medidas que atendiam aos interesses da comunidade, como ressalta o autor:

Ao invés de simplesmente repetir a perspectiva dos que lançavam sobre esse fenômeno diferente os olhares coercitivos, cabe assim tomar esse registro como meio de compreensão de um processo no qual os sócios dos pequenos clubes da cidade foram sujeitos ativos, tendo feito deles um meio importante de organizar a sua própria experiência.¹²⁸

¹²⁶ Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020, p. 11.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 20.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 19.

Percebe-se que os clubes foram de grande relevância para resoluções dos problemas enfrentados por diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro, como se exemplifica na notícia publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 27 de fevereiro de 1920:

A questão das fossas

Uma grande reunião na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, em Bangu

Falaram Vários Oradores

A questão das fossas continua a agitar as classes proletárias das zonas rurais.

Ainda ontem, à noite, houve uma reunião na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no marco 6, em Bangu, para protestar contra a exigência da Inspetoria de Prophylaxia Rural de serem essas fossas construídas pelos moradores das casas.

A essa reunião compareceu um número elevado de operários e moradores da localidade, usando a palavra vários oradores que discutiram o assunto sob vários pontos de vista.

A reunião

Pouco depois das 19 horas com a presença de cerca de dois mil operários e moradores de Bangu, Campo Grande e outras estações dos subúrbios, dos Srs. Drs. Vicente Piragibe e Salles Filho, deputados federais: dos Drs. Julio Cesario de Mello, Mario Piragibe e Antonio José Teixeira, intendentes municipais. [...]¹²⁹

É possível extrair informações relevantes do trecho da longa reportagem produzida sobre a questão das fossas no subúrbio, que vão além da motivação da reunião propriamente dita. O primeiro ponto a destacar é a ampla organização da sociedade e o elevado comparecimento da população para tratar de um problema que os afetava diretamente. O próprio texto menciona a presença de aproximadamente duas mil pessoas, vindas não apenas de Bangu, mas também de outros bairros da região suburbana. Outro aspecto importante é a presença de representantes políticos mencionados na reportagem, entre eles Piragibe, o que reforça a relevância atribuída ao encontro. Esses representantes se colocavam como porta-vozes do subúrbio, conferindo maior legitimidade às demandas apresentadas.

Além disso, o episódio evidencia que grupos políticos cariocas não estavam completamente alheios às reivindicações da população, tampouco restrita ao exercício de cargos públicos apenas em função de interesses pessoais, uma vez que se fez presente para ouvir as insatisfações em relação à medida adotada. Destaca-se, ainda, a atenção dada aos debates ocorridos no Poder Legislativo, o que demonstra que a população também não permanecia indiferente às decisões

¹²⁹ *Jornal do Brasil*, 27/02/2020, p. 2.

tomadas pelas instituições políticas. Ao contrário, organizou-se a partir de uma proposta elaborada nessa esfera, revelando uma articulação entre sociedade e política institucional. Para além de funcionarem como instrumentos de contato com os representantes políticos a fim de reivindicar demandas, esses espaços também eram utilizados como ambientes de celebração e de homenagem a tais figuras, como evidencia o caso noticiado pelo jornal *Gazeta de Notícias*:

FESTA

Para o próximo dia 7 de maio foi organizado pelo amador Fernando Maia um grande festival no Grêmio João Caetano, em Todos os Santos, que está despertando o maior interesse,

O Festival é dedicado à Aliança Republicana e aos seus membros, Sr. Sampaio Corrêa, Adolpho Bergamini, Azevedo Lima, Aristides Caire e Mario Piragibe.¹³⁰

Em outra obra, Pereira destaca que, diferentemente do que foi produzido pela historiografia tradicional, os clubes dançantes formados por trabalhadores e pela população mais pobre também utilizavam seus espaços como ambientes de luta e de aproximação com a política institucional. Segundo o autor, eram frequentes as reuniões realizadas nesses locais para debater propostas, candidaturas e formas de apoio político.¹³¹ No subúrbio carioca, onde havia grande concentração desses espaços de sociabilidade, sua importância foi fundamental para a escolha dos representantes em diferentes esferas, sobretudo no legislativo, em razão da proximidade com as demandas da cidade. Assim, tornava-se praticamente impossível que um candidato pretendesse representar a região sem antes passar pela sabatina de algum desses clubes. Além disso, a presença constante dos políticos nesses espaços, mesmo após as eleições, era necessária para a consolidação de sua vida pública. Entendendo a importância desse comportamento e influenciado pelo seu irmão e padrinho político Vicente Piragibe, Mário Piragibe se tornou uma figura muito presente nesses clubes não só como ouvidor das demandas, mas também como atuante na diretoria em alguns, como se vê a seguir:

OS NOVOS SÓCIOS DO S.C. 24 DE MAIO

¹³⁰ *Gazeta de Notícias*, 29/04/1921, p. 4.

¹³¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 64.

Foram propostos e aceitos sócios deste clube, os seguintes srs.:

Moacyr de Souza - Arnaldo Sena Dias - Renato Floriano Moraes - Naylosa de Sá Rego. Attila Barros - Adalberto Costa - Braz Pinto - José Barcellos - Cesar Nunes - José Caetano Machado - Lyrio Netto - Antonio Ferreira e Joaquim de Amorim.

A sua atual diretoria está assim constituída:

Presidente, José de Magalhães; 1º vice-presidente, Mário Guimarães; 2º vice-presidente, Adrovando Gomes Vianna; 1º secretário, Mário Piragibe; 2º dito, Alexandre Lyrio de Siqueira; 1º tesoureiro, Priano Azevedo; 2º dito, Álvaro Accioly de Vasconcellos; procurador, Leonel Paula Rosas; diretor esportivo, Erminio S. Dantas.¹³²

O S. C. 24 de Maio não foi o único clube em que Piragibe teve uma atuação direta como membro da diretoria, isso também aconteceu em outros casos, como publicado no jornal *Gazeta de Notícias*:

Os JOGOS INTERESTADUAIS DE HOJE

Metropolitano x serrano

Realiza-se hoje, em Petrópolis, um sensacional match de football “association entre os valorosos times dos clubes acima mencionados, sendo o primeiro filiado a Liga Metropolitana de Desportos Terrestre e o segundo a Liga Sportiva Fluminense.

O embarque dos players cariocas está marcado para às 8 ½ da manhã, na estação da Praia Formosa, estando a delegação constituída da seguinte forma:

Intendente Nestor Áreas, presidente do clube e chefe da embaixada; o intendente Dr. Mário Piragibe, diretor médico; Guilherme de Carvalho diretor de esportes; diretores Apollo Amorim, Argemiro de Souza, Nunes Machado e Adhemar de Almeida. [...] ¹³³

Piragibe chegou a ser presidente de uma associação ao longo do seu mandato como intendente, como apresenta a reportagem do *Jornal do Brasil*:

ASSOCIAÇÃO B. UNIÃO MUNICIPAL

Realizou-se ontem uma sessão extraordinária da A. B. U. Municipal.

As 16 horas, com a presença dos associados e convidados foi aberta a sessão, tendo tomado posse da presidência o intendente municipal Dr. Mário Piragibe que foi saudado pelo Dr. Mario Gameiro, advogado da associação.

Em brilhante discurso de agradecimento, aquele político salientou a sua gratidão pela distinção que lhe foi confiada, mostrando ao mesmo tempo, os propósitos que o animaram no desempenho da sua missão [...]. ¹³⁴

Piragibe buscou manter uma boa relação também com os clubes de futebol, visto que, na segunda década do século XX, o esporte estava ganhando cada vez mais adeptos, esse movimento representaria uma aproximação ainda maior com o eleitorado. Alguns acessos foram importantes para sua construção política, como

¹³² *O Imparcial*, 04/06/2020, p. 10.

¹³³ *Gazeta de Notícias*, 29/02/2020, p. 6.

¹³⁴ *Jornal do Brasil*, 29/03/2021, p. 2.

compor a comissão que propôs a aprovação da construção do América Futebol Clube, em 1921:

Para que o America F. C. possa imitar o Fluminense F.C

Foi aprovado, hoje, em terceira discussão, no Conselho Municipal, o seguinte projeto:

Art. 1º Fica o prefeito autorizado a permitir ao America Football Club construir suas arquibancadas sobre as ruas Gonçalves Crespo e Junqueira Freire nas mesmas condições e com o mesmo anus com que, pela Prefeitura, foi permitido ao Fluminense Football Club fazer igual construção sobre a rua do Rozo, no distrito da Glória.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de comissões, 23 de dezembro de 1921 - Vieira de Moura, relator; Manoel Machado, presidente; Mario Piragibe e Henrique Guimarães.¹³⁵

A construção do estádio do América Futebol Clube representou um importante acontecimento para a população suburbana, pois, como o próprio texto destaca, tratava-se de uma forma de conferir ao Segundo Distrito a mesma equivalência simbólica que o Primeiro Distrito já possuía com a sede do Fluminense. Ainda que de maneira simbólica, essa obra expressava uma busca por equilíbrio entre os dois distritos. Essa intenção torna-se ainda mais evidente quando observamos que a quantia destinada à construção do estádio do América foi equivalente àquela fornecida para a construção do Fluminense. Entende-se que, ao fazer parte desse projeto, Piragibe busca mais um meio de interlocução com seus eleitores, agora por meio do futebol. Essa relação entre o mandato do então intendente e os jogos também passam a fazer parte das notícias dos periódicos da cidade e diversos foram os momentos em que Piragibe foi homenageado nesses eventos, como pode ser observado na sequência de publicações a seguir:

O FESTIVAL DO S. C. AFRICANO

O Sport Club Africano realiza no dia 23 deste, um grande festival no campo do Metropolitano A. Club em homenagem aos dedicados políticos do 2º Distrito.

O programa acha-se assim constituído:

[...]

4ª prova em homenagem ao Dr. Mário Piragibe às 14:30. Paraíso A. Club x Sport Club Africano

Prêmio: Artístico bronze. Juiz Del Castilho, do Modesto A. Club.¹³⁶

Apesar da tentativa de se obter informações mais precisas sobre o Sport Club Africano, não foram encontrados registros sobre sua fundação ou localidade.

¹³⁵ *A Rua*, 23/12/2021, p. 6.

¹³⁶ *Jornal do Brasil*, 19/01/2021, p. 1.

Ainda assim, a reportagem permite algumas observações relevantes. O próprio nome da instituição já remete a um grupo historicamente excluído e marginalizado ao longo da Primeira República. Essa nomenclatura pode ser interpretada como uma reafirmação da identidade de seus membros, sinalizando o empenho da população negra na organização de redes de sociabilidade e sua atenção às práticas dos políticos locais, uma vez que o evento em questão era destinado a homenagear representantes dedicados ao Segundo Distrito. No que se refere a Piragibe, percebe-se a construção de laços com diferentes grupos sociais, além do sentimento de representação do subúrbio carioca cultivado por ele. Observa-se, tanto por esta quanto por outras notícias, que Piragibe conseguiu consolidar uma imagem positiva perante seus representados e pavimentar um caminho político sustentado por suas vivências e experiências acumuladas ao longo do primeiro mandato.

Como mencionado, outras homenagens aconteceram ao longo do mandato de Piragibe:

GRANDE FESTIVAL ESPORTIVO DO PARAÍSO ATHLETICO CLUB

Realiza-se hoje no campo do Metropolitano A. Club.

Eis o programa:

[...]

6ª prova - dedicada aos Srs. Drs. Mario Piragibe e Vicente Piragibe. às 16 horas -

Prêmio: uma taça

SCRATCH CLUB BOULEVARD x SPORT CLUB BRASILEIRO

Juiz: J. Moraes

Abrilhantar o festival uma banda de música.¹³⁷

O número de rodadas demonstra que esses eventos contavam com ampla participação popular, elemento fundamental tanto para a troca entre políticos e população quanto para o fortalecimento da imagem pública das lideranças. Ser homenageado e marcar presença em tais ocasiões contribuía para estreitar as relações com os frequentadores, além de funcionar como um mecanismo de humanização da figura do político. Chama a atenção, ainda, a data do evento: 13 de maio, marco da abolição da escravidão com a assinatura da Lei Áurea, que era feriado na Primeira República. Esse fato confere à comemoração e à homenagem um sentido simbólico, já que a data possuía grande representatividade para o

¹³⁷ *Jornal do Brasil*, 13/05/1921, p. 2.

regime republicano e, sobretudo, para a população, em especial os descendentes de escravizados. A matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 18 de novembro de 1921, também traz uma perspectiva de como esses jogos eram uma forma simbólica de agradecimento pela atuação dos intendentess, o que fica elucidado no texto publicado no periódico, redigido pela diretoria da Liga Leopoldinense de Football:

LIGA LEOPOLDINENSE DE FUTEBOL

(Resoluções da diretoria)

Em reunião de 16 do corrente a diretoria tomou as seguintes resoluções:

- a) Aprovar a acta da sessão anterior;
- b) Tomar conhecimento dos addinios do Pereira Passos e do Rupturista;
- c) Por proposta do Sr. M. Antunes Baptista, lançou em acta um voto de profundo pesar pelo falecimento do S. A. a a Princesa Isabel, a Redentora;
- [...]
- k) Em homenagem ao modo intrépido e brilhante com que tem sabido honrar o seu mandato no Conselho Municipal, defendendo sempre a causa do povo, prestar homenagem, dedicando-lhes o festival do dia 27, aos intendentess: Mário Piragibe, Adolpho Bergamini e Alberto Beaumont de Abreu.¹³⁸

Nesse contexto, a trajetória de Mário Piragibe evidencia de maneira clara como os clubes, festas e eventos suburbanos foram incorporados à dinâmica política da Primeira República. Sua presença constante nesses espaços, seja como convidado de honra, homenageado ou mesmo dirigente, não apenas reforçava sua imagem de representante atento às demandas locais, mas também funcionava como estratégia de legitimação política. Ao vincular sua atuação a ambientes de grande apelo popular — do associativismo festivo ao futebol — Piragibe ampliava sua visibilidade, estreitava relações com diferentes grupos sociais e se apresentava como interlocutor legítimo do subúrbio carioca. Mais do que momentos de lazer e sociabilidade, essas ocasiões revelam-se, em sua trajetória, como ferramentas fundamentais de construção de capital político e de consolidação de sua liderança.

¹³⁸ *Jornal do Brasil*, 18/11/1921, p. 2.

III

A atuação de Mário Piragibe no Conselho Municipal

Durante a Primeira República, o Conselho Municipal se tornou o principal local de atuação política dos grupos locais que pretendiam atuar na capital federal. Isso ocorreu porque, como já mencionado, havia uma forte intromissão dos poderes federais na política municipal. Apesar das diversas tentativas, ao longo desse período, de esvaziar o poder do Conselho, é possível observar que, nas últimas décadas da Primeira República, ele conseguiu reverter algumas decisões tomadas anteriormente, como o impedimento de tentar a reeleição, o aumento do número de cadeiras e a ampliação do tempo de mandato dos intendentes. Atribui-se esse fortalecimento ao poder de barganha alcançado pelo Conselho junto aos demais poderes, principalmente porque era de responsabilidade do Legislativo municipal discutir e aprovar o orçamento da cidade. Além disso, o Conselho conseguiu manter sob seu domínio os debates que envolviam as principais demandas urbanas como educação, saúde, infraestrutura e outros temas fundamentais, o que lhe permitiu consolidar-se como uma força atuante dentro da capital e construir uma imagem positiva perante a sociedade.

Sendo a capital um espaço restrito de atuação política, já que o Executivo municipal não era ocupado por meio de eleições, as disputas pelo cargo de intendente eram bastante acirradas e exigiam dos candidatos uma boa relação com a sociedade, além de uma rede de influência que os tornasse competitivos no pleito. Mais do que conquistar uma vaga, uma boa atuação dentro do Conselho era determinante para o futuro político que se pretendia trilhar, uma vez que os periódicos se mantinham atentos e vigilantes a todos os mandatos exercidos. Dessa forma, a tribuna do Conselho se tornava o palco dessa construção política ao longo do mandato, momento em que o intendente não apenas verbalizava suas ideias e propostas diante de seus pares, mas também perante toda a sociedade carioca. A dinâmica política da capital exigia uma exposição constante, que poderia definir o futuro de cada intendente. Piragibe compreendia bem esse processo e soube utilizar

o espaço que lhe foi concedido para construir sua imagem política perante o eleitorado.

Percebe-se que, em diversos momentos, Mário Piragibe utilizou a tribuna do Conselho como espaço para reverberar suas ideias e como parte do mecanismo de construção de sua imagem como político. Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo analisar seus discursos, propostas e atuação como intendente dentro do próprio Conselho Municipal.

Serão realizadas, portanto, três tipos de análise: a primeira, voltada às propostas relacionadas às demandas da cidade; a segunda, referente às relações estabelecidas entre Piragibe, os demais intendentes e os diferentes poderes que compunham a política da capital federal; e a terceira, dedicada aos cargos ocupados por Piragibe nas comissões ao longo de seu mandato, em especial nas comissões de Instrução e de Orçamento. Nesta última, ocupou o cargo de presidente e, como mencionado, o orçamento era um dos assuntos principais tratados no Conselho. Assim, presidir essa comissão lhe conferia centralidade nos debates políticos da capital.

3.1- Mario Piragibe e as demandas da cidade

Considerando que a ninguém é dado o direito de construir imóveis nos logradouros públicos indício que a Mesa do Conselho Municipal office ao Exm, Sr. Dr. Prefeito solicitando providências no sentido de ser demolido o barracão existente na rua Leopoldina Rego, próximo à estação de Olaria e pertencente a Leopoldina Railway. Sala das Sessões, 6 de outubro de 1920. - Mario Piragibe¹³⁹

O trecho citado foi retirado de uma sessão do Conselho Municipal ocorrida em outubro de 1920 e elucida, em certa medida, a atuação que Mário Piragibe teria na instituição ao longo dos anos de seu primeiro mandato como intendente. As demandas da cidade, sobretudo as do subúrbio carioca, foram pautas importantes e constituem-se como chave para a compreensão das formas pelas quais Piragibe buscou se afirmar como um político atuante. Ao longo dessa e de outras sessões realizadas, é possível observar a postura adotada pelo intendente, que se colocava

¹³⁹Anais do Conselho Municipal, 94ª sessão, em 06 de outubro de 1920, p. 62.

de forma combativa e, em alguns momentos, incisiva na defesa de suas ideias. Vale destacar que, embora sua trajetória política tenha começado antes de 1919, como apresentado anteriormente, esse foi seu primeiro mandato, o que lhe conferia pouca experiência e projeção dentro do jogo político. Sendo assim, esse período representava uma aposta alta em seu futuro político, podendo determinar seu sucesso ou fracasso. Dessa forma, Piragibe não mediu esforços para se destacar em suas falas nas sessões do Conselho Municipal, compreendendo que o que reverberava ali não se destinava apenas aos seus pares, mas a toda a cidade, uma vez que os holofotes estavam voltados para a casa legislativa.

Apesar do projeto trazido anteriormente representar o fim da sessão, as falas proferidas antes dele permitem perceber nuances interessantes, que são de grande importância para esse trabalho:

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: - Sr. Presidente, fui hoje procurado por diversos moradores do subúrbio denominado Olaria, indivíduos que são negociantes e industriais, todos interessados na boa condição da viação pública naquela zona, que me pediram providências no sentido de conseguir a demolição de um grande galpão pertencente à Leopoldina Railway construído em plena rua Leopoldina Rego isto é, na parte daquela rua destinada ao trânsito público.¹⁴⁰

O primeiro ponto que se pretende destacar aqui é a relação estabelecida entre o intendente e a sociedade, mais especificamente com os moradores do bairro de Olaria. Isso se justifica porque a historiografia consolidada buscou reafirmar que, durante todo o período da Primeira República, não havia representatividade política, sobretudo entre as camadas populares, que seriam apenas espectadoras das decisões tomadas, sem qualquer poder de influência sobre elas. Trabalhos produzidos por historiadores como José Murilo de Carvalho e Eduardo Silva apontam que um dos poucos espaços em que a população carioca podia demandar suas necessidades eram os periódicos que abriam espaço para tais ações, como os jornais *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Segundo Marcelo Magalhães, Silva conclui sua abordagem afirmando que a população utilizava os meios de comunicação como forma de reverberar aquilo que não conseguia expressar diretamente aos políticos locais.¹⁴¹

¹⁴⁰ Anais do Conselho Municipal, 94ª sessão, em 06 de outubro de 1920, p. 62.

¹⁴¹ SILVA, 1988, apud, MAGALHÃES, 2023, p. 118

Na contramão dessa interpretação, Magalhães argumenta que, já no início da Primeira República, existiam, sim, outros mecanismos de interlocução popular com o poder público, inclusive por meio de ações diretas junto ao Legislativo municipal.¹⁴² Como já mencionado, é importante atentar para o contexto em que essas análises foram produzidas, uma vez que o período da Primeira República se estendeu por cerca de 40 anos. Assim, mudanças ocorreram ao longo desse tempo, inclusive nas relações estabelecidas entre políticos e sociedade. A fala de Piragibe demonstra que, pelo menos no início da terceira década do século XX, portanto, nos anos finais da Primeira República, era possível estabelecer uma relação direta entre representantes e representados. As queixas levantadas pela população chegavam, de fato, a seus representantes políticos e, além disso, tornavam-se pauta de debates no Conselho Municipal.

Entende-se que essa prática tenha se tornado cada vez mais comum ao longo das experiências da Primeira República, especialmente a partir do momento em que o Conselho Municipal passou por um longo processo de esvaziamento e perda de relevância política. Ao retomar parte de seu protagonismo, encontrou nas relações com seus representados um meio de sustentação de seu poder. Vale destacar a personalidade presente no discurso de Piragibe ao afirmar que foi procurado por moradores do bairro. Esse mecanismo discursivo evidencia uma aproximação entre o político e a população, além de demonstrar a confiança depositada nele e a legitimação de sua atuação política. Tal recurso retórico se reforça com o que será dito pelo intendente posteriormente:

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE – Sr. Presidente, depois de verificar “de visu” a veracidade da afirmação que me foi feita, resolvi vir à tribuna do Conselho para justificar uma indicação que vou ter a honra de enviar à Mesa, pedindo a V. Ex. providências no sentido de ser oficiado ao Sr. Prefeito, solicitando-lhe providências para que seja demolido o barracão a que me refiro.¹⁴³

Observa-se que Piragibe afirma ter ido até a localidade mencionada na queixa dos moradores. Esse gesto representa uma aproximação significativa, visto que ele não apenas acolheu a reclamação, mas também se dispôs a ir ao local para verificar a situação relatada. Tal atitude evidencia sua disponibilidade para atender

¹⁴²MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902. Niterói: PPGH-UFF, 2004, tese de Doutorado, p. 119.

¹⁴³Anais do Conselho Municipal, 94ª sessão, em 06 de outubro de 1920, p. 62.

às demandas da cidade e reforça, em seu discurso, a autoridade de quem não apenas ouviu o problema, mas o presenciou e o reconheceu de forma direta e pessoal, apresentando-se como representante do grupo na casa. A fala do intendente na sessão, junto com a observância direta do ocorrido, fez com que o projeto fosse aprovado pela mesa sem qualquer objeção contra.

É possível observar que a estratégia de aproximação com a população foi utilizada por Piragibe em diversos momentos, constituindo-se como um elemento fundamental das pautas levantadas pelo intendente no Conselho Municipal. Essa postura pode ser compreendida como uma ferramenta de busca por apoio entre seus pares para a aprovação de seus projetos, uma vez que, ao se posicionar como alguém procurado pela população para representar suas demandas, poucos seriam capazes de se opor às suas propostas. Além disso, Piragibe procura atrair a atenção e o apoio de seus colegas de legislativo, recorrendo a elogios e à exaltação de sua competência para o debate das questões apresentadas, como se observa na sessão realizada em 24 de novembro de 1920, que debatia a regulamentação do tempo de funcionamento dos mercados suburbanos:

O SR. MÁRIO PIRAGIBE – Não fora, Sr. Presidente, a disposição regimental que obriga a justificação de projetos e indicações, eu estaria, neste momento, dispensado de ocupar a atenção dos ilustres colegas para fazer considerações acerca de dois projetos e de uma indicação que vou ter a honra de submeter aos estudos e deliberação do Conselho.

O primeiro projeto refere-se ao funcionamento de mercados suburbanos. Sobre este assunto tenho recebido muitas reclamações, ora do público, ora de pequenos mercadores, ora de agricultores diretamente interessados na vendas dos produtos da pequena lavoura.

Desejoso de solucionar o problema, tenho, neste recinto, fora das horas destinadas aos nossos trabalhos, procurado consultar a opinião de diversos colegas acerca do assunto: e todos eles declararam que a informações que tem sobre este problema de grande interesse para o público, são tão contraditórias, são tão incompleta, tão imperfeitas que não conseguiram firmar um juízo exato sobre o caso. Nesta mesma situação estou eu. Por isso mesmo, quando elaborei o modesto trabalho que o Conselho vai julgar, não pretendi trazer solução plena ao caso da venda de produtos da pequena lavoura do Distrito Federal. Assim solicito a colaboração profícua e inteligente de cada um dos meus colegas no sentido de ser aliviada a população pobre do Distrito Federal de uma situação que se vem agravando de dia para dia, com vantagem para os açambarcadores que não encontram nas disposições da lei, entraves à ganância desmedida que exercem na exploração do trabalho dos pequenos lavradores.¹⁴⁴

Ainda nessa sessão outro tema importante para o subúrbio foi trazido por Mario Piragibe e debatido por seus pares no Conselho Municipal. Trata-se da falta

¹⁴⁴Anais do Conselho Municipal, 124ª sessão, em 24 de novembro de 1920, p. 511.

de nomeação de ruas no subúrbio carioca, o que dificultava o reconhecimento dos visitantes e da chegada de correspondências e encomendas.

Vou enviar à mesa com os dois projetos uma indicação que também diz de perto aos interesses dos munícipes do Distrito Federal. Por isso, depois de os justificar, peço que a Mesa do Conselho officie ao Exmo. O Sr. Prefeito do Distrito Federal no sentido de providenciar para que sejam dotados de placas indicativas nos diversos logradouros públicos da cidade, pois não são poucos os aborrecimentos que tenho tido por falta de indicação, principalmente na zona suburbana, onde encontramos dezenas e dezenas de ruas sem designação ou nomenclatura dos logradouros.¹⁴⁵

Entende-se que as estratégias que podem ser verificadas em seus discursos parlamentares — a aproximação com a população carioca, sua presença nos locais das ocorrências para averiguar de perto os problemas e a exaltação de seus pares durante os debates sobre as propostas — foram fundamentais para que tais iniciativas fossem acolhidas pelos demais intendentes e aprovadas sem que houvesse grandes debates ou divergências em torno delas. Esses mecanismos, de certa forma, foram importantes para que as soluções demandadas pela população chegassem até o poder público, especialmente na zona suburbana que, segundo o próprio intendente, era uma área carente de atenção das autoridades municipais. Colocar-se como porta-voz dessa região foi um dos métodos encontrados por Piragibe para se destacar no Conselho Municipal, além de ser uma forma de conquistar credibilidade entre seus pares. Isso era ainda mais relevante considerando se tratar de seu primeiro mandato em uma instituição marcada por um alto grau de competitividade política, com uma área de atuação bastante limitada e que, de certa forma, definiria seu futuro na política local e, possivelmente, nacional.

As questões relacionadas à infraestrutura do subúrbio carioca foram pautas constantes de Piragibe. Para além da nomeação dos logradouros, regulamentação de construções, padronização de funcionamento de estabelecimentos, o intendente utilizou de seu mandato para cobrar a atuação dos demais poderes quando demoravam ou não atendiam às determinações aprovadas pelo Conselho Municipal em prol daquela região. Em diversos momentos, o intendente proferiu discursos no tom de cobrança. A prefeitura era o alvo principal das cobranças. Piragibe faz uso de indicações, forma de pressão para que as medidas fossem acatadas, como se observa na sessão de 10 de agosto de 1920:

¹⁴⁵Anais do Conselho Municipal, 124ª sessão, em 24 de novembro de 1920, p. 511.

[...] Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para enviar à mesa uma outra indicação, está de natureza diversa: nela peço que sejam dadas providências pelo prefeito para o calçamento das ruas D. Romana, Cabuçu, Lins de Vasconcellos e Pedro de Carvalho, no distrito do Meyer.

Sei que essas indicações são inúteis e que vão dormir na prefeitura o sono do esquecimento nas pastas da Diretoria de Obras. Mas o calçamento das ruas a que acabei de me referir, importa em serviço de tanta relevância e representaria a aspiração longamente manifestada de tão grande parte da população do 2º Distrito que acredito que o Prefeito desde que o Conselho Municipal lhe empreste o seu prestígio, atenderá desta vez, providenciando, assim, em definitivo, sobre as muitas solicitações que lhe tenho levado, assim como ao ilustre Diretor de Obras. Sr. Dr. Niemeyer.¹⁴⁶

Para além da cobrança feita aos poderes responsáveis pela execução do calçamento das ruas do Méier, a fala de Piragibe revela outro objetivo. Trata-se de registrar nos anais do Conselho e reverberar, por meio dos periódicos, que a falta de atendimento à demanda apresentada pela população era consequência da ineficiência dos órgãos competentes, e não de sua própria atuação enquanto intendente. Em outras palavras, Piragibe busca deixar claro que seu papel estava sendo devidamente cumprido: levar as demandas populares ao Conselho, articular com seus pares para que os projetos de lei fossem aprovados e encaminhá-los à prefeitura. A execução dessas medidas, contudo, não dependia mais de sua intervenção direta, funcionando, assim, quase como um mecanismo de defesa diante de eventuais críticas à sua gestão.

Questões sobre habitações no subúrbio também foram temas de debates e propostas de projetos apresentados por Mário Piragibe. Na sessão de 19 de agosto de 1921, o intendente subiu à tribuna para denunciar algumas questões envolvendo a temática:

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – O Sr. França e Leite, digno membro da Aliança Republicana, há pouco enviou à Mesa um projeto de lei procurando resolver a terrível crise de habitação que neste momento tem conturbado a vida da população da cidade, interessando muito de perto e principalmente a vida das camadas menos favorecidas.

Acredito que a medida consubstanciada no projeto do meu ilustre colega atende a reais necessidades da população, como emprestar certo valor a medida análoga adotada pela Câmara dos Deputados adotada pelo Senado Federal, adotada por esta assembleia e adotada em outros países. Entretanto, estou convencido de que o problema, exarado do ponto de vista em que se coloca o Sr. França e Leite, não lograram uma solução satisfatória sem que outras medidas auxiliares venham atender à completa realização de tão importantes problemas.

Penso que as casas para moradia estão sujeitas à lei geral de economia a que submetem todas as mercadorias do comércio; sua valorização aumenta ou diminui de acordo com a maior ou menor procura e é, assim, proporcional ao maior ou menor número de casas existentes. Nestas condições, todas as medidas que tendem a

¹⁴⁶Anais do Conselho Municipal, 62ª sessão, em 20 de agosto de 1920, p. 301.

favorecer a construção precisam ser amparadas por nós, precisam ser adotadas pelo Conselho Municipal. E entre essas medidas não vejo nenhuma de maior valor, de mais alta valia, que aquela que diz com o calçamento das vias públicas.¹⁴⁷

Piragibe aproveita o ensejo de seu discurso para indicar uma proposta de calçamento a uma rua do subúrbio, que, para ele, é de extrema importância para a região:

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – A questão do calçamento não se liga só ao barateamento das casa, não se liga só a maior facilidade de construção; a ela estão também presos os problemas de higiene, de viação, do ensino, do comércio, e o problema do maior desenvolvimento da indústria, porque, sem viação fácil, não há frete barato; sem frete barato, não se pode pensar em desenvolvimento do comércio.

Já tenho elaborado ou em via de elaboração, um projeto de lei sobre a matéria e declaro a V. Ex. que sobre o mesmo assunto tenho insistentemente conversado e trocado ideias com alguns colegas com assento nesta casa.

Fiz estas considerações e as aproveito para justificar a indicação que neste momento vou enviar à Mesa, solicitando calçamento para a rua Duos de Maio, na estação do Sampaio, uma das mais importantes da zona suburbana.

Vem à Mesa, é linda, posta em discussão e, sem debate, aprovada a seguinte.

Indicação

Indico que, por intermédio da Mesa, sejam solicitadas do Chefe do Executivo Municipal providências no sentido de ser mandada calçar a Rua Dous de Maio, na estação de Sampaio, rua que, pelas suas condições, merece do poder público o melhoramento ora solicitado.¹⁴⁸

Outro tema que fez parte da sua pauta ao longo de seu mandato como intendente foi a questão dos serviços de transportes da cidade. Em 7 de junho de 1921, o Conselho Municipal colocou em votação um requerimento que cobrava algumas explicações ao prefeito e a companhia The Rio de Janeiro The Tramway Light and Power Co. referentes a alterações de itinerários, horários e tarifas dos bondes da cidade sem nenhuma aprovação ou comunicado ao legislativo municipal. Na ocasião, Mário Piragibe subiu à tribuna e proferiu um discurso:

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, preliminarmente devo declarar que vou dar, com muito prazer, meu voto apoiando o requerimento subscrito pelo ilustre colega Sr. Vieira de Moura.

Venho à tribuna falar acerca do assunto, porque intervir diretamente sobre uma das matérias de que trata o instrumento de informação dirigido à mesa pelo distinto representante do 1º distrito. Quero referir-me à cobrança directa das passagens na linha “lins de Vasconcellos” é preciso explicar ao Conselho Municipal que essa resolução só foi aceita pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal depois de insistentemente solicitada por mim, que, no caso, interpretava os desejos de toda a população servida pelos bondes “Lins de Vasconcellos”. [...]

¹⁴⁷ Anais do Conselho Municipal, 52ª sessão, em 19 de agosto de 1921, p. 194-195.

¹⁴⁸ Anais do Conselho Municipal, 62ª sessão, em 20 de agosto de 1920, p. 301.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Felizmente para mim, posso até apelar para o testemunho de um alto funcionário da Secretaria do Conselho Municipal, que na ocasião morava nas proximidades de minha residência, a rua Lins de Vasconcellos.

Não sei se, em fase do contrato assinado pela Light & Power, o Sr. O prefeito podia ou não fazer aquelas concessões. Acredito que S. Ex. se houvesse entendido com os técnicos, os encarregados da fiscalização, os consultores da Prefeitura e tivesse resolvido depois de perfeitamente informado: mas não posso entrar na apreciação desse procedimento e por isso mesmo, vou dar, como já declarei, o meu voto de aprovação ao requerimento do honrado intendente Sr. Vieira de Moura, como darei sempre a todos os requerimentos de informações que venham em termo e consultem a reais interesses do Conselho Municipal ou do Distrito Federal.¹⁴⁹

É possível observar, na parte inicial do discurso de Piragibe, uma fala de autoridade sobre o tema, uma vez que o próprio afirma ter intervindo diretamente na questão da cobrança das passagens. Além disso, Piragibe busca demonstrar uma atuação firme na defesa das necessidades da população, ao afirmar que só obteve sucesso na aprovação da resolução devido à sua atuação insistente junto ao prefeito. Entende-se que tais estratégias discursivas conferem ao intendente a prerrogativa de intermediário entre o Executivo e a população, promovendo prestígio diante de ambos os lados. O intendente também faz uso do recurso da testemunha, a fim de conferir credibilidade e legitimidade às suas falas — um mecanismo de reforço da confiança em seu discurso. Ao final de sua intervenção, Piragibe mais uma vez se coloca como alguém para quem os valores públicos estão acima dos interesses particulares, defendendo a transparência como elemento fundamental para o bom funcionamento da administração pública, por meio da afirmação de que sempre votará a favor de requerimentos e pedidos de explicações levantados pelos demais intendentes.

Por conta de sua formação em medicina, o tema da saúde pública não passou despercebido ao longo de seu mandato. Ele teve voz ativa em diversas discussões levantadas no Conselho Municipal sobre essa temática e, em algumas delas, posicionou-se favoravelmente a medidas impopulares, mas que considerava as mais adequadas para o bem coletivo — como no caso da obrigatoriedade de construção de fossas nas áreas rurais da cidade. Na pauta da sessão em questão, estava o requerimento de autoria do intendente Alberto Beaumont, que solicitava providências para impedir que os proprietários da zona rural sem abastecimento de água fossem obrigados a construir as fossas idealizadas pelo inspetor sanitarista Belisário Penna. Logo no início da discussão, Mário Piragibe foi instado por seus

¹⁴⁹Anais do Conselho Municipal, 5ª sessão, em 07 de junho de 1921, p. 111-112.

pares a se manifestar sobre o tema, o que se evidencia na fala do intendente Brenno dos Santos:

O SR BRENNO DOS SANTOS: – Sr. Presidente, trata-se de questão em que desejo ser esclarecido para dar o meu voto. É assunto em que me parece que a palavra deve ser dada aos médicos... [...]

... ao Sr. Dr. Mário Piragibe, cuja competência é reconhecida, aos Srs. Drs. Henrique Lagden, Cesário de Mello e outros. [...]

Assim, reconhecendo que não posso formar juízo, pela simples explicação dada pelo autor do requerimento, solicitar o parecer dos médicos da Casa, especialmente o do Sr. Dr. Mario Piragibe.¹⁵⁰

É notável a presença de um discurso de autoridade na fala de Brenno dos Santos, que confere a Piragibe um reconhecimento e legitimidade sobre a temática. Acredita-se que isso se deve aos anos de experiência que Mário Piragibe acumulou ao longo de sua carreira médica, atuando em diversas instituições de saúde da capital federal. Aproveitando a oportunidade criada pela intervenção de seu colega, Piragibe dirige-se à tribuna para expor sua percepção sobre o tema, iniciando sua fala com elogios à proposta de Belisário Penna. Tal estratégia é marcada por um forte apelo emocional, utilizado como parte de seu mecanismo de convencimento junto aos demais intendentes:

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, sairia desta Casa, hoje convencido de que sou indigno do mandato que me foi conferido pelos meus concidadãos, se não viesse à tribuna impugnar as malévolas referências feitas ao ilustre Sr. Dr. Belisário Penna, pelos meus honrados colegas Srs. Alberto Beaumont e Henrique Lagden.

O sr. Belisário Penna formou-se ao lado de Oswaldo Cruz, como um de seus mais preciosos e laboriosos auxiliares, quando foi chefe do saneamento da Capital da República.¹⁵¹

Ao dar continuidade ao seu discurso, Mário Piragibe chama a atenção para o problema enfrentado pela zona rural da capital em relação ao abastecimento de água, visto que grande parte da população residente nessa região não possui acesso ao fornecimento regular desse serviço. Apesar disso, Piragibe considera que a construção de fossas representa uma medida importante para reduzir a proliferação de doenças na localidade.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Uma das grandes dificuldades a vencer, em matéria de prophylaxia rural está na deficiência do abastecimento de água, Não podemos, porém, esperar que o abastecimento de água do Rio de Janeiro se estenda por todo o Districto Federal, para, então, combatermos o impaludismo, a uncinariose e outras endemias que devastam a nossa população.

¹⁵⁰ Anais do Conselho Municipal, 3ª sessão, em 04 de junho de 1920, p. 69.

¹⁵¹ Anais do Conselho Municipal, 3ª sessão, em 04 de junho de 1920, p. 69.

Sabe V. Ex., Sr. Presidente, que o Distrito Federal é relativamente pequeno; também sabe, porém, que os orçamentos da República ainda não correspondem aos gastos que seriam necessários para dilatar-se a rede do abastecimento de águas por toda a área do Distrito Federal.

Nestas condições, o facto serve ainda para provar que o Sr. Belisário Penna tem agido bem, vencendo, todos os dias, os maiores entraves e dificuldades, porque se tivéssemos abastecimento de água perfeito, se pudéssemos contar com a água abundante em todos os domicílios, necessariamente a sua tarefa estaria muito reduzida. O nobre colega chegou a maldade de falar quem cavação; chegou a usar termos irreverentes, indelicados e indigno deste recinto.¹⁵²

Para além do debate sobre o tema, as falas de Piragibe revelam um conhecimento aprofundado sobre os problemas enfrentados pela população carioca, colocando em xeque, mais uma vez, a percepção de que os intendentes e o Conselho Municipal estavam completamente alheios às demandas e dificuldades do Rio de Janeiro. A longa sessão também demonstra o empenho de Piragibe e de seus pares em buscar uma solução para essa questão, evidenciando a preocupação do intendente com os assuntos da cidade. Não foi possível, contudo, identificar a conclusão da decisão tomada pela Casa, uma vez que o debate se estendeu para outras sessões do Conselho Municipal.

Em outros momentos, Piragibe também demonstrou estar bastante atento às questões relacionadas à saúde no Rio de Janeiro, mostrando-se capaz de sanar dúvidas de seus colegas intendentes acerca das medidas adotadas nessa área. Vale destacar que, apesar de seu domínio e conhecimento sobre o tema, Piragibe não integrava a comissão voltada à saúde pública — fato que, possivelmente, explica por que não foi autor de projetos de lei ou requerimentos diretamente relacionados a essa temática. Ainda assim, ele não se eximiu de participar das discussões e de proferir discursos sobre o assunto, como fica evidente na sessão de 16 de setembro de 1920, quando, mais uma vez, o intendente Alberto Beaumont encaminhou ao plenário um requerimento, desta vez solicitando informações sobre o serviço de assistência a vítimas de desastres ocorridos em vias públicas e outras situações semelhantes:

[...]

- a) A razão porque os autos-ambulâncias de assistência, só chegam ao local do chamado 50 e mais minutos depois de requisitados?
- b) Se o regulamento permite ser feito serviço de socorros, pelo auxiliar acadêmico e não pelo médico de plantão?

¹⁵² Anais do Conselho Municipal, 3ª sessão, em 04 de junho de 1920, p. 69.

c) Porque foram adquiridos os tars “double-phaetons”, para substituírem os auto-ambulâncias?

d) Por que verbas foram feitas estas despesas?¹⁵³

O domínio de Piragibe sobre a temática fica expresso na sua longa fala na tribuna sobre o requerimento:

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Não tenho nenhum interesse pessoal em contrariar o meu ilustre e prezado colega Sr. Alberto Beaumont, como também não tenho outorga do Diretor de Higiene atual, que não conheço senão de nome, para vir à tribuna do Conselho defender o serviço de assistência pública. Entretanto, posso e sinto-me obrigado a trazer ao Conselho algumas informações daquelas solicitadas pelo ilustre colega no requerimento agora submetido a discussão. E apenas para abreviar a aquisição dos informes solicitados pelo colega dispus-me a vir à tribuna.

É sabido que o Prefeito foi autorizado por nós mesmos a aproveitar uma verba de 200;000 \$, voltada para o posto de Assistência do Meyer, na aquisição de chassis para a Assistência Pública. Logo está respondida uma das interrogativas do Sr. Alberto de Beaumont.

Posso informar também ao ilustre colega que o Dr. Luia Barbosa resolveu adquirir um double phaeton da marca Ford para o serviço de prontos-socorros, porque compreendeu que as antigas ambulâncias da marca Delahaye eram dispendiosas e no mercado do Rio de Janeiro já não encontrava acessórios desses pesadíssimos carros.

Posso dizer também que talvez existam falhas no serviço de assistência municipal, mas devo afirmar que essas falhas não decorrem dos profissionais nomeados. Os estudantes que ali servem, são rapazes que cursam o quinto ou sexto anno da Faculdade de Medicina e saíam admitidos depois de concurso rigoroso,

Entretanto admito algumas falhas, como aquelas apontadas pelo Sr. Alberto Beaumont, acreditando que elas são devidas mais a deficiência do pessoal e do material. E, sendo assim, essas falhas serão em breve tempo corrigidas por medidas que o Conselho Municipal autoriza.

Negras condições, tenho respondido a todas as perguntas do ilustre colega Sr. Alberto Beaumont e, assim fazendo, julgo desnecessária a aprovação do requerimento, pois nenhuma outra informação poderá ter o Conselho Municipal.¹⁵⁴

Percebe-se que, ao responder aos questionamentos elaborados por seu colega, Piragibe demonstra manter relações dentro do sistema de saúde do Rio de Janeiro, pois, sem esses contatos, não seria possível obter as informações apresentadas. Esse fato revela a manutenção de uma rede de vínculos e interlocuções que o intendente preservou ao longo de seu mandato. Além disso, ao subir à tribuna mesmo sem ser diretamente interpelado, Piragibe evidencia amplo domínio sobre a temática, ainda que esta não estivesse sob sua jurisdição, uma vez que, como já mencionado, ele não integrava a Comissão de Saúde Pública do Conselho Municipal. O intendente admite a existência de falhas no sistema, mas transfere ao próprio Conselho o protagonismo na resolução dos problemas, numa tentativa de reforçar a autoridade e a competência da instituição diante das

¹⁵³ Anais do Conselho Municipal, 79ª sessão, em 16 de setembro de 1920, p. 633.

¹⁵⁴ Anais do Conselho Municipal, 79ª sessão, em 16 de setembro de 1920, p. 633.

questões da cidade. Por fim, é possível observar em seu discurso uma defesa contundente dos profissionais do sistema de saúde, o que se justifica também por sua condição de médico e representante dessa categoria. Seu posicionamento foi considerado de grande eficácia, a ponto de levar à derrubada do requerimento, uma vez que a mesa entendeu que suas explicações haviam sido satisfatórias.

Para além da cobrança e das intervenções, Mario Piragibe também usou sua posição como intendente para elogiar o serviço prestado pelas instituições públicas relacionadas à saúde do município. A exemplo, o que ocorreu na sessão de 10 de novembro de 1920. O intendente propôs um voto de louvor aos personagens envolvidos na elaboração e construção do Posto de Assistência do Meyer:

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, na qualidade de representante do povo, aproveito-me da tribuna do Conselho Municipal para dirigir aos altos poderes da administração do Distrito Federal os agradecimento da população dos subúrbios desta Capital, pelo inestimável serviço que lhe foi prestado, com a inauguração do Posto de Assistência do Meyer.

Não preciso, Sr. Presidente, encarecer os benefícios que advirão aos suburbanos com a inauguração daquela utilíssima instituição; muito menos carelo insistir na interpretação do reconhecimento do povo suburbano, quando esse reconhecimento foi ontem eloquentemente manifestado em público, em face das altas autoridades municipais e federais na presença de alguns dos honrados membros desta Casa, inclusive a pessoa de V. Ex.

Não posso, porém, calar os nomes daqueles aos quais a zona suburbana deve, mais de perto, a instituição daquele serviço, muito valioso, Sabe V. Ex. que a ideia da instalação de um posto de assistência no Meyer nasceu, para felicidade nossa, no seio desta Assembleia, e foi trazida aqui pela palavra muito autorizada do ilustre ex-intendente Sr. Dr. Angelo Tavares.¹⁵⁵

Mais uma vez, é possível identificar em Piragibe um discurso voltado à representatividade da população suburbana, além de uma aproximação baseada na experiência vivida por esse grupo. Esse mecanismo seria utilizado em diversos momentos como forma de sustentar suas ações como intendente, compreendendo-o como um importante instrumento de legitimação e fundamentação de suas propostas. Também é notório o uso frequente de elogios dirigidos a personalidades da política carioca, como o ex-intendente Ângelo Tavares, já mencionado anteriormente como um dos responsáveis, ao lado de Piragibe, pela formação de um Comitê de Saúde no subúrbio destinado a levar as demandas dessa temática aos intendentess, ainda antes da eleição de Mário Piragibe. Além disso, o intendente tece elogios ao próprio Conselho Municipal, mesmo

¹⁵⁵Anais do Conselho Municipal, 124ª sessão, em 10 de novembro de 1920, p. 513.

considerando a aprovação da construção do Posto de Assistência ter acontecido em uma legislatura anterior a sua, como forma de exaltação da Casa e de valorização de sua atuação em prol da sociedade carioca. Essa postura é particularmente significativa, considerando que o voto de louvor de Piragibe foi divulgado nos periódicos da época, alcançando, assim, um público mais amplo e reforçando a imagem do Conselho perante a população da cidade.

Outra pauta que não passou despercebida durante o mandato de Mário Piragibe foram as questões envolvendo o orçamento municipal, especialmente no que se refere à abertura de créditos, cobranças e isenções de impostos. Destaca-se que essa temática possuía fundamental importância no âmbito do Conselho Municipal, uma vez que o controle orçamentário se tornou uma ferramenta de atuação política do próprio Conselho, em meio às disputas com outras forças políticas que buscavam esvaziar suas prerrogativas e limitar sua influência administrativa. Dentre as discussões registradas, destaca-se a que ocorreu em outubro de 1920, quando o Conselho iniciou a primeira deliberação sobre um projeto que concedia isenção de impostos municipais às fábricas de borracha por 25 anos. Na ocasião, Piragibe assumiu a tribuna para discursar a respeito da proposta.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, infelizmente, tenho que condenar, de modo absoluto, o projeto do ilustre colega Sr. Pio Dutra, porque entendo que a isenção de impostos municipais por certo prazo, concedida às indústrias que se fundarem também dentro de fixado prazo, vai determinar grande desequilíbrio no desenvolvimento das nossas indústrias, prejudicando aqueles que, depois do prazo concedido, quiserem fundar estabelecimentos industriais em nossa cidade.

Aliás, devo fazer também uma outra consideração: para honra nossa, os legisladores que nos antecederam na representação do povo carioca nesta Casa, compreenderam a necessidade de concorrer o quanto possível para o desenvolvimento industrial do Distrito Federal e, assim pensando, taxara, as indústrias que funcionam nesta cidade com impostos mínimos, com impostos que nenhum modo comprometem o progresso dessas indústrias,

Em tais condições, não vejo por que o Conselho Municipal deva isentar de impostos grandes indústrias, que dependem empregar enormes capitais em nossa cidade, com prejuízo dos cofres municipais e com prejuízo ainda daqueles outros indivíduos que queiram explorar as mesmas indústrias depois do prazo que o projeto do nobre intendente Sr. Pio Dutra estabelece.

Isto posto, declaro que vou votar contra o projeto e penso que o Conselho Municipal acompanhará minha opinião.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Anais do Conselho Municipal, 96ª sessão, em 08 de setembro de 1920, p. 91.

Ao final da discussão o projeto foi rejeitado por não ter obtido a aprovação da maioria absoluta:

O Sr. PRESIDENTE: – Vai se proceder a chamada para a verificação da votação do projeto.

Os Srs. intendentes que aprovarem deverão responder sim e os que o rejeitarem deverão responder não. [...]

O projeto é rejeitado por não ter obtido a favor maioria absoluta.¹⁵⁷

Outro momento em que Mário Piragibe se mostrou contundente na sua posição envolvendo a temática orçamentária foi na discussão do projeto de lei que autorizava o prefeito a aumentar a cobrança de impostos nas construções em que tiveram melhorias nas ruas.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Infelizmente, Sr. Presidente, não posso aceitar os termos do parecer da ilustrada Comissão de Justiça, relativo ao projeto número 271 do corrente ano.

Entendo, Sr, Presidente, que este projeto vai criar uma suposição de impostos, gravando sobretudo a situação do contribuinte. Não compreendeu que, quando a Prefeitura Municipal cobra uma taxa de 12% de imposto predial, pretenda haver dos proprietários as despesas decorrentes de melhoramentos na via pública... [...]

O SENHOR MÁRIO PIRAGIBE: – Não compreendo que a Prefeitura, que é beneficiada em suas rendas sempre que procede a melhoramentos públicos, porque o melhoramento determina elevação do valor locativo da propriedade, queira embolsar as despesas que faz com tais melhoramentos, além de perceber o aumento de rendas decorrente da valorização do prédio.

Se aprovarmos o projeto, os proprietários no Distrito Federal, ficarão nesta situação: – tem que pagar os melhoramentos realizados pela prefeitura além da majoração do imposto predial, determinada pelos melhoramentos da propriedade.

Assim, julgo que o Conselho deve rejeitar o projeto logo em primeira discussão, a fim de não ser despendido o nosso tempo com semelhante ideia.¹⁵⁸

Nota-se a posição contrária de Piragibe em relação ao projeto, justificando que o contribuinte já possui uma carga considerável de impostos a serem pagos e que aumentar essa arrecadação seria injusto com a população. Além disso, o intendente argumenta que a prefeitura estaria transferindo para a população uma responsabilidade que é do poder público, uma vez que as obras de infraestrutura fazem parte das obrigações dos poderes municipais, os quais dispõem de recursos orçamentários destinados a esse fim. Apesar de a medida ser benéfica aos cofres públicos, pois a ampliação da arrecadação resultaria em maior receita para o município, e de ter sido aprovada pela Comissão de Justiça, portanto, considerada

¹⁵⁷Anais do Conselho Municipal, 96ª sessão, em 08 de setembro de 1920, p. 91.

¹⁵⁸Anais do Conselho Municipal, 104ª sessão, em 21 de setembro de 1920, p. 207-208.

legal, Piragibe a interpreta como um abuso de poder, posicionando-se em defesa dos interesses da população carioca. Essa postura reforça a ideia da construção da imagem política de Piragibe, que, em diversos momentos de suas falas no Conselho, se apresenta como porta-voz dos interesses populares, mesmo que, para isso, precise contrapor-se aos interesses de seus pares e da própria prefeitura.

A temática do funcionalismo público também não passou despercebida durante o mandato de Mário Piragibe. Trata-se de um tema historicamente delicado entre os poderes municipais, uma vez que, desde o início da Primeira República e especialmente com a consolidação e formação do Conselho Municipal, os debates sobre o funcionalismo foram palco de discussões acerca da intromissão do Legislativo nas atribuições do Executivo, como demonstra Marcelo Magalhães. Segundo o autor, algumas prerrogativas estavam restritas ao poder Executivo, como a nomeação, suspensão, concessão de licenças e outras medidas relacionadas ao funcionalismo público, enquanto ao Conselho caberia apenas a elaboração das regras gerais sobre o tema.¹⁵⁹ A análise da documentação municipal permite observar que o Conselho formado em 1919 não se absteve de tratar de questões que seriam de competência do prefeito. Piragibe, nesse contexto, discursou, apoiou e chegou a propor algumas medidas que, originalmente, estavam sob responsabilidade da prefeitura.

Vale destacar que o objetivo deste trabalho é analisar a atuação de Piragibe no Conselho Municipal, observando suas intervenções e propostas sobre o tema, e não os resultados delas visto que havia a prerrogativa do veto por parte do prefeito. Caso houvesse alguma interposição de poderes nas propostas aprovadas pelo Conselho, caberia aos órgãos competentes vetar as respectivas resoluções. É possível observar essa questão na sessão ocorrida no Conselho Municipal no dia 7 de junho de 1920, em que Mário Piragibe propôs um projeto que autorizava o prefeito a conceder uma prorrogação da licença médica de uma professora do ensino municipal, Salvia Cardoso, por mais um ano:

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, embora meu espírito receba sempre prevenido a apresentação de projetos que concedem favores às pessoas, admito que esta assembleia legislativa seja, em determinados casos, obrigada a preencher lacunas da legislação geral, regulando casais que nesta não são tratados.

¹⁵⁹ MAGALHÃES, op. cit., p. 80.

Pensando assim, vim à tribuna falar sobre o projeto que concede licença, com ordenado, ao coadjuvante do ensino D. Sylvia Cardoso, porque acredito que, realmente, esta professora necessita deste favor.

Mas, como se trata de favor que vai criar exceção, à legislação geral entendo que só deve ser concedido depois de averiguações muito rigorosas acerca da procedência do pedido formulado pelos interessados.

É verdade que a ilustre Comissão de legislação e justiça apresentou parecer favorável ao que era solicitado: e nesse parecer foi baseado em atestado subscrito por dois profissionais.

V. Ex. sabe que sou médico e falo no assunto com insuspeição. Nem venho à tribuna desmerecer a palavra dos eminentes colegas que subscreveram aquele documento; mas entendo que o Conselho Municipal não se deve contentar só com essas informações e sim levar em conta o corpo médico da Prefeitura para obter informes mais precisos, informes oficiais, mandando submeter essas professoras a exame de saúde.

Pensando assim, venho solicitar dos colegas essa providência, depois da qual não terei dúvida em votar pelo favor solicitado.¹⁶⁰

É possível observar que o discurso proferido por Piragibe carrega um forte apelo emocional, mecanismo de convencimento amplamente dominado pelo intendente. Ele inicia sua fala tentando demonstrar um afastamento pessoal em relação à solicitante, uma vez que o pedido em questão tem caráter particular, o que sugere algum tipo de vínculo entre o intendente e o requerente. Percebe-se, assim, que os intendentes frequentemente utilizavam sua posição política para levar ao Conselho demandas de cunho pessoal, especialmente aquelas relacionadas a pessoas próximas ou a seus eleitores. Destaca-se que o funcionalismo público sempre teve grande relevância na capital federal, sobretudo por seu peso político e eleitoral.

Além disso, Piragibe reconhece que o tema não seria de competência direta do Conselho, mas, ainda assim, o leva ao debate na casa legislativa. Outro ponto marcante em seu discurso é o uso da autoridade como argumento, ao recorrer à sua posição para solicitar a revisão do atestado de capacidade de retorno da funcionária às suas atividades. Por fim, Piragibe precisou retirar o pedido de pauta, não por tratar de um assunto alheio às atribuições do Conselho Municipal, mas devido a uma incongruência regimental relacionada às datas, conforme justificou o presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE: – Devo informar que se trata da prorrogação de uma licença requerida ao Conselho em 26 de Dezembro do ano findo, quando já não era possível resolver sobre esta dentro da sessão, que foi encerrada no dia 31 do mesmo mês. Devendo retirar-se para fora desta Capital, a conselho médico, a requerente assim o fez, o que torna difícil a execução do requerimento verbal que acaba de ser apresentado

¹⁶⁰Anais do Conselho Municipal, 10ª sessão, em 12 de Junho de 1920, p. 136.

pelo Intendente Sr. Mario Piragibe. Além disso, a lei municipal n. 766, de 4 de Setembro de 1900, autoriza a dispensa de novo exame sempre que, como no caso vertente, suceda, o funcionário licenciado se ache ausente e prove, com atestado médico, a urgência da prorrogação desta licença.

Em outros momentos, ainda que a proposta não tenha partido de Piragibe, o intendente assumiu a tribuna para defender interesses, em certa medida, de caráter pessoal de funcionários públicos, como ocorreu no debate sobre a contagem do tempo de serviço do funcionário Dr. João Lima Monteiro de Castro. Vale destacar que o requerente era servidor da área da saúde e, como mencionado, Piragibe mantinha uma boa interlocução nesse setor, em razão de sua trajetória profissional em diferentes instituições públicas de saúde. Ao ocupar a tribuna, o intendente defendeu e justificou a contabilização do tempo de serviço exercido por Castro em outra função para fins de aposentadoria, demonstrando novamente sua disposição em interceder em causas que envolviam pessoas de seu círculo profissional ou de sua área de influência.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, embora tenha votado contra o projeto n. 205, não venho agora à tribuna fazer considerações acerca do mesmo, para não ferir o Regulamento da Casa.

Entretanto, como meu ilustre colega Sr. Ernesto Garcez encontrou um ponto de contacto entre o projeto agora em discussão e aquele outro que o Conselho, há pouco, aprovou por maioria de um voto...

O Sr. NESTOR ÁREAS: – Não há paridade entre eles.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – ... venho declarar aos meus nobres colegas que não existe a menor paridade entre os dois.

O tempo de serviço requerido pelo Dr. Monteiro de Castro só lhe aproveita para os efeitos da aposentação, pois, sendo subcomissário de higiene, ele será promovido a comissário, no caso dessa promoção ser feita por antiguidade, contando apenas o tempo que tiver na classe de subcomissários.

Devo acrescentar ainda, Sr. Presidente, que concordo com as considerações expedidas pelo orador que me antecedeu na tribuna, em relação à redação que foi dada ao projeto, pois ela está realmente incompleta e deve referir o cargo em que o Dr. Monteiro de Castro serviu durante sete anos e cinco meses que o projeto manda contar.¹⁶¹

Para além de sua atuação em demandas de determinados funcionários públicos, Piragibe também se posicionou como defensor da categoria de forma mais ampla, sobretudo quando se tratava de reivindicações coletivas, como o aumento salarial. Essa postura ficou evidente na sessão do Conselho realizada em 3 de agosto de 1921, quando foi debatida a concessão de uma gratificação especial aos

¹⁶¹ Anais do Conselho Municipal, 82ª sessão, em 20 de setembro de 1920, p. 629.

funcionários, diaristas e mensalistas da prefeitura, medida que incluía igualmente os servidores do próprio Conselho Municipal.

Ao iniciar seu discurso, Piragibe destacou seu comprometimento com a aprovação da proposta desde as primeiras discussões a respeito do tema. Além disso, justificou a relevância do projeto ao enfatizar que ele conseguira unificar o voto de todo o Conselho, tendo sido aprovado sem qualquer manifestação contrária. Esse consenso reforçava, segundo Piragibe, tanto a importância da demanda dos trabalhadores quanto a capacidade da Casa de reconhecer a necessidade de valorização de seus servidores. Interpreta-se essa atuação de Piragibe como um aceno aos grupos de funcionários públicos da cidade, uma estratégia política importante para a carreira do então intendente.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Quando foi da primeira discussão do projeto que mandava aumentar os vencimento do funcionalismo municipal, declarei da tribuna do Conselho que aprovaria o projeto, como aprovei, mas convidava os ilustrados colegas a subscreverem uma indicação solicitando ao Prefeito uma medida necessária no sentido de serem aumentados os vencimentos dos demais funcionários municipais. Essa indicação mereceu a assinatura da totalidade do Conselho Municipal e foi por unanimidade de votos aprovada. Isso prova que não fosse ser considerado suspeito em relação aos funcionários municipais, como prova que o Conselho, em sua totalidade, olhou com o devido cuidado, com a devida atenção e carinho para a situação verdadeiramente precária, em que se debate o funcionalismo municipal. Posso citar, como contraprova do que venho afirmando, que o Conselho se tem empenhado no assunto, elaborando projetos, substitutivos e emendas, sempre desejoso de servir a boa causa dos mesmos funcionários, sempre desejo de atender a sua justa pretensão.¹⁶²

Nota-se essa defesa do funcionalismo público em outras sessões do Conselho, nas quais Piragibe utiliza sua fala que pode ser interpretada como comunicação direta com os servidores da cidade. Em uma dessas ocasiões, discutia-se um projeto de lei que tratava do aumento salarial das professoras e, em seu pronunciamento, o intendente não apenas defendeu a aprovação da medida, como também aproveitou o momento para dirigir-se aos demais funcionários públicos. Esse movimento pode ser compreendido como um aceno político às diferentes categorias de servidores, sinalizando que, em sua atuação, elas também seriam contempladas. Dessa forma, Piragibe se apresenta como um representante ativo e defensor daqueles que prestam serviços públicos, buscando reforçar sua

¹⁶²Anais do Conselho Municipal, 42ª sessão, em 03 de agosto de 1921, p. 38.

imagem de político sensível às demandas sociais e atento às reivindicações do funcionalismo.

[...] Entendendo, porém, que concomitantemente com esse deferimento, o Conselho Municipal está obrigado, moralmente, a atender a situação de miséria das outras classes de funcionários municipais... [...]

O SR. MARIO PIRAGIBE: – ... e declaro que, neste particular, posso falar com muito mais paixão e devo defender com muito mais ardor a situação desses outros funcionários que a das pessoas municipais, porque, Sr. Presidente, no exercício da minha profissão de médico, penetro constantemente na intimidade de muitos lares e afirmo ao Conselho que nunca encontrei situação de miséria no lar de uma professora pública igual a que muitas vezes tenho verificado na residência de outros funcionários municipais.

Em um momento de crise com o atual, quando vemos de um lado a situação de miséria dos funcionários e do outro a situação de penúria dos cofres públicos, não é demais estudar questões de minúcias e os fatos como eles se nos apresentam.

Vou votar a favor do projeto que aumenta os vencimentos das professoras, mas emprazo o Conselho Municipal, apelando para a dignidade de cada um dos meus colegas, a assinar a indicação que vou deixar amanhã sobre a mesa do Conselho, a fim de que ao prefeito sejam solicitadas, com urgência, medidas que atenuem a situação de penúria em que se encontram as demais classes do funcionalismo municipal.¹⁶³

Para além de legislar, e até para que isso fosse possível, sempre foi necessário atentar-se às relações estabelecidas entre o Conselho Municipal e os demais poderes vigentes na cidade. Como já mencionado, desde sua constituição, o Conselho Municipal carioca viveu em uma verdadeira *corda bamba*, enfrentando uma constante tentativa de esvaziamento de seu poder. Diante disso, precisou adaptar suas relações institucionais para manter-se como uma força atuante na política local. Além desse aspecto, o Conselho representava também uma das portas de entrada para aqueles que almejavam alcançar posições mais expressivas na política carioca. Assim, as relações individuais com diferentes grupos e forças políticas eram um ponto crucial, não apenas para conquistar uma vaga como intendente, mas também para garantir a continuidade da atuação legislativa e projetar uma carreira política mais duradoura. Desde o início de sua vida pública, ainda antes de se eleger intendente, Mário Piragibe esteve cercado por nomes influentes na política do Rio de Janeiro. Entre seus principais padrinhos destaca-se seu irmão, Vicente Piragibe.

Vicente Piragibe nasceu em 2 de junho de 1879, formou-se bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e concluiu o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1902. Iniciou sua trajetória profissional no

¹⁶³ Anais do Conselho Municipal, 129ª sessão, em 03 de dezembro de 1920, p. 13.

jornalismo, atuando em importantes periódicos da cidade, como *A Imprensa*, *Cidade do Rio* e *Correio da Manhã*.¹⁶⁴ Posteriormente, fundou os jornais *A Folha do Dia* e *A Época*, este último de grande circulação no subúrbio carioca. Em 1913, Vicente ingressou na política institucional, sendo eleito deputado federal, cargo que ocupou por mais três legislaturas, até 1926. Durante seus mandatos, destacou-se como uma voz ativa na defesa dos direitos das classes operárias e em pautas voltadas à educação. Tornou-se, assim, uma figura de grande prestígio na sociedade carioca, especialmente nas regiões suburbanas.¹⁶⁵

A vivência política de Vicente foi de extrema importância para o percurso de seu irmão, Mário Piragibe. Além de ser seu padrinho político e de vê-lo como um herdeiro de sua trajetória, Mário também se beneficiou da ampla rede de interlocução que Vicente mantinha junto aos veículos de comunicação. Um levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional mostra que, embora o jornal *A Época* tenha encerrado suas publicações em 1919, na década de 1910 foi o segundo periódico que mais citou Mário Piragibe, justamente no período que antecede sua eleição.¹⁶⁶ Dessa forma, Piragibe contou, na figura de seu irmão, tanto com um apoio político consolidado, com histórico de prestígio na política carioca, quanto com um importante canal de visibilidade pública por meio da imprensa.

Apesar dessa percepção, o mandato de Mário Piragibe apresentou alguns momentos de tensão com outros poderes e veículos de comunicação. Se *A Época* lhe serviu para alavancar sua propaganda política e lhe ajudou a alcançar uma vaga no Conselho, outros periódicos também se colocaram como ferrenhos opositores às medidas adotadas ao longo de seu mandato. Um dos episódios mais marcantes dessa oposição foi em 1920, quando na sessão de 21 de junho, Piragibe apresentou uma resolução no Conselho que estipulava o pagamento de uma premiação a uma jovem pianista, Lúcia Amelia da Silva, por sua apresentação ocorrida em um evento

¹⁶⁴ PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011, p. 57.

¹⁶⁵ Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p. 2. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE,%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>

¹⁶⁶ BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. “*A Época (Rio de Janeiro, 1912)*”.

no salão nobre do *Jornal do Commercio*. Na justificativa, Piragibe argumenta que o gesto da premiação serviria como incentivo à arte nacional.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, vou ter a honra de passar as mãos de V. Ex. uma indicação, pedindo que a Mesa do Conselho fique autorizada a adquirir um prêmio para ser oferecido a menina Lúcia Amélia da Silva, natural desta capital, que, a 17 do corrente, realizou no salão nobre do “Jornal do Commercio”, com grande sucesso, sua primeira audição de piano.

Não quero com isto patentear minha gratidão naquela distinta patricia, pelas emoções delicadas que me proporcionou. Meu fito é outro. Desejo premiar um talento escolar; desejo incentivar um esforço inteligentemente dirigido; desejo acoroçoar uma artista, que o é em toda a significação do termo, desejo enfim, amparar a arte nacional, a cujo progresso foi integrado, naquele dia o gênio de uma linda criança. [...]

Não vejo, Sr. Presidente, que melhor modo possamos escolher para fazê-lo, do que prestar apoio a decidida vocação dessa criança que, aos dez anos, interpreta Beethoven, Grieg e outros autores clássicos, que interpreta com uma habilidade e perfeição, que eu não sei dar na expansão dos meus sentimentos, porque se soubesse fazê-lo, estaria nesse momento entoando um hino de glória ao gênio de Lucia Malia, futura artista, que, na frase feliz do maestro Borgongino, figurar, dentro em pouco, como constelação das mais brilhantes do nosso meio musical.[...]

Sendo assim, espero que os meus honrados colegas acedam ao pedido que lhes faço de aprovarem a indicação que subscrevi e que tenho a honra de enviar à Mesa¹⁶⁷

A repercussão acerca da proposta de Piragibe ganhou proporções maiores do que o esperado, uma vez que se tornou manchete em jornais importantes da cidade:

O PRÊMIO A PIANISTA LÚCIA AMÉLIA DA SILVA

Anunciada a 1ª discussão do parecer número 13 deste ano, resolvendo sobre a indicação apresentada há dias pelo sr. Mário Piragibe, no sentido de ser a mesa autorizada a despendar até 5:000\$ com a aquisição de um prêmio a ser oferecido, em nome da cidade do Rio de Janeiro, à jovem pianista Lucia Amalia da Silva, pediu a palavra o autor da indicação acima mencionada, sr. Mario Piragibe.¹⁶⁸

Jornais opositores a Piragibe, como o periódico *A Rua*, fizeram graves acusações ao intendente, deixando claro que sua proposta era apenas para beneficiar pessoas ligadas a sua família e que o mesmo seria responsável pela volta do que o jornal chamou de “politicalha”. Além disso, acusou o intendente de revanchismos por não ter sua proposta aceita pelo Conselho.

REVIVEU A “POLITICALHA” NO CONSELHO

O Sr. Mário Piragibe o autor dessa proeza

A “politicalha”, por todos condenada, revive, desde ontem, no Conselho Municipal. Foi autor dessa grande proeza o Sr. Mário Piragibe. Intendente pelo segundo distrito, que,

¹⁶⁷ Anais do Conselho Municipal, 17ª sessão, em 21 de junho de 1920, p. 216.

¹⁶⁸ *O jornal*, 26/06/1920, p. 9.

não obstante fazer parte daquela casa, tem se esforçado para o seu rebaixamento moral.

Motivou o reaparecimento de tão triste passado uma pretensão pessoal do Sr. Mário Piragibe não satisfeita que vamos relatar e que demonstra exclusivamente o espírito rancoroso daquele edil.

Há dias o Sr. Mário Piragibe teve rejeitado pela maioria do Conselho, por ser antirregimental, um projeto de sua autoria mandando premiar, com a importância de cinco contos de reis, uma pianista Patrícia, sua parenta. Esse fato aborreceu o Sr. Piragibe que jurou vingar-se dos colegas da facção contrária a sua, que não puderam, por circunstâncias especiais, aquiescer ao seu desejo, e para isso procurava uma ocasião oportuna.

Ontem ela se lhe ofereceu.

Figurando na ordem do dia um parecer reforçando a verba de eventuais da Secretaria do Conselho, o jovem político suburbano, cheio de raiva, achou azado o momento para a sua represália sem todavia prever as consequências que desse seu gesto irrefletido pudesse advir. Verificando que da maioria estavam presente somente doze membros e que, com esse número não poderia ser aprovado o referido reforço, S. S. mancomunado com outros da minoria, votou contra o mesmo, e assim caiu o aumento pedido por não ter obtido, como determina a lei, maioria absoluta de sufrágios.

Com essa atitude do Sr. Mario Piragibe, e resultar ficar o Conselho o resto deste ano privado de iluminação elétrica, aparelhos telefônicos, café e os necessários apetrechos para a conveniente limpeza interna. [...]

Sua revanche de ontem só tem um efeito e este é o de demonstrar que o Sr. Mário Piragibe, por causa de interesse particular, não hesita sacrificar o interesse público.¹⁶⁹

Devido ao cenário posto, se tornou inevitável a ida de Piragibe a tribuna para discursar sobre o ocorrido.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, não está nos meus moldes, não se coaduna com o meu feito moral, deixar de responder aos ataques que me são dirigidos, quando os mesmos provêm de órgãos legítimos, que possuam imputabilidade moral, embora tais ataques não afetam minha dignidade pessoal.

O jornal A Rua publicou na sua edição de anteontem uma notícia, no qual critica parcimoniosamente, minha conduta, por ocasião da votação do crédito que devia reforçar a verba “Eventuais”.

Nessa crítica, lançou sobre mim recriminações pesadas, que não posso deixar de rebater.

Antes, porém, de fazê-lo, devo declarar ao Conselho Municipal, que conheço com muita a procedência das acusações e, por isso mesmo não me queixo do jornal A Rua, como não me queixo de ninguém, porque a notícia foi feita por pessoa que a escreveu contrafeita e que só foi levada a isso por ter sido ferida em interesses pessoais, no caso da votação daquele crédito.

Sei que aquela notícia foi escrita por um bom rapaz, com quem mantenho amistosas relações e que representa aquele apreciado vespertino junto ao Conselho Municipal.¹⁷⁰

Ao continuar sua fala, Mário Piragibe aponta que o discurso proferido por outro intendente, Albérico de Moraes, serviu de base para as acusações feitas pelo jornal, o qual utilizou palavras duras ao se referir a ele, principalmente ao acusá-lo de ter retomado a prática da “politicalha” no Conselho Municipal. O termo, segundo o intendente, era empregado para designar ações políticas voltadas a benefícios e

¹⁶⁹ A Rua, 26/06/1920, p. 9.

¹⁷⁰ Anais do Conselho Municipal, 33ª sessão, em 27 de junho de 1920, p. 444.

interesses pessoais, em detrimento do bem público e com prejuízos aos cofres municipais. O artifício discursivo da vitimização, utilizado pelo intendente, reforça a narrativa de que estaria sendo alvo de perseguição política, segundo ele, uma vez que sua atuação sempre teria sido guiada pelo interesse coletivo e não por vantagens pessoais. Piragibe justifica sua posição contrária à resolução votada alegando falta de transparência, visto que seu requerimento solicitando informações sobre as despesas da Secretaria do Conselho havia sido negado. Afirma, ainda, que, caso o pedido tivesse sido atendido, não haveria motivo para se opor ao projeto das verbas eventuais. Além disso, o intendente rebate as acusações de tentar favorecer uma parente e de influenciar seus partidários a votar contra a medida proposta na Casa.

[...] Mas não parou aí a perversidade do articulista; foi além e rememorar um fato muito triste ocorrido neste recinto, quando foi da indicação por mim apresentada, mandando dar um prêmio a uma Patrícia dotada de grande talento. [...]

A maldade do repórter que não encontrou motivos verdadeiros para ferir a minha dignidade, porque esta, mercê de Deus, é intangível, declarou que eu tinha proposto o prêmio para favorecer a uma menina que era minha parente.

Venho declarar a V. Ex – e o faço com sincero pesar – que infelizmente para mim nenhuma consanguinidade me vincula aquela nossa patrícia, E o faço com pena, porque, se fosse parente, estaria, com esse parentesco ligado a uma das mais ilustres e honradas famílias da sociedade brasileira.

Ainda há outro ponto de afirmativa feita pelo representante da “A Rua”, que eu desejo rebater aquele em que afirma que o movimento verificado no Conselho contra o parecer e que determinou a queda do pedido de crédito foi chefiado por mim. Isso também não representa uma verdade, porque nesta Casa só conto com um voto, que é aquele que me assegura o Regimento Interno do Conselho; e só conto com um correligionário que é o intendente Mário Piragibe.¹⁷¹

O longo discurso proferido por Piragibe evidencia a importância que os periódicos exerciam na política do período, uma vez que a reputação dos agentes públicos dependia fortemente de como suas imagens eram moldadas por esses meios de comunicação. As acusações de adoção de medidas em benefício próprio e de atuação pautada em interesses pessoais serviam como elementos de descrédito e desvalorização de seu trabalho, o que, em certa medida, dificultava a consolidação de sua imagem política enquanto intendente e poderia acarretar consequências negativas para sua carreira. O fato de ter recorrido a um discurso extenso e detalhado, no qual apontava as incongruências da matéria jornalística, os interesses pessoais por trás da publicação e justificava sua posição diante da medida votada no Conselho, revela uma estratégia deliberada de defesa pública,

¹⁷¹Anais do Conselho Municipal, 33ª sessão, em 27 de junho de 1920, p. 446.

com o intuito de alcançar os eleitores e reconstruir sua imagem perante a sociedade. Cabe ressaltar que o episódio ocorreu ainda no início de sua legislatura, quando sua atuação política estava em fase de consolidação, e pouco tempo após o conturbado processo de sua diplomação.

É notório que, ao longo de seu mandato, Piragibe demonstrou atenção às diversas temáticas que envolviam as demandas do Rio de Janeiro, não se abstendo de legislar sobre elas. Embora fosse médico de formação, o tema da saúde não constituiu sua única área de intervenção no Conselho Municipal. Como se observou, questões relacionadas à infraestrutura da cidade, ao funcionalismo público, ao orçamento e a outros assuntos foram objeto de seus discursos e projetos de lei. Acredita-se que a atuação de Piragibe abre um leque interpretativo sobre diferentes aspectos. O primeiro refere-se ao profundo conhecimento que o intendente possuía acerca das questões urbanas, especialmente das problemáticas que afetavam o subúrbio carioca. Em seus discursos, ele frequentemente construía argumentações que conferiam embasamento às suas colocações, seja por meio da vivência direta dessas demandas — uma vez que nasceu e viveu grande parte da vida no subúrbio —, seja pela escuta atenta de seus representados, pois era comum que Piragibe incorporasse em suas falas os relatos da população carioca que o procurava. Outro elemento fundamental que permeia seu mandato, e que revela o sentido de política atribuído por Piragibe, é sua postura de presença ativa nos locais onde os problemas se manifestavam — especialmente nas questões de infraestrutura —, bem como o diálogo constante com especialistas das diversas áreas que atravessavam sua atuação parlamentar. Dessa forma, pode-se compreender a atuação política de Mário Piragibe a partir das percepções trazidas pela antropóloga Karina Kuschnir em sua obra *O cotidiano da política*, que elucida:

O êxito político é proporcional a sua capacidade de articular esse vínculo com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores, projetos e dramas e, ao mesmo tempo, é alguém diferente que pode trazer soluções de mundos distantes da sua realidade.¹⁷²

3.2- Mario Piragibe nas comissões de instrução e orçamento

¹⁷² KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 8.
[RESOLVEU CITAR O LIVRINHO AO INVÉS DA TESE?]

Anuncia-se a eleição da Comissão de Instrução.

São recebidas 24 cédulas cuja apuração dá o seguinte resultado:

	votos
Vieira de Moura.....	15
Antonio Teixeira	15
Mário Piragibe	14
Azevedo Lima	1

Em branco, 9 cédulas

São proclamados membros da citada Comissão os Srs. Vieira de Moura, Mario Piragibe e Antonio Teixeira.¹⁷³

Após a aprovação da diplomação dos intendentes eleitos para o mandato de 1919 a 1922, iniciou-se o processo de formação das comissões do Conselho Municipal. Piragibe não apenas foi escolhido para integrar a Comissão de Instrução, como também foi eleito seu presidente. Essa comissão era responsável pela elaboração de propostas de leis relacionadas à educação na capital, pela fiscalização dos parâmetros de ensino e pela nomeação de funcionários das escolas. Como presidente, Piragibe assumiu uma postura atuante nos primeiros meses de mandato, especialmente em pautas ligadas à educação, área pela qual buscava demonstrar seu comprometimento com os interesses da cidade. Diversas foram as propostas apresentadas por ele sobre essa temática e foi justamente sobre assuntos ligados à educação que realizou sua primeira fala na tribuna do Conselho como intendente eleito. Na sessão em questão, o debate girava em torno de um projeto de lei apresentado pela legislatura anterior, que suspendia por dois anos as matrículas no 1º ano da Escola Normal.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Diz que quando o seu ilustre amigo Sr. Geremário Dantas apresentou a consideração do Conselho o projeto que, neste momento, constitui a matéria do debate, o orador ainda não tinha a honra de fazer parte desta assembleia; justifica-se, assim, a ignorância, em que está, dos motivos que levava, esse seu distinto amigo a elaborar o projeto, bem como das razões que influenciaram no espírito do ex-intendente para redigir os dispositivos em discussão.

O orador pediu a palavra para provocar o debate a cerca do assumpto de modo a poder ouvir a opinião dos seus colegas e a fim de elucidar o seu juízo em relação ao projeto

¹⁷³ Anais do Conselho Municipal, 2ª sessão, em 3 de dezembro de 1919, p. 33.

porquanto só por mero capricho do acaso, foi guiado ao alto posto de Presidente da Comissão de Instrução.¹⁷⁴

Ao prosseguir seu discurso na tribuna, Piragibe argumenta que, em seu entendimento, não havia justificativas para o trancamento das matrículas, especialmente em um contexto de combate ao analfabetismo, problema que atingia a grande maioria da população brasileira. Para ele, a medida deveria caminhar em sentido oposto, no de ampliação da oferta educacional. Nesse sentido, como forma de tentar barrar a proposta apresentada pela legislatura anterior, Piragibe anuncia que, em momento oportuno, encaminharia um pedido para que o projeto retornasse à Comissão de Instrução, a fim de ser mais adequadamente avaliado.

Explicando ligeira e despretensiosamente o seu modo de ver sobre o assumpto em debate, o orador espera a elucidação por parte de seus ilustrados colegas e desde já se compromete a, em 2º turno – por não o permitir no momento o Regimento Interno – solicitar a volta do projeto à Comissão que tem a honra de presidir, afim de ser interposto o necessário parecer.¹⁷⁵

Para além da proposta apresentada por Piragibe, é importante atentar para a estratégia discursiva adotada pelo intendente, o que permite comparar essa postura inicial com as mudanças que assumirá ao longo do mandato. Em sua primeira intervenção na tribuna, observa-se um tom mais contido e conciliador, buscando estabelecer uma boa interlocução com seus pares no Conselho, especialmente por se tratar de seu primeiro mandato e, portanto, de sua estreia na política municipal. Com o passar do tempo, contudo, Piragibe adotará uma postura mais combativa, marcada pelo enfrentamento, sobretudo em relação aos opositores de suas propostas. Essa transformação torna-se evidente ao observar os discursos proferidos ao longo do mandato, os quais se tornam progressivamente mais firmes na medida em que o intendente ganha notoriedade e ocupa um espaço de maior relevância no Conselho Municipal. Entende-se que Piragibe utilizou, inicialmente, uma estratégia para construir boas relações no interior do Conselho. Uma vez consolidada sua rede de alianças e identificado quem estaria alinhado ou não às suas pautas, ele passa a exercer uma postura mais contundente e assertiva. Isso, entretanto, não significa que tratasse os demais intendentes de forma desrespeitosa

¹⁷⁴ Anais do Conselho Municipal, 4ª sessão, em 5 de dezembro de 1919, p. 37.

¹⁷⁵ Anais do Conselho Municipal, 4ª sessão, em 5 de dezembro de 1919, p. 38.

ou grosseira; sua combatividade se expressava no campo político-discursivo, e não no plano pessoal, o que ele sempre buscou deixar claro.

Ainda no final de 1919, outra pauta envolvendo a educação tornou-se tema de debate no Conselho Municipal. Dessa vez, discutia-se um projeto de lei que propunha a dispensa dos exames das turmas do 5º ano da Escola Normal, sob o argumento de que os alunos já haviam realizado as avaliações regulares no 3º ano. O relator da proposta justificou a medida pela excepcionalidade da gripe espanhola, que atrasara em dois anos os exames dos estudantes do 3º ano, o que os obrigaria a prestar avaliações duas vezes no mesmo ano letivo. Durante sua exposição, o relator, intendente Vieira de Moura, criticou a postura considerada intransigente de Piragibe, por este se posicionar contra o pedido apresentado pelos alunos ao Conselho Municipal e, enquanto presidente da comissão, ter negado a solicitação. Ao assumir a tribuna, Piragibe buscou reformular a imagem que seu colega procurara construir sobre ele, afirmando não ter qualquer conflito com os estudantes da Escola Normal. Em seguida, atribuiu sua posição contrária não aos alunos, mas à forma como o requerimento havia sido estruturado e, posteriormente, ao conteúdo do projeto de lei apresentado por Moura. É possível observar em sua fala um conhecimento aprofundado sobre o sistema educacional da época e sobre o funcionamento das instituições durante o período da gripe espanhola. Piragibe mobiliza informações precisas sobre a organização das avaliações e sobre como essas dinâmicas foram ajustadas durante a pandemia, o que demonstra sua familiaridade com as rotinas e os desafios do ensino naquele contexto excepcional, mesmo que nesse período não estivesse ocupando o cargo de intendente.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – declara não existir no seu espírito a mais leve prevenção contra os alunos da Escola Normal. Nada mais há do que, primeiro, um requerimento pedindo dispensa de exames de matérias atribuídas ao 5º ano dessa escola: e depois, a apresentação de S. Ex. para a redacção deste projeto: - ahi, realmente é estabelecida a dispensa de exames prestados no 3º ano da Escola Normal, Deve ponderar ao seu colega que, na Escola Normal, não havia, nessa época, exames do 3º ano; os alunos passavam para ao 4º ano pelas médias obtidas. Além disso, por disposição do conselho, motivada pela gripe, aos alunos do 3º ano, foi permitida a matrícula no ano superior, dispensadas as formalidades regulares.¹⁷⁶

As questões envolvendo os vencimentos dos funcionários da educação também permearam o mandato de Piragibe como presidente da comissão de

¹⁷⁶ Anais do Conselho Municipal, 12ª sessão, em 26 de dezembro de 1919, p. 550-551.

instrução. Entre os episódios que ilustram essa postura, destaca-se a sessão do Conselho realizada em 3 de dezembro de 1920, na qual foi pauta uma discussão sobre o reajuste salarial dos professores municipais. Ao subir à tribuna, Piragibe proferiu um longo discurso sobre o tema, reafirmando sua preocupação com as condições de trabalho e a valorização dos mesmos. Mais uma vez, é possível perceber no discurso do intendente o uso de um forte apelo emocional, entendido aqui como uma ferramenta para atrair a atenção de seus pares e, ao mesmo tempo, como uma estratégia de humanização da figura política. Nesse contexto, Piragibe apresenta um clamor pela necessidade de se deixar de lado os problemas financeiros enfrentados pela cidade em nome de um bem maior: o reajuste salarial dos professores, quase como se tal defesa assumisse o caráter de um ato heroico.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, sem ofensa a qualquer de meus ilustres colegas, posso afirmar que, dentro desta Assembleia, nenhum intendente tem mas entusiasmo e tem mais paixão pelas questões que dizem respeito com a instrução que o humilde orador que no momento ocupa a atenção da Casa,

Sou insuspeito portanto, para falar, quando se trata de um projeto que vai beneficiar uma classe que me merece o máximo de consideração, o máximo de respeito e a qual sei que todos nós devemos serviços relevantíssimos e uma gratidão muito grande e sincera.

Sei, Sr. Presidente, que se trata de projeto que vai beneficiar uma parte do funcionalismo municipal que presta ao Distrito serviços de real valor, serviços que dizem muito de perto não só com o progresso da nossa cidade, mas também com o progresso de todo o Brasil, porque, vivendo nós no centro mais culto do país, é natural que daqui irradiem as ideias adiantadas em matéria de pedagogia, em matéria de instrução pública. [...]

Pensei que a municipalidade neste momento não pudesse arcar com a responsabilidade de um grande aumento de despesas. Mas a palavra sempre eloquente e brilhante do meu eminente colega Sr. Azevedo Lima trouxe-me ao espírito a convicção de que devemos transigir ainda uma vez a face da economia da prefeitura e atender a situação precária em que se encontram estas dignas serventúrias da municipalidade, deferindo o pedido por elas dirigido ao Conselho Municipal.¹⁷⁷

Ao longo do mandato de Piragibe como presidente da Comissão de Instrução, registraram-se doze intervenções relacionadas à temática educacional nas sessões do Conselho Municipal. Essas discussões envolveram propostas de aumento salarial para professores, nomeações de funcionários e projetos de lei voltados à organização do ensino na capital. A maior parte dessas abordagens ocorreu em 1920 (oito no total), ano em que Piragibe permaneceu por mais tempo na cadeira, considerando que a legislatura teve início em dezembro de 1919, período em que o tema foi tratado apenas duas vezes. Já em 1921, ano que

¹⁷⁷Anais do Conselho Municipal, 129ª sessão, em 01 de dezembro de 1920, p. 13.

contabilizou igualmente duas tratativas sobre a temática durante o período em que Piragibe esteve à frente da comissão. No meio do ano, com novas eleições dos presidentes, Piragibe encerrou sua atuação na presidência da Comissão de Instrução.

Embora, no conjunto do Conselho, a Comissão de Instrução não fosse considerada uma das mais influentes, sua presidência revelou-se politicamente estratégica para Piragibe. O cargo lhe conferia visibilidade, tanto no Conselho Municipal quanto fora dele, ampliando sua projeção no meio político e social da capital. Dessa forma, Piragibe conseguiu utilizar sua posição para pavimentar sua carreira, articulando as atribuições da comissão às demandas mais amplas da cidade e fortalecendo sua imagem como um intendente atuante. Essa crescente projeção foi de tal maneira significativa que os jornais da época passaram a especular sobre qual seria o próximo posto assumido por Piragibe no Conselho Municipal, como o de vice-presidente da Casa.

A FUTURA MESA DO CONSELHO

Ao que ouvimos (ilegível) políticas que nos parecem dignas de crédito, a mesa do Conselho ficará constituída do seguinte modo:

Presidente: Dr. Cezario de Mello ou Silva Brandão; vice-presidente; Dr. Mário Piragibe;

1º secretário: Dr. Vieira de Moura; 2º secretário Dr. França Leite ou Antônio Teixeira.

Caso, porém, o Dr. Mário Piragibe não aceite a vice-presidência, será por certo o “líder” da Aliança no legislativo municipal.

Quanto à presidência daqueles dois nomes ambos muito cotados, o que mais elementos reunir para a vitória é, inquestionavelmente o do Dr. Julio Cezário de Mello.¹⁷⁸

Apesar das suposições, ficou a cargo de Piragibe a presidência da Comissão de Orçamento do Conselho Municipal. É importante pontuar que não foi possível encontrar fontes nos anais do Conselho Municipal sobre a sessão de formação da nova mesa do Conselho e de suas comissões, uma vez que, parte desse material está em processo de restauração na biblioteca do Palácio Tiradentes e o material consultado no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro não apresentava o volume corresponde ao período das eleições. Apesar disso, foi possível encontrar nos periódicos relatos sobre esse momento da carreira política de Piragibe.

CONSELHO MUNICIPAL

¹⁷⁸ *Rio-Jornal*, 14/03/1921, p. 1.

A hora regimental foi aberta a segunda sessão deste ano do Legislativo Municipal, sob a presidência do sr. Silva Brandão, servindo de 1º e 2º secretários respectivamente, os srs. Antonio Teixeira e Vieira de Moura.

Procedida a chamada, responderam 23 edis, passando-se ao expediente que careceu de importância.

Apenas ofícios do prefeito, devolvendo autógrafos e comunicando não os ter podido sancionar.

Nenhum dos lycurgos procurando usar a palavra o presidente anunciou que ia proceder à eleição das Comissões.

Inicia-se a votação para a escolha dos membros da Comissão de Justiça, sucessivamente de Instrução, de Obras e Orçamento.

O resultado das votações foi o seguinte:

Comissão de Justiça – eleitos por 13 votos – Alberto Beaumont, Nestor Áreas e Henrique Guimarães. Obtiveram 10 votos os srs. Ernesto Garcez, Baptista Pereira e Azurem Furtado.

Comissão de Instrução Publica – eleitos – por 13 votos, Manoel Machado, Brenno dos Santos e Nestor Áreas. Conseguiram 10 votos – os srs. Pio Dutra, F. Gaia e Azurem Furtado

Comissão de Obras – eleitos por 13 votos – Vieira de Moura, Henrique Guimarães e Manuel Machado. Lograram 10 votos, os srs. Henrique Lagden, A. Menezes e Jacintho Rocha.

Comissão de Orçamento – Eleitos por 13 votos – Jeronymo Berretta Vieira de Moura e Mario Piragibe. Tiveram 10 votos, cada um, os srs. Ernesto Garcez, Rodrigues Alves e F. Gaia. [...] ¹⁷⁹

A Comissão de Orçamento desempenhava um papel estratégico na política municipal, uma vez que todas as discussões e propostas envolvendo o uso do dinheiro público, incluindo a aprovação de pedidos de abertura de créditos ou empréstimos solicitados pela prefeitura, passavam por sua análise. Assim, essa comissão ocupava uma posição central no funcionamento e na fiscalização do erário municipal. No jogo político, o orçamento sempre foi um ponto crucial, pois a execução da maior parte dos projetos dependia diretamente dele. No contexto da Primeira República, e especialmente dentro da estrutura político-administrativa do Distrito Federal, a questão orçamentária tornava-se ainda mais delicada. A administração da capital envolvia uma complexa rede de competências distribuídas por diferentes esferas do poder republicano. Cabia ao Conselho Municipal debater, propor e organizar o orçamento, enquanto o prefeito detinha a prerrogativa de aprovar ou vetar as medidas votadas pelo legislativo. No âmbito federal, o Senado tinha a função de apreciar os vetos apresentados pelo prefeito, e ao Executivo federal competia o repasse de verbas provenientes, sobretudo, da arrecadação de impostos para os cofres municipais. Tratava-se, portanto, de uma estrutura de interdependência que colocava o orçamento da capital constantemente em situação de instabilidade.

¹⁷⁹ *A Razão*, 03/06/1921, p. 4.

Como discutido no primeiro capítulo, o orçamento acabou se transformando em moeda de barganha entre os poderes municipais do Distrito Federal, uma vez que o Conselho conseguiu assegurar a prerrogativa de discutir e aprovar anualmente o orçamento da cidade. É certo que a apreciação de eventuais vetos cabia ao Senado, mas essa característica não retirava do Conselho seu protagonismo nos debates sobre o uso dos recursos públicos. Desta forma, assumir a presidência da Comissão de Orçamento conferia a Piragibe uma posição de centralidade nos temas mais relevantes envolvendo as demandas da cidade. Por meio das falas do intendente, é possível perceber a articulação política necessária para ocupar esse posto, já que as decisões orçamentárias envolviam diferentes instâncias de poder, o Executivo municipal e o Senado federal, exigindo habilidade de negociação, capacidade de diálogo e compreensão profunda das dinâmicas políticas da capital. Essa questão fica elucidada quando se analisa as falas proferidas pelo intendente em uma sessão do Conselho Municipal, quando se debatia sobre acontecimento em torno da discussão orçamentária do ano de 1921. Apesar de ainda não ser presidente da comissão na ocasião dos acontecimentos relatados, a fala de Piragibe nos dá uma noção sobre a rede de interdependência quando o assunto era o orçamento.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, discutia o Conselho a lei orçamentária, que devia vigorar durante o exercício de 1921, quando esta assembleia se encontrou dividida em duas metades ou duas facções, cada uma composta de doze intendentes.

Estavam as forças assim separadas, quando nos reunimos na sala das Comissões para estudar as diversas emendas apresentadas à proposta trazida a esta Casa pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal. [...]

Desejoso então de prestar um serviço ao Distrito Federal, empenhado em impedir que a administração municipal ficasse privada da lei anual necessária à boa marcha dos trabalhos administrativos, procurei o ex-intendente Sr. Azevedo Lima, meu colega de escola e amigo pessoal. meu adversário naquela ocasião para convencê-lo de que preciso se tornava ceder e de que certamente um acordo da administração pública e os desejos da Aliança Republicana.

Declarou-me o Sr. Azevedo Lima, que só fazia questão de que fosse aprovada uma emenda apresentada pelo nobre colega Sr. Cesário de Mello sobre imposto territorial e mais, que fossem diminuídos os impostos que incidiam sobre as casas que vendiam artigos de primeira necessidade.

Depois de ouvir estas palavras do ilustre Deputado Federal, tomei a deliberação de, por mim, ir pessoalmente ao Sr. Prefeito e expor o que havia acontecido. Declarou-se S. Ex., o Sr. O Dr. Sá Freire, se não me engano, na presença do Sr Ernesto Garcez e do saudoso Senador Otacílio Camará, que não tinha dúvida em consentir em apoiar uma diminuição da emenda apresentada pelo Sr. Cesário de Mello.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Anais do Conselho Municipal, 35ª sessão, em 27 de julho de 1921, p. 421.

Apesar da necessidade de manter boas relações com os poderes públicos para a condução eficiente da pasta orçamentária, na prática isso não se concretizou durante o mandato de Mário Piragibe como presidente da Comissão de Orçamento, especialmente no que se refere ao prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio. Para compreender melhor esse cenário, é pertinente apresentar uma breve biografia do chefe do Executivo municipal no início da década de 1920.

Nascido em 1861, Carlos Sampaio iniciou seus estudos em casa e, aos 14 anos, ingressou na Escola Politécnica, onde se formou engenheiro civil, geógrafo e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, antes de completar 19 anos. Em 1882, tornou-se professor catedrático da mesma instituição e, no mesmo período, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para a Escola da Marinha (atual Escola Naval).¹⁸¹ Após a Proclamação da República, atuou em diversas instituições, como a Companhia Telefônica e a Indústria de Melhoramentos do Brasil. Sua trajetória política tem início em 7 de junho de 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa o nomeia prefeito do Rio de Janeiro, em substituição a Sá Freire, com a missão de preparar a capital para as comemorações do primeiro centenário da Independência. Para isso, Sampaio implementou um amplo conjunto de obras de infraestrutura que remodelariam a cidade.¹⁸²

Os caminhos do então prefeito e de Mário Piragibe se cruzam logo no início de seus mandatos: Piragibe havia sido eleito intendente em 1919, enquanto Sampaio assumiu a prefeitura em 1920. Ambos encerraram suas gestões no mesmo ano, em 1922. Contudo, o aprofundamento dessa relação ocorreu após a eleição de Piragibe para a presidência da Comissão de Orçamento. Diante da responsabilidade de coordenar as obras voltadas às comemorações do centenário da Independência, o prefeito dependia de constante diálogo com o Conselho Municipal, especialmente com a referida Comissão, responsável pela administração das finanças da cidade. Em um primeiro momento, a relação entre os dois parecia amistosa. Piragibe, por exemplo, chegou a mencionar Carlos Sampaio em um voto de louvor durante sessão do Conselho Municipal, agradecendo-lhe pela construção do posto de assistência do Méier.

¹⁸¹ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. SAMPAIO, Carlos. In: *CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*.

¹⁸² SILVA, Thais Lopes. *Entre a ação legislativa e o constrangimento político: o Conselho Municipal do Distrito Federal (1921-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 83.

[...] Mas neste momento, podemos todos aplaudir a ação da administração municipal que, representada pelo Sr. Carlos Sampaio e pelo ilustre Sr. Luiz Barbosa, resolveu de pronto a inauguração daqueles serviços que ontem inaugurados, ontem mesmo entraram a prestar benefícios a população dos subúrbios.

Sendo assim e quando os factos que alego estão na consciência de todos os meus colegas, requeiro a V. Ex., Sr. Presidente, consulte a Casa se consente na inclusão, na acta de nossos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao Dr. Angelo Tavares, ao General Bento Ribeiro, e aos Drs, Paulino Werneck, Carlos Sampaio e Luiz Barbosa.

Consultado o Conselho, é aprovado o requerimento do Sr. Mario Piragibe.¹⁸³

Ainda no início de seus trabalhos na comissão, Piragibe foi responsável por conduzir debates acerca das obras de melhoramento da Avenida Beira-Mar, metas estabelecidas pelo governo de Sampaio dentro do conjunto de intervenções de infraestrutura da cidade. Em uma das sessões sobre a temática, é possível observar a boa relação estabelecida entre o prefeito e o líder da pasta orçamentária. Isso fica evidente quando o intendente Albérico Beaumont apresenta um requerimento solicitando esclarecimentos ao prefeito sobre o valor do pedido de empréstimo destinado à reconstrução de trechos da avenida que haviam sido destruídos pela ressaca do mar. Em sua justificativa, Beaumont argumenta que a quantia solicitada era superior ao necessário e manifesta desconfiança quanto ao uso que seria dado ao valor. Nesse momento, Piragibe sai em defesa do prefeito, afirmando que não havia um valor fixo previamente estabelecido para as obras, já que os custos poderiam variar conforme a extensão dos danos. Além disso, ressaltou que o crédito aberto, de acordo com a legislação, não poderia ser destinado a qualquer finalidade que não fosse a execução da obra mencionada.

[...] Declarou também o ilustrado Intendente que não se sabe que emprego vai ser dado aos cinco mil contos, se essa operação de crédito for autorizada pelo Conselho e chegar a sua definitiva realização.

Posso afirmar a V. Ex. Sr. Presidente, e afirmar ao digno representante do 2º distrito, que, se o Conselho votar a autorização solicitada pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, isso será de expressamente fique consignada a obrigação de se empregar o produto do empréstimo autorizado somente nas obras determinadas em lei.

Não entro, Sr. Presidente na apreciação das duras insinuações produzidas pelo nobre colega, pois, de nenhum modo, me atingiram, como estou convencido de que não atingiram nem atingirão a qualquer membro desta Assembleia, como a qualquer dos ilustres funcionários que constituem a alta administração da Prefeitura.¹⁸⁴

Apesar disso, não foi esse tom de cordialidade que marcou a relação entre os dois políticos. A postura entre Carlos Sampaio e Mário Piragibe mudou significativamente a partir de agosto de 1921, pouco depois de Piragibe assumir a

¹⁸³Anais do Conselho Municipal, 99ª sessão, em 13 de outubro de 1920, p. 128.

¹⁸⁴Anais do Conselho Municipal, 42ª sessão, em 03 de agosto de 1921, p. 36.

presidência da Comissão de Orçamento. A indisposição inicial não se restringiu a Piragibe, mas envolveu todo o Conselho Municipal. O conflito teve início quando o prefeito vetou uma medida aprovada pela Casa relativa ao aumento das despesas do próprio Conselho. Segundo os intendentes, o veto era inconstitucional, pois tratava de questões internas ao funcionamento do Conselho, matérias que — de acordo com a interpretação dos legisladores — não estariam submetidas à apreciação do prefeito. Assim, inaugurou-se um embate institucional entre os dois poderes municipais. A disputa ganhou repercussão pública e chegou às páginas dos periódicos da capital, como demonstra a longa matéria publicada no jornal *O Imparcial*:

O CONSELHO E O PREFEITO

A luta entre os dois poderes

ENÉRGICO DISCURSO DO “LEADER” DA MAIORIA

A grave questão ora em foco e mantida pelos poderes executivos e legislativo do município, vae tomando aspecto pouco satisfatório, haja vista as represálias de parte a parte motivadas por uma atitude um tanto melindrosa para o Sr. governador da cidade, que perante a Lei Orgânica, invadiu atribuições alheias.

Ainda ontem nos referimos às razões de S. Ex. sobre o “veto” oposto a uma resolução do Conselho Municipal, aliás muito legal, pois lhe compete o direito de agir quanto aos interesses privados do mesmo Conselho.

Dahia a irritação dos Srs. edis e os discursos inflamados e até mesmo criteriosos, testando-se, por exemplo, o do “leader” da Aliança Republicana, Sr. Dr. França e leite, pronunciado na sessão de sexta-feira, com aplausos da maioria de seus pares e das galerias [...]¹⁸⁵

A partir desse episódio, torna-se possível observar uma postura mais resistente ao prefeito por parte de alguns intendentes, entre eles Mário Piragibe. Tal mudança de atitude fica evidente em algumas sessões do Conselho Municipal, como a realizada em outubro de 1921. Nessa sessão, o intendente Arthur Menezes apresentou um pedido de esclarecimento sobre a demora na elaboração de um projeto de abertura de crédito destinado ao pagamento de funcionários e operários da prefeitura, uma vez que a solicitação — encaminhada pelo Executivo em agosto — ainda não havia sido apreciada pela Casa. Diante da questão, Piragibe ocupa a tribuna para se pronunciar, considerando que, por se tratar de uma matéria orçamentária, competia à comissão por ele presidida examinar a proposta e fornecer um parecer.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, corro, pressuroso, a atender a delicada solicitação que acaba de fazer da tribuna do Conselho o nosso ilustre colega, Sr. Arthur

¹⁸⁵ *O Imparcial*, 30/08/1921, p. 7.

Menezes, e o faço com duplo prazer, pois ansiava por uma oportunidade que me trouxesse à tribuna desta Casa, para deixar patente que não houve, por parte dos membros da Comissão de Orçamentos, qualquer falta, qualquer esquecimento, qualquer inexactidão no cumprimento do dever, em referência ao andamento, que devia ter nesta Casa a mensagem dirigida ao Conselho pelo Sr. Prefeito, em que a qual solicita diversos créditos extraordinários, para reforço de verbas orçamentárias.

É verdade, Sr Presidente, que a mensagem a que aludiu o nome político do 2º distrito foi endereçada ao Conselho em dias de agosto do ano corrente, se me não falha a memória, quando ocorreu, justamente, o desagradável incidente provocado pelo órgão do Executivo Municipal e que interrompeu as relações entre o Conselho e a pessoa do Sr. Prefeito.¹⁸⁶

Piragibe argumenta que o tema não foi analisado pela Comissão devido a erros cometidos pelo prefeito na elaboração do requerimento. Segundo ele, o documento não especificava de forma clara a finalidade da verba solicitada, descumprindo a legislação vigente relativa à abertura de créditos suplementares e extraordinários. Piragibe afirma ainda que identificou a inconsistência no requerimento, mas optou por não se pronunciar naquele momento para evitar interpretações equivocadas, especialmente porque o pedido fora apresentado no mesmo mês do incidente envolvendo o Conselho Municipal.

[...] Eu, como presidente da Comissão de Orçamento, não podia explicar o que faço, embora o conhecesse. Preciso que o Sr. Prefeito esclareça a situação, a fim de que, de futuro, nenhuma acusação possa ser feita ao Conselho e mais especialmente, à sua comissão de Orçamento.

Podia eu, Sr. Presidente, apresentar a deliberação desta Assembleia um requerimento de informações, à custa do qual forçaria o Sr. Prefeito a elucidar, em todas as suas minúcias, o fato a que alludi; mas se o fizesse em uma ocasião muito desagradável para nós outros, e quando esta Casa não mantinha relações com Sua Ex., por imposição de S. Ex. não faltaria quem visse no meu requerimento de informações uma arma de mesquinha oposição. [...] ¹⁸⁷

É possível perceber que Mário Piragibe utiliza seu discurso para blindar tanto a Comissão de Orçamento quanto o Conselho Municipal de possíveis acusações de represália por parte do prefeito. No entanto, compreende-se que a decisão de não notificar o Executivo e de não apresentar um parecer sobre o pedido de crédito funcionou, na prática, como uma forma de penalização às ações do prefeito, sobretudo porque essa postura é mencionada ao longo do pronunciamento de Piragibe, atribuindo a Carlos

¹⁸⁶ Anais do Conselho Municipal, 76ª sessão, em 5 de outubro de 1921, p. 27.

¹⁸⁷ Anais do Conselho Municipal, 76ª sessão, em 5 de outubro de 1921, p. 28.

Sampaio a responsabilidade pela instabilidade política que afetava a municipalidade naquele momento. Além disso, observa-se que Piragibe tinha plena consciência da força política associada ao cargo que ocupava, já que era responsável por conduzir debates centrais para o funcionamento da cidade. Sua atitude demonstrava, portanto, não apenas a relevância institucional do Conselho Municipal, mas também que a estratégia adotada por Carlos Sampaio poderia se voltar contra ele próprio, ao tensionar sua relação com um órgão que ainda detinha importante capital político na administração da capital federal.

Essa situação acabou tornando-se pauta de outra sessão ao longo do mês de outubro, quando Piragibe apresentou argumentos mais detalhados que motivaram sua decisão de não emitir um parecer sobre os pedidos de empréstimo feitos pelo prefeito. Em sua justificativa, Piragibe mais uma vez afirmou que a prefeitura não havia apresentado as argumentações necessárias para a aprovação do projeto e que, ao questionar o Executivo municipal, as devidas explicações também não foram fornecidas.

O Sr. MÁRIO PIRAGIBE: – Sr. Presidente, o ilustre Sr. Prefeito do Distrito Federal dirigiu ao Conselho Municipal, em dias de Agosto do corrente ano, uma mensagem na qual pedia um crédito suplementar no valor de 4.655:742\$262 e outro extraordinário do valor de 1.157:045\$304.

Infelizmente a Comissão de Orçamento não pode, com a urgência que o caso requeria, elaborar seu parecer acerca da mensagem aludida. E eu da tribuna desta Casa, depois de interpelado pelo prezado colega, Sr. Arthur Menezes, já informei ao Conselho Municipal sobre os motivos que retardaram a elaboração do meu parecer.

Quando falei sobre o assunto, Sr. Presidente. Declarei ao Conselho que o ilustre administrador da cidade tinha prometido ao Presidente da Comissão de Orçamento um ofício retificador à custa do qual seriam corrigidas as diversas falhas por mim apontadas no documento enviado a esta Assembleia De facto, 10 dias depois da conferência que tive com S. Ex. e que foi assistida pelo honrado Presidente desta Casa, o Sr. Prefeito enviou um ofício, em o qual nenhum esclarecimento aduz acerca da matéria, deixando a Comissão de Orçamento privada dos esclarecimentos de que carecia para bem cumprir o seu dever.¹⁸⁸

Ao dar continuidade ao seu discurso, Piragibe enumera os pontos presentes no ofício e ressalta que nenhum deles explicita, de forma objetiva, para quais gastos seriam destinados às verbas provenientes dos

¹⁸⁸ Anais do Conselho Municipal, 83ª sessão, em 14 de outubro de 1921, p.393.

empréstimos. Além disso, afirma que, na tentativa de solucionar o impasse, procurou pessoalmente o prefeito para chegar a um entendimento sobre o assunto e, assim, poder apresentar o parecer da comissão. Outro ponto destacado por Piragibe em sua fala diz respeito ao uso que o prefeito teria feito de verbas públicas para finalidades diferentes daquelas aprovadas pelo Conselho, o que, segundo ele, configuraria infrações graves e até mesmo ilegais.

[...] Em face dessa situação e desejoso de cumprir fielmente os meus deveres, como faço sempre que me (illegível) qualquer obrigação, fui ao banimento do Administrador da Cidade pedir esclarecimentos: e depois de apontar-lhe as falhas de que se ressentia a mensagem número 451, ouvi, com satisfação, a professa de que S. Ex. enviar a esta Casa um ofício, retificador daquele documento.

Realmente, no dia de ontem, recebi, subscrito por S. Ex., um ofício em o qual há algumas frases mais ou menos buriladas, mas onde não se encontra qualquer esclarecimento que sirva ao fim de elucidar o assunto que neste momento discuti. E como que pode propositar e agravar a situação, ou, talvez por inadvertência, S. Ex., de modo claro, de modo expresso de modo eloquente, declara que as verbas orçamentárias foram esgotadas, porque S. Ex. delas lançou mão para pagar gratificações que não foram votadas pelo Conselho Municipal, satisfazendo nesse modo, a um ato arbitrário, a um ato violento e a um ato ilegal que eu não posso deixar de profligar, como intendente que sou e, especialmente, como presidente da comissão de Orçamento.¹⁸⁹

Piragibe endurece ainda mais seu discurso ao criticar a forma arbitrária com que Carlos Sampaio, segundo ele, vinha administrando a cidade, ultrapassando as atribuições do Conselho Municipal. Trata-se de um tema de grande relevância, uma vez que, desde sua formação, o Legislativo municipal precisou lutar contra diversas forças por maior autonomia e, por muito tempo, viu seu poder ser gradualmente esvaziado. Por isso, a questão orçamentária, como já mencionado, tornou-se uma peça estratégica na engrenagem de funcionamento do Conselho Municipal, pois era sobretudo por meio dela que o órgão conseguia se projetar politicamente no jogo de poderes do Distrito Federal. Ao denunciar as ações do prefeito, Piragibe também buscava uma projeção pessoal. As decisões pelas quais Sampaio estaria sobrepondo seu poder incidiam diretamente sobre demandas encaminhadas ao próprio Piragibe, enquanto presidente da Comissão de Orçamento, o que poderia ofuscar sua atuação nessa posição. Tal cenário contrariava os interesses do intendente, já que esse cargo lhe conferia significativa visibilidade política.

¹⁸⁹ Anais do Conselho Municipal, 82ª sessão, em 13 de outubro de 1921, p.391.

Nota-se, ainda, que apesar de sua fragilidade institucional, o Conselho não se manteve omissor. Assim, não havia convivência com as ações da prefeitura ou do poder federal, ao qual o prefeito era diretamente subordinado.

Sabe V. Ex., Sr. Presidente, como sabe todo o Conselho que a Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 108, prescreve que nenhuma despesa será ordenada sem que para ela haja verba consignada ao orçamento, determinado, também, que os vencimentos ou salários de funcionários e demais servidores da Municipalidade são fixados pelo órgão do poder legislativo Municipal.

Sendo assim, Sr. Presidente o Sr. Prefeito do Distrito Federal exorbitou das suas funções, praticou uma ilegalidade, um ato violento e abusivo, mandando apagar aos operários municipais uma gratificação sem que esta Assembleia, antecipadamente, só tivesse pronunciado a respeito, aprovando a medida.¹⁹⁰

Piragibe tem seu discurso interrompido por um intendente, que o questiona se o Conselho não aprovaria a medida caso ela tivesse sido enviada à Casa. Piragibe responde que certamente a aprovariam, considerando a situação dos funcionários públicos da cidade. No entanto, acrescenta que isso não justificava a atitude do prefeito de tomar tal decisão sem consultar o Legislativo. Após esclarecer esse ponto, Piragibe retoma sua fala.

[...] se for argumentar como quer V. Ex., teríamos que concluir pela necessidade de fecharmos o Conselho Municipal para deixarmos ao arbítrio caprichoso do Prefeito o aumento ou diminuição dos salários e dos vencimentos de operários e outros servidores da Prefeitura.

Não pode haver confiança numa administração que não se respeita a si mesma, que não respeita a lei, que infringe a Lei Orgânica, infringe o Regimento do Conselho Municipal, infringe a Constituição da República e infringe a lei orçamentária vigente. Não pode haver confiança do Legislativo Municipal, um Prefeito que envie a esta Assembleia um ofício, declarando que estourou verbas orçamentais que tinham um fim especial, para atender a uma gratificação criada pelo arbítrio caprichoso de S. Ex.

[...]

Fui ao gabinete do S. Ex., acompanhado pelos honrados colegas Srs. Silva Brandão e Ernesto Garcez e pedi ao Sr. Prefeito os esclarecimentos que precisava e S. Ex. nos prometeu.

Entretanto, pela nenhuma importância que liga a esta assembleia, resolveu fugir a sua promessa e mandou a Comissão de Orçamento um mingau oficial, onde, ao invés de esclarecimentos, se encontra a confissão expressa de uma transgressão da lei.¹⁹¹

Mário Piragibe procura enfatizar, em seus discursos, mesmo após diversas acusações dirigidas a Sampaio, a impessoalidade com que afirma tratar a questão, tentando desvincular as atitudes criticadas da figura pessoal do prefeito. Ele faz questão de afirmar que suas intervenções não são dirigidas à pessoa de Carlos

¹⁹⁰ Anais do Conselho Municipal, 82ª sessão, em 13 de outubro de 1921, p.392.

¹⁹¹ Anais do Conselho Municipal, 82ª sessão, em 13 de outubro de 1921, p.392.

Sampaio, mas às ações arbitrárias praticadas pelo chefe do Executivo. Esse mecanismo busca persuadir seus interlocutores de que há uma sobreposição do espírito político e das responsabilidades do mandato sobre qualquer relação pessoal, como se o cargo o obrigasse a apresentar aquelas denúncias e como se essas críticas fossem uma função inerente ao seu papel enquanto intendente, um elemento fundamental da cultura política do período. Piragibe também aproveita a posição que ocupa para reforçar sua própria imagem perante seus pares e a população carioca, sobretudo porque seus discursos seriam posteriormente divulgados nos periódicos da cidade. Assim, suas falas não apenas denunciam práticas do Executivo, mas também operam estrategicamente na construção de sua projeção pública. Vale destacar que Piragibe apresenta um parecer favorável à abertura dos créditos pedidos pelo prefeito, por entender, segundo o próprio diz, a necessidade e importância desta verba.

Nestas condições, precisei agir com muita cautela para, sem prejudicar os pobres operários municipais, privados dos seus salários, não criar para esta assembleia uma situação muito delicada que fosse responsabilizada pelos mandos e ilegalidades praticados pelo atual Prefeito. [...]

Feita essa singela e rápida exposição, parece que deixo perante aos olhos dos ilustres colegas o desejo que tenho de bem cumprir os meus deveres e esforços por mim despendido para corresponder a altura que me foi dada pela maioria do Conselho, elegendo-me para honra minha, membro da sua Comissão de Orçamento.¹⁹²

Outro momento de embate entre Mário Piragibe e Carlos Sampaio ocorreu quando o então prefeito decidiu abrir um crédito suplementar sem a autorização do Conselho Municipal. Na ocasião, a cidade enfrentava um grave problema: a ameaça de paralisação dos funcionários públicos devido ao atraso no pagamento de seus salários. Na tentativa de solucionar a crise, a prefeitura recorreu a um dispositivo da Lei Orgânica do Distrito Federal que permitia a abertura de créditos extraordinários pelo prefeito, sem a aprovação do Legislativo municipal, em situações de calamidade pública. Piragibe, no entanto, utilizou a tribuna do Conselho para novamente acusar Sampaio de administrar a cidade de maneira arbitrária e de exercer de forma inadequada suas funções à frente do Executivo municipal. Segundo ele, ao agir dessa forma, o prefeito contrariava as leis do Distrito Federal e usurpava as prerrogativas do Conselho.

¹⁹²Anais do Conselho Municipal, 82ª sessão, em 13 de outubro de 1921, p.392.

Sr. Presidente, os operários da Municipalidade, privados dos seus salários correspondentes ao mês de Setembro, por culpa exclusiva do atual administração, por falta de exação no cumprimento dos seus deveres por parte do atual Prefeito do Distrito Federal comunicaram ao seu chefe que abandonariam os serviços da Municipalidade pela razão talvez muito prosaica, mas muito poderosa de não poderem trabalhar com fome.

Diante desta ameaça, em face da causa muito justa e de muita força apresentada pelos operários da Prefeitura, o Sr. Prefeito do Distrito Federal acovardou-se. O Sr. Prefeito do Distrito Federal, sentiu-se obrigado a descer da culminância dos seus altos coturnos para, durante um instante, preocupar-se com os serviços da cidade e atender aos servidores da nossa prefeitura.

Como já disse e tive ocasião de provar cabalmente, por mais de uma vez, o pagamento dos salários reclamados só não foi feito na época devida por culpa do Sr. Carlos de Oliveira Sampaio, o único sobre quem devem recair as responsabilidade dos factos por todos nós deplorados. [...]

S. Ex. não se preocupou com a situação dos operários da Municipalidade e deixou que eles chegassem a ter fome, e deixou uma ameaça muito grave fosse feita para voltar atrás da sua teimosia, procurando, porém, atribuir ao Conselho Municipal as causas da reclamação agora feita, E então, acintosamente, S. Ex. assina um crédito extraordinário para satisfazer aqueles pagamentos, baseado no dispositivo orçamentário, que permite abrir créditos extraordinários ou suplementares, quando se trata de atender a uma calamidade pública... ¹⁹³

Apesar das críticas dirigidas ao prefeito, Piragibe faz questão de defender a situação dos operários, argumentando que a condição desses trabalhadores já era calamitosa e que o atraso nos pagamentos agravava ainda mais o problema. Ele se coloca, mais uma vez, como defensor dessa classe, rememorando outros momentos de seus discursos em que ressaltou a importância de proteger o funcionalismo público e de discutir, no âmbito municipal, melhorias nas condições de trabalho e de remuneração. Piragibe reforça também que a situação enfrentada pelos trabalhadores era responsabilidade direta do prefeito, que, segundo ele, não havia se atentado às despesas da municipalidade e demonstrava maior preocupação com contratos e empréstimos voltados às obras de melhoramento urbano. Para o intendente, Sampaio deveria assumir a culpa pelos transtornos causados e encontrar meios legais de solucionar o impasse, sem infringir a legislação nem interferir nas prerrogativas do Conselho. Em tom provocativo, Piragibe chega a afirmar que o prefeito deveria pagar do próprio bolso os salários dos funcionários, visto que, segundo ele, era um homem de grande fortuna. Ao prosseguir em seu discurso, o intendente volta a apontar para a falta de autonomia do Conselho e para o poder concentrado nas mãos do prefeito, fortalecido pela autoridade conferida pelo presidente da República.

¹⁹³ Anais do Conselho Municipal, 90ª sessão, em 25 de outubro de 1921, p. 434.

Mas o Sr. Carlos Sampaio preferiu dar mais uma prova de desprezo que vota a esta Assembleia e procurou desferir mais um golpe contra a nossa muito comprometida autoridade.

E diz S. Ex. deixar parente que poderoso como é, não precisa atender ao espírito da lei, não precisa atender ao que dispõe a lei orgânica, não precisa esperar as deliberações do Conselho Municipal e não precisa dar satisfações aos Intendentes para fazer o que entende, de acordo com a sua vontade e os seus caprichos doentios.

Mas Sr. presidente, tenho hoje a oportunidade de, pelo menos, em um ponto, estar de acordo com o Sr. Prefeito. S. Ex. abriu um crédito extraordinário baseado no dispositivo orçamentário que permite a S. Ex. abrir esse crédito quando se trata de atender a uma calamidade pública. Realmente S. Ex. vai atender a uma calamidade pública, resolvendo uma situação ilegal e quase revolucionária, decorrente da sua desastrada administração que constitui certamente uma das maiores calamidades que podiam pesar sobre os destinos do Distrito Federal.¹⁹⁴

As questões envolvendo os contratos feitos pela prefeitura também foram temas tratados por Mário Piragibe em sua atuação à frente da Comissão de Orçamento. Um deles foi o contrato referente às instalações elétricas da Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Em sua fala na sessão ocorrida no dia 8 de novembro de 1921, o intendente critica o acordo firmado pelo prefeito para a contratação de eletricitistas estadunidenses, o que, para Piragibe, representava um grande desprezo que Sampaio demonstrava pela moral administrativa e pelos engenheiros brasileiros. Piragibe destaca que o engenheiro viria de Nova York e receberia um pagamento de duzentos contos de réis em ouro pelos serviços prestados, valor considerado por ele muito elevado e que, segundo argumenta, não seria pago caso a prefeitura contratasse um engenheiro brasileiro. Aproveita também para exaltar o trabalho realizado pelos profissionais nacionais, ressaltando que muitas cidades do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, estavam passando por um processo de ampliação das redes elétricas, e que todo esse serviço vinha sendo executado com excelência por engenheiros brasileiros.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE: – SR. Presidente, ainda estão bem vivos os protestos levantados contra esse escandaloso “Panamá” que é o contrato de reconstrução das avenidas Beira-Mar e Atlântica, e já um outro escandaloso contrato aparece a ser comentado pela imprensa diária desta Capital, graças a fecundidade com que o atual prefeito do Distrito Federal infelicit, com seus atos de prepotência a administração pública da cidade [...] com um engenheiro eletricitista que vem ao Brasil fazer as instalações elétricas da Exposição por ocasião das festas do nosso centenário. [...]

Mais uma vez o Sr. Carlos Sampaio deixa claramente ver o profundo desprezo que vota as regras da moral administrativa e, mais, o profundo desprezo que S. Ex. vota aos engenheiros brasileiros, pessoas que deveriam ser tratadas pelo atual Prefeito com um pouco mais de consideração, pois S. Ex. engenheiro é e, além de engenheiro, catedrático da nossa Escola Politécnica. [...]

¹⁹⁴ Anais do Conselho Municipal, 90ª sessão, em 25 de outubro de 1921, p. 435.

Anuncia um vespertino que o administrador da cidade mandou contratar em Nova York por intermédio do seu particular amigo o milionário Sr. Farquhar, um eletricitista que virá ao Brasil recebendo a gorda gratificação de duzentos contos de reis em ouro, não se falando do preço da instalação e mais do custo da energia elétrica que será consumida.¹⁹⁵

A tensa relação entre Piragibe e Carlos Sampaio pode ser observada ao longo de todo o mandato do intendente à frente da pasta de Orçamento. Essa questão fica elucidada quando se analisam as *“Considerações sobre a administração municipal de Dr. Carlos Sampaio”*, elemento presente no índice dos Anais do Conselho Municipal, que registrava comentários feitos pelos intendentes acerca da gestão do prefeito. É possível notar que, ao longo dos anos, e principalmente a partir do embate entre o Conselho e Sampaio, os comentários de Piragibe sobre o Executivo municipal se intensificaram. Do início de seu mandato até agosto de 1921, quando ocorre o conflito entre o Conselho e o prefeito, não foi encontrada nenhuma consideração de Piragibe sobre a administração municipal. Essa realidade muda no mês de agosto de 1921: somente neste ano foram identificados dez comentários sobre a gestão de Carlos Sampaio. Vale destacar que esse levantamento se baseia nos Anais disponíveis para consulta ao longo da pesquisa, ou seja, não representa números absolutos, uma vez que parte dos volumes não pôde ser acessada. Esse processo se intensificará ainda mais, pois somente no mês de junho de 1922 foram registrados doze comentários sobre a administração de Carlos Sampaio.

É notório que, após o incidente envolvendo o Conselho, houve um crescimento exponencial das críticas redigidas por Piragibe ao prefeito. Entende-se esse movimento como uma forma de blindagem de sua própria atuação à frente da Comissão de Orçamento, sobretudo porque Sampaio passou a adotar medidas consideradas arbitrárias no que tange ao uso do dinheiro público, como já mencionado, aprovando empréstimos e aberturas de crédito sem autorização do Conselho. Soma-se a isso o quadro de péssimas condições orçamentárias vividas pela municipalidade, refletido no atraso no pagamento dos funcionários públicos. Entende-se que politicamente, esses acontecimentos poderiam comprometer a carreira de Piragibe, dada a posição que ocupava. Assim, intensificar suas críticas

¹⁹⁵Anais do Conselho Municipal, 97ª sessão, em 09 de setembro de 1921, p. 517-518.

funcionou como uma estratégia para se desvincular das decisões tomadas pelo prefeito, sinalizando à população sua discordância e insatisfação com a administração de Carlos Sampaio. Essa estratégia, em alguma medida, surtiu efeito, visto que o entrave entre Piragibe e o prefeito repercutiu também nos meios de comunicação, como evidencia a notícia publicada pelo *A Noite*, em 24 de outubro de 1921:

COMO O INTENDENTE PIRAGIBE RESPONDEU AO PREFEITO

O sr. Mário Piragibe falou, durante a sessão de hoje do Conselho Municipal, para refutar o desmentido do prefeito às acusações feitas pelo orador, na sessão de sexta-feira última.

Disse o Sr. Piragibe que o Sr. Carlos Sampaio, ou melhor, um dos “escribas do seu gabinete, em estilo pernóstico, inexpressivo, sem sinceridade, verdade nem franqueza”, confessou o fechamento de 12 escolas e não 19, como o orador referiu

Isso – acrescentou o Sr. Piragibe – não diminui o valor moral da minha acusação. As informações que obtive, éguas às que o meu colega Alberico de Moraes conseguiu, colhidas em boa fonte, me autorizaram a fazer tal afirmativa. [...]

Prosseguiu o Sr. Piragibe falando das obras gigantescas do Sr. Carlos Sampaio, forçando despesas enormes, com a desapropriação de um terreno do Sr. Jannuzzi, para a construção da avenida de contorno do morro da Viúva. Referiu-se também aos enormes créditos solicitados pelo prefeito e terminou reverberando o procedimento do S. Ex. que, contra as normas da educação e contra a ética administrativa, maltrata os intendentes que queriam cumprir o seu dever.¹⁹⁶

Outra prerrogativa do cargo ocupado por Piragibe era ser o relator da lei orçamentária referente ao ano seguinte. Dessa forma, ficou sob sua responsabilidade a mediação do debate sobre o projeto orçamentário de 1922. O debate acerca da temática estendeu-se pelos meses finais de 1921, gerando discussões entre os intendentes e o Poder Executivo municipal. Vale destacar que essa era uma questão primordial para o Conselho, uma vez que o domínio sobre o orçamento constituía o principal mecanismo encontrado pela Casa para manter-se presente no jogo político da capital. Assim, a posição de presidente da comissão e relator da lei orçamentária anual conferia ao ocupante do cargo uma centralidade significativa. Na sessão final da votação da lei orçamentária de 1922, ocorrida em dezembro de 1921, Piragibe fez um discurso no qual agradeceu o auxílio e o trabalho dos intendentes, dos funcionários do Conselho e da imprensa, sem qualquer menção ao Executivo municipal.

O SR. MÁRIO PIRAGIBE (pela ordem): – Sr. Presidente, o Conselho terminou hoje a votação da lei mais importante que transita por esta Casa. Este ano, a lei a que me

¹⁹⁶ *A Noite*, 24/10/1921, p. 3.

refiro, que é a lei orçamentária, foi relatada pelo humilde orador, que desde o primeiro momento senti bem a desproporção que ia entre seus méritos e a elevada honra com que o cumulou a longanimidade do Conselho.

Felizmente para mim, felizmente para a cidade do Rio de Janeiro, a lei de meios foi organizada regularmente, E eu me sinto neste momento, sinceramente jubiloso por ter podido terminar o cumprimento do meu dever, sem merecer maiores recriminações.

Não posso porém calar a gratidão que devo a todos os meus colegas e a todos os funcionários da Secretaria do Conselho Municipal, pelo auxílio que me prestaram, auxílio que vale muito mais que o esforço por mim despendido, e que, se me faltassem determinaria uma situação vexatória para o Presidente da Comissão de Orçamento, que ficaria impossibilitado de levar a bom termo a tarefa que lhe foi cometida.

Feito esse agradecimento, reafirmo as palavras dos meus ilustres colegas, Srs. Alberico de Moraes e Adolpho Bergamini, quanto às homenagens que entenderam sender, com muita justiça a pessoa do Presidente desta Assembleia.

[...]

Termino reafirmando a minha gratidão ao Conselho Municipal e aos funcionários de Secretaria, aos quais desejo as maiores felicidades e estendo esses votos de felicidades aos ilustres representantes da imprensa carioca junto ao Conselho Municipal, jornalistas a quem nós também muito devemos pela, colaboração indireta com que concorreram para o bom encaminhamento da discussão e votação das matéria que forma o trabalho continuado do Conselho Municipal.¹⁹⁷

Ao longo de sua atuação no Conselho Municipal, Mário Piragibe buscou manter-se ativo diante das demandas da cidade e em seus discursos na tribuna da Casa. É possível identificar que o intendente atuou em diversas temáticas envolvendo a municipalidade, não se limitando às demandas da comissão de que fazia parte nem à sua área de formação. Em muitos momentos, defendeu seus pontos de vista de forma contundente, buscando mecanismos que os embasassem, como o discurso de representante do povo suburbano, a visita direta aos locais das ocorrências, o diálogo com a população e a busca por informações junto a servidores e profissionais de diferentes áreas. Acredita-se que essa interlocução dentro e fora do Conselho, somada à sua atuação ao longo do mandato, lhe rendeu a possibilidade de comandar uma das principais comissões da instituição: a de Orçamento.

À frente da pasta, assumiu uma postura combativa em relação à administração do prefeito Carlos Sampaio, tornando-se um dos principais opositores de seu governo. A posição que ocupava lhe concedeu centralidade nas discussões do Conselho Municipal, o que se mostrou uma oportunidade relevante para ampliar seu capital político. Sua postura crítica em relação ao prefeito demonstra que não havia uma sintonia plena entre os intendentes e a atuação do Executivo municipal, o

¹⁹⁷ Anais do Conselho Municipal, 154ª sessão, em 31 de dezembro de 1921, p. 2262-2263

qual, em grande medida, representava os interesses do governo federal. Mário Piragibe, assim como outros intendentes, não se omitiu por medo de eventuais represálias que o Conselho poderia sofrer, evidenciando que a defesa da autonomia municipal ainda era um princípio fortemente reivindicado no âmbito legislativo da cidade.

Conclusão

A análise da vivência política de Mário Piragibe abre novas possibilidades de interpretação acerca do cotidiano político no período da Primeira República. Entende-se que sua trajetória não pode ser pautada como totalitária ou redundante, mas pode ser encarada como um novo direcionamento interpretativo sobre a temática. Sua atuação revela nuances que, durante muito tempo, passaram despercebidas ou foram mesmo excluídas das análises políticas do período, seja pela influência de regimes posteriores, seja pela falta de interesse em revisitar essas experiências. A aproximação com a antropologia possibilitou um novo horizonte de análise, que não se limitou apenas à atuação institucional do intendente, mas buscou compreender também os elementos simbólicos, a política cotidiana e as relações estabelecidas entre o representante político e seus representados, aspectos frequentemente negligenciados pela historiografia consolidada.

É possível identificar que as nuances que permearam a consolidação do Rio de Janeiro como capital da Primeira República estiveram estreitamente ligadas às vivências políticas da cidade. Dessa forma, compreende-se que a intensa disputa política com as forças federais e a necessidade de afirmar o Legislativo municipal como um poder atuante no tabuleiro político fizeram com que as disputas pelo cargo de intendente se tornassem altamente acirradas. Por sua vez, essa intensificação das disputas ofereceu à população um leque maior de possibilidades de escolha, tornando-a mais criteriosa na seleção de seus representantes políticos. Ou seja, à medida que a inserção no cenário político se tornava cada vez mais restrita, aqueles que buscavam se aventurar na vida política precisavam encontrar elementos que os diferenciavam dos demais para obter espaço na disputa. Dentro dessa lógica, entende-se que as interpretações que apontam para a ineficácia das forças municipais mostram-se equivocadas, uma vez que, sobretudo os intendentes do Conselho Municipal, precisavam constantemente justificar à população os motivos de suas escolhas, por meio da apresentação de soluções para as demandas da cidade.

Na busca por novas interpretações acerca das relações e vivências políticas durante a Primeira República, a trajetória de Mário Piragibe contribui para elucidar

lacunas que, por muito tempo, permaneceram sem respostas. A congruência de diversos fatores mostrou-se fundamental para a construção de uma carreira política sólida, entre eles a inserção em redes de sociabilidade, o pertencimento territorial e a capacidade de interlocução com os mais variados grupos sociais que habitavam a cidade.

Outro ponto digno de observação é que a construção política de Piragibe ocorreu a partir de sua própria vivência. Ao longo de seus mandatos, é possível perceber modificações em suas posturas, discursos e projetos, o que evidencia a natureza dinâmica dessa experiência política. Tal processo demonstra que a atuação política não se dava de forma estática, mas era constantemente moldada pelas circunstâncias, pelos conflitos e pelas negociações próprias do cotidiano político. Nesse sentido, cada personagem desenvolveu modos particulares de experimentar e exercer a política, o que reforça a necessidade de análises mais individualizadas.

Não faz parte da intenção deste trabalho, tampouco de seu autor, abarcar todas as possibilidades de vivência política no período da Primeira República, uma vez que se reconhece o caráter múltiplo e heterogêneo dessas experiências. O objetivo central consiste, justamente, em apresentar novas possibilidades de análise por meio da particularização dessas vivências, na perspectiva de contribuir para o alargamento do debate historiográfico e de influenciar pesquisas futuras que sigam essa linha analítica.

Dessa forma, entende-se que o período aqui analisado não pode ser observado apenas pelo prisma institucional, pois essa perspectiva inibe e descarta múltiplas possibilidades de interpretação, mantendo o debate historiográfico em uma razoabilidade improdutiva. O aprofundamento desse debate passa, necessariamente, pela adoção de uma análise mais individualizada, que leve em consideração os atores sociais, suas ações cotidianas, relações interpessoais e estratégias individuais.

Alguns pontos tornam-se centrais para a fundamentação da pesquisa desenvolvida neste trabalho. A análise da vivência política de Piragibe revela sua atuação como mediador entre as demandas da população suburbana e os poderes

locais, independentemente das intenções finais de suas ações. Isso porque a História, enquanto ciência, não deve se colocar no papel de juíza para atribuir juízos morais às práticas dos atores históricos. Nesse sentido, Piragibe foi uma voz ativa em diversas demandas do subúrbio carioca. Sua trajetória também permite analisar a mediação entre o cotidiano e o institucional, aspecto evidenciado por sua presença constante em eventos esportivos, como partidas de futebol, ao longo de seu mandato como intendente.

Outro ponto relevante refere-se à observação da própria instituição. É possível perceber que o Conselho Municipal se constituiu como um espaço de negociação entre diferentes forças políticas, e não como um local de completa impotência, ainda que esse fosse o desejo de determinados grupos, sobretudo do poder central. Por fim, conclui-se que a política deve ser compreendida também como experiência vivida, construída por meio da prática, da adaptação, dos relacionamentos e das estratégias, para além das normas, leis e estruturas formais.

Para além da reconstrução da trajetória política de Mário Piragibe, este trabalho buscou compreender como a política municipal carioca da Primeira República foi vivenciada, experimentada e ressignificada por seus atores. Ao privilegiar a análise individual, foi possível observar que a atuação política não se restringia ao cumprimento de funções institucionais previamente estabelecidas, mas se dava a partir de constantes negociações, adaptações e estratégias que articulavam interesses locais, demandas populares e as limitações impostas pelo poder federal. Nesse sentido, Piragibe emerge como um exemplo de agente político mediador, cuja prática se construiu no cruzamento entre pertencimento territorial, capital simbólico e capacidade de interlocução com diferentes grupos sociais.

Com o fim da legislatura em 1922, Mário Piragibe conseguiu se reeleger para o Conselho Municipal, onde permaneceu por mais um mandato. Posteriormente, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro em 1927, exercendo o mandato até 1930,¹⁹⁸ quando o golpe liderado por Getúlio Vargas pôs fim ao período conhecido como Primeira República. Ao longo da chamada Era Vargas, Piragibe ocupou cargos relevantes na administração do Rio de Janeiro,

¹⁹⁸ PIRAGIBE, Mário Ferreira. Verbete biográfico no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, p. 1.

destacando-se as funções de Secretário-Geral de Finanças¹⁹⁹ e de Secretário-Geral do Interior e Segurança.²⁰⁰ Após o fim do Estado Novo, Piragibe reapareceu na cena política ao eleger-se suplente em 1947 pela UDN, assumindo a cadeira de deputado entre agosto de 1950 e janeiro de 1951, quando não conseguiu se reeleger.²⁰¹ Mário Piragibe faleceu na cidade de São Lourenço, em Minas Gerais, no ano de 1954, aos 71 anos, deixando sua esposa, Maria Luísa de Moura Brito Piragibe, e sete filhos.²⁰²

¹⁹⁹ RIO DE JANEIRO (Município). *Administração Pública Municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889–2012)*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, [s.d.], p. 122.

²⁰⁰ Ibid., p. 217.

²⁰¹ PIRAGIBE, Mário Ferreira. Verbetes biográficos no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-ferreira-piragibe>

²⁰² PIRAGIBE, Mário Ferreira. Verbetes biográficos no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-ferreira-piragibe>

ANEXO I - Mário Piragibe



Imagem de Mário Piragibe. Disponível em: <https://www.piragibe.com.br/arvore/>.
Acesso em: 28 jun. 2026.

Fontes

Publicações oficiais

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão Extraordinária de 2 a 31 de dezembro de 1919.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 de junho a 31 de julho de 1920.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 2 de agosto a 30 de setembro de 1920.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 de outubro a 30 de novembro de 1920.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 a 31 de dezembro de 1920.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 de junho a 31 de julho de 1921.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 de agosto a 30 de setembro de 1921.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 3 de outubro a 30 de novembro de 1921.

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal - Sessão de 1 a 31 de dezembro de 1920.

Periódicos

Revista Illustrada

A Época

Jornal do Commercio

Correio da Manhã

Última Hora

Rio-Jornal

A Noite

Jornal do Brasil

A Razão

Gazeta de Notícias

O Imparcial

O Brasil

A Rua

O Jornal

Verbetes

PIRAGIBE, Mário Ferreira, Verbetes biográficos no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-ferreira-piragibe>

PIRAGIBE, Vicente Ferreira da Costa, Verbetes biográficos no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE.%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>

BERGAMINI, Adolfo, Verbetes biográficos no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. p.1. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bergamini-adolfo>

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. In: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o nacional e o regional, X., 2010, Santa Maria. Anais. Santa Maria: ANPUHRS, 2010. p.1-11

BASTOS, Ana Marta Rodrigues. O Conselho de Intendência Municipal: autonomia e instabilidade (1889-1902). Rio de Janeiro: CEH-FCRB, 1984, mimeo.

BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. Os betializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. A Proclamação da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Eduardo Granja. Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto dissonante de José Oiticica. [S.L]: Fundação Biblioteca Nacional - Minc, 2006. 18 p. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/imprensahegemonia-primeira-republica-contraponto-dissonante//eduardogranja2.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. o rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FREIRE, Américo. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, no 24, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, no 4, 1989.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (coords.). A República no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Jorge; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020, p. 55.

KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Topbooks, 2a ed., 1999.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902. Niterói: PPGH-UFF, 2004, tese de Doutorado.

_____. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD; FAPERJ, 2005.

MELLO, Maria Tereza Chaves. A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV; Edur, 2007.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920. Rio de Janeiro: Mauad X: ANPUH-RJ, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, [Rio Grande do Sul], v. 3, n. 2, p. 125-142, jan. 2011. Anual. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6828/2614-7224-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, Thais Lopes. Práticas políticas: um olhar sobre o legislativo municipal carioca na década de 1920. 2010. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010,

PÁDUA, Augusto Valladares. A capital, a República e o sonho: experiência dos partidos operários de 1890. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985.

PIKTIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e idéias. *Lua Nova*, São Paulo, 67:15-47, 2006.

PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011.

_____. Um eterno Burgo podre?: a política na capital federal na Primeira República. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 7, p. 21-36, jun. 2015.

REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1889 a 1930. In: SORJ, Bernardo e CARDOSO, Fernando Henrique (Orgs.). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.